



**Faculdades Integradas IESGO**

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR FELIX LTDA**  
Mantenedora

**PROJETO PEDAGÓGICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA**  
**Modalidade Presencial**  
**(Matriz 2021.1)**

**Formosa - GO**  
**2023**



Diretora Geral

Ana Cordeiro Lucena

Gestores de Operações

Juliana Cordeiro Lucena

João Paulo Cordeiro Lucena

Gestora Acadêmica

Marilza Luzia Saraiva de Souza

Conselho Superior

Ana Cordeiro Lucena – Presidente

CONSUP - Gestão - 2020/2021

Coordenador do Curso e do NDE

Adriana Lemos de Oliveira

Revisão Técnica e Pedagógica

Giselle Magda de Paulo de Souza

Marilza Luzia Saraiva de Souza

Revisão de Normas Técnicas

Nathalia de Brito Silva Rezende

Revisão da Língua Portuguesa

Ieda de Macedo Vieira

Atualização setembro/2023

© 2023. IESGO – Faculdades Integradas IESGO

Todos os Direitos Reservados à Sociedade de Ensino Superior Fênix LTDA

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA BACHARELADO**

**1. DADOS INSTITUCIONAIS**

**1.1. Mantenedora**

NOME	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR FENIX LTDA
CNPJ	03.497.669/0001-29
CÓDIGO E-MEC	1045
ENDEREÇO/CEP	Avenida Brasília Nº 2001, Formosinha, Formosa/GO CEP: 73813-010
REPRESENTANTE LEGAL	ANA CORDEIRO LUCENA

**1.2. Mantida**

NOME	FACULDADES INTEGRADAS IESGO
CÓDIGO E-MEC	3613
ENDEREÇO/CEP	Avenida Brasília Nº 2001, Formosinha, Formosa/GO CEP: 73813-010
TELEFONE (S)	(61) 3642-1900
SITE	www.iesgo.edu.br
E-MAIL	assessoriaacademica@iesgo.edu.br
GESTORA ACADÊMICA	Marilza Luzia Saraiva de Souza
PROCURADOR INSTITUCIONAL (PI)	Giselle Magda de Paulo de Souza
AUTORIZAÇÃO	1585 de 29/10/2009
RECONHECIMENTO	295 de 08/07/2016

## 2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL



As Faculdades Integradas IESGO é mantida pela Sociedade de Ensino Superior Fênix Ltda., Sociedade Empresária com fins lucrativos, de caráter educacional. Foi fundada em 08 de novembro de 1999 por mantenedores com vasta trajetória profissional relacionada à educação. Esta sociedade teve seu estatuto registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Formosa, estado de Goiás e rege-se pela legislação federal da Educação Superior do respectivo sistema de ensino e também pelo seu Regimento Geral e Normas Complementares aprovadas pelo Conselho Superior - CONSUP - e/ou emitidas pela Diretoria Geral.

Considerando os princípios e fins da Educação Nacional, as Faculdades Integradas IESGO têm por finalidades:

I – ministrar ensino de grau superior, norteando-se por padrões de qualidade e objetivos de excelência, para formação de profissionais e especialistas nas áreas das Ciências Tecnológicas, Exatas e Humanas;

II – oferecer formação educacional e serviços nas áreas de competências dos cursos ofertados pela Instituição;

III – promover e incentivar o estudo, a consciência ética, o trabalho de pesquisa e a investigação científica, a criação intelectual, a responsabilidade social e ambiental, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo em todos os campos da Ciência;

IV – fomentar o intercâmbio e a divulgação de conhecimentos científicos, técnicos e culturais e disseminar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;

V – promover atividades de extensão universitária, almejando contemplar as necessidades da comunidade.

As Faculdades Integradas IESGO veio preencher uma lacuna outrora existente, considerando que a economia da região encontra no agronegócio o seu mais elevado ponto de sustentação, carecendo assim de maior qualificação da mão de obra para ocupação das diferentes frentes de trabalho. A implantação das Faculdades Integradas IESGO trouxe grande contribuição para a Mesorregião do Leste Goiano, em especial para a Microrregião do Entorno do Distrito Federal. Hoje, as Faculdades Integradas IESGO contam com uma das melhores estruturas da Mesorregião do Leste Goiano, alta qualidade de ensino e constante inovação.

As Faculdades Integradas IESGO buscam atender à demanda de ensino que se estabelece na sua região de influência, primando, nesse processo, pela busca incessante da qualidade, mediante a elaboração de currículos que têm como premissa maior o resgate da cidadania e a formação de pessoas críticas e conscientes da sua função na sociedade. Atualmente, oferece à comunidade de Formosa e região os cursos de Graduação em Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia, Redes de Computadores, Sistemas de Informações, Biomedicina, Farmácia e Ciências Contábeis.

As instalações da IESGO dispõe de espaços apropriados para laboratórios, biblioteca, auditório, salas de aula, entre outros. Foram construídos 14.400 m<sup>2</sup>, numa arquitetura arrojada e moderna, capaz de atender à demanda de dois mil e duzentos alunos por turno.

Comprometida com a formação continuada e dando prosseguimento à sua política de expansão, as Faculdades Integradas IESGO decidiu ampliar sua atuação oferecendo cursos de pós-graduação *Lato-Sensu*. Nesse sentido,

o curso de Especialização em Docência e Metodologia do Ensino Superior foi o pioneiro nesse campo, direcionando-se a profissionais graduados e interessados em aprimorar seus conhecimentos sobre a estrutura, funcionamento e processos de ensino / aprendizagem do Ensino Superior.

Atualmente, as Faculdades Integradas IESGO encontra-se em pleno processo de expansão de sua infraestrutura, através da construção de uma extensa área esportiva e cultural, voltada à melhoria da qualidade de vida de seus discentes e docentes e ao estímulo da integração acadêmica. A Instituição também desenvolve suas ações no sentido de maximizar a produção científica dos seus docentes e discentes e a consecução de projetos de integração do ensino teórico e prático que atendam, ao mesmo tempo, às necessidades sociais locais.

Com um corpo docente composto pela sua maioria de mestres e doutores, desfrutando de uma organização acadêmica e curricular organizada e sintonizada com o mercado e com os altos preceitos de formação acadêmica, aliados a uma moderna infraestrutura que demonstra uma séria política de investimento, as Faculdades Integradas IESGO vêm implantando um Ensino realmente Superior, atualizado e compatível com a formação exigida pelo mercado atual e em desenvolvimento.

Todos os cursos ofertados pelas Faculdades Integradas IESGO possuem conceitos altamente recomendados, variando de 3 a 5, fatos resultantes do efetivo desempenho de sua *Missão* e *Visão*, buscando de forma continuada a sua consolidação como entidade de educação com reconhecido grau de qualidade no contexto local, regional e nacional.

Por meio de sua inserção regional, a IESGO contribui para o atendimento das demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e cultural em sua área de abrangência. Dessa forma, buscar-se oferecer benefícios para a população na sua área de influência mediante a realização de sua proposta institucional.

A responsabilidade social da IESGO é considerada como contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, e à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da

produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

### **Missão Institucional**

Considerando-se que a missão é a razão de ser de uma organização ou o motivo pelo qual ela foi criada e os objetivos nela delineados uma meta a ser alcançada, sua missão não apenas descreve os resultados a serem alcançados ou os clientes-alvo a serem conquistados, mas também busca capturar a “alma” da organização, a sua essência, para que ela possa servir aos seus propósitos e objetivos de forma eficiente e eficaz.

É missão da IESGO: *Melhorar o país e a vida das pessoas através da educação.*

Uma missão somente tornasse eficaz quando reflete as motivações idealistas das pessoas que realizam o Projeto da Instituição. Por isso, a missão da IESGO, com o apoio da mantenedora, pode e deve tornar-se realidade.

A missão objetiva, clara, possível e, sobretudo, impulsionadora e inspiradora, reflete o consenso interno de toda a Organização.

Externamente, deve ser compreendida sem esforço pela população mais carente que, independentemente de crença, se sentirá inspirada a ter um relacionamento com a organização educacional, criada para o desenvolvimento das suas potencialidades intelectuais e profissionais, no processo articulado com a inclusão social.

### **3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO**

#### **3.1. Denominação do Curso**

Curso de Graduação em Psicologia, grau Bacharelado, modalidade presencial.

#### **3.2. Número de Vagas**

200 vagas anuais. O número de vagas solicitado está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O número de vagas é compatível com o corpo docente do Curso de Graduação em Psicologia, que atuará em regime de trabalho de tempo integral ou parcial, e com a infraestrutura física e tecnológica disponibilizada pela Instituição para o curso e suas atividades.

#### **3.3. Dimensionamento das Turmas**

Turmas de 100 alunos sendo que, nas atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação do Colegiado do Curso, sempre respeitado o limite estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia de número de alunos por preceptor.

#### **3.4. Regime de Matrícula**

Semestral.

#### **3.5. Turnos de Funcionamento**

Noturno.

#### **3.6. Duração do Curso**

O Curso de Graduação em Psicologia terá a duração de 4.000 horas, a serem integralizadas no prazo mínimo de dez e no máximo de quinze semestres letivos.

### 3.7. Base Legal

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia apresenta como Base Legal:

Art 3º resolução O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

A formação do profissional fundamenta-se na visão humanista aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da ciência, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. Esta formação inclui teorias e práticas que conduzem ao desenvolvimento integral dos discentes, para que possam ser capazes de transformar o conhecimento e não apenas reproduzi-lo.

O projeto pedagógico do Curso de Psicologia está pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e possui carga horária em conformidade com a legislação a qual estabelece carga horária mínima e tempo de integralização do curso.

O PPC está baseado nos princípios da educação nacional e nos pressupostos da educação superior expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n.º 9.394/1996 e nas diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01, 17/06/2004;); às Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, 27/04/1999 e Decreto nº 4.281, 25/06/2002) e a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012), bem como atende à exigência curricular da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Decreto 5.626 de 22/12/2005) e a normatização do Núcleo Docente Estruturante. Por conseguinte, A gestão do curso é exercida pelo NDE e pelo colegiado de Curso e gerido pelo Coordenador de curso. Em atendimento à legislação e as informações acadêmicas do curso estão disponibilizadas na forma impressa na Coordenação de Curso e, em formato digital, e site das Faculdades Integradas IESGO.

O Projeto Pedagógico foi construído e revisado em consonância com as seguintes orientações:

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- b) Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- c) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências;
- d) Plano de Desenvolvimento Institucional das Faculdades Integradas IESGO - PDI;
- e) Regimento Geral das Faculdades Integradas IESGO;
- f) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004;
- g) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 01, de 30/05/2012;
- h) Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
- i) Titulação do corpo docente, art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- j) Núcleo Docente Estruturante (NDE), Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010;
- k) Carga horária mínima em horas para Bacharelados e Licenciaturas de acordo com as Resoluções CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial), CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial) e CNE/CPNº2 /2002.
- l) Tempo de integralização: Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial), Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial) e Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas);

- m) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n°7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003;
- n) Disciplina de Libras, Dec. N°5.626/2005;
- o) Instrumentos para autorização, renovação e reconhecimento dos cursos, publicados pelo INEP, que se encontram disponíveis em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br);
- p) *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*, **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**;
- q) Demais legislações pertinentes à educação superior.

Foram consultadas as legislações disponíveis para o curso de Psicologia no site do INEP:

**; Psicologia**

- [Parecer CNE/CES nº 1.314/2001, aprovado em 7 de novembro de 2001](#) - Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia.
- [Parecer CNE/CES nº 72/2002, aprovado em 20 de fevereiro de 2002](#) - Retificação do Parecer CNE/CES de 1.314/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- [Parecer CNE/CES nº 62/2004, aprovado em 19 de fevereiro de 2004](#) - Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- [Resolução CNE/CES Nº 8, de 7 de maio de 2004](#) - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia
- [Parecer CNE/CES nº 153/2007, aprovado em 8 de agosto de 2007](#) - Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- [Parecer CNE/CES nº 338/2009, aprovado em 12 de novembro de 2009](#) - Aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- [Parecer CNE/CES nº 119/2010, aprovado em 7 de maio de 2010](#) - Consulta sobre a recusa de Registro Profissional dos Concluintes do Curso de

Psicologia da Faculdade de Americana por parte do Conselho Regional de Psicologia (SP).

- [Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011](#) - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.
- [Parecer CNE/CES nº 784 /2016, aprovado em 10 de novembro de 2016](#) - Solicita adoção de providências objetivando revogar o inciso V do artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 5, de 15/3/2011, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de graduação de Psicologia.
  - a) Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação;
  - b) Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009;
  - c) Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos;
  - d) Tempo de integralização: Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial), Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial) e Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas);
  - e) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003;
  - f) Disciplina de Libras, Dec. Nº5.626/2005;
  - g) Demais legislações pertinentes à educação superior.

Foram consultados os normativos internos das Faculdades Integradas IESGO, a saber:

- a) Resolução dos Núcleos Docentes Estruturantes;
- b) Resolução da Comissão Própria de Avaliação;
- c) Resolução de Estágios
- d) Resolução de Trabalho de Conclusão de Curso,
- e) Resolução de Atividades Complementares,

- f) Resolução de Monitoria,
- g) Resolução de Atividades Práticas Supervisionadas;

E demais normativos institucionais.

### **3.8. Formas de Acesso**

Além do processo seletivo tradicional (vestibular) e demais mecanismos de ingresso previsto no Regimento Geral da Instituição, há formas alternativas para o ingresso nos cursos de graduação da IESGO, dentre as quais se destaca o FIES, onde se inscreve no processo seletivo o candidato que participou do ENEM.

Os alunos poderão ingressar no Curso de Graduação em Psicologia através de:

- Processo seletivo tradicional / vestibular: realização de prova;
- Reopção (transferência interna): forma de modalidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da faculdade, pode transferir-se para outro curso de graduação ou turno;
- Transferência voluntária: forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra IES, pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir-se para a IESGO dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela IES;
- Portador de diploma: é a forma de ingresso na IESGO para diplomados por IES do país, conforme legislação ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei;

- Serão aceitos também candidatos oriundos de avaliações oficiais, como Exame Nacional do Ensino Médio (FIES) ou outros semelhantes.

As formas de acesso foram definidas no Regimento Geral da IESGO, no TÍTULO IV - DO REGIME ACADÊMICO, CAPÍTULOS I, II, III IV e V envolvendo normas sobre processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos.

## **TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO**

### **CAPÍTULO I DO CALENDÁRIO ESCOLAR**

Art. 78. O período letivo, independente do ano civil, abrange, no mínimo, duzentos (200) dias anuais, e/ou 100 (cem) dias semestrais de atividade acadêmicas regulares e efetivas, não computados os dias reservados aos exames finais.

§ 1º O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e carga horária estabelecidos nos programas das disciplinas nele ministradas.

§ 2º Entre os períodos letivos regulares poderão ser instituídos períodos letivos especiais, com oferta de disciplinas ou bloco de disciplinas para atender às necessidades de adaptação e integralização curricular, dependência, reprovação, oferecidos a discentes regulares e/ou especiais, bem como programas de ensino não curriculares e de iniciação à pesquisa e extensão.

§ 3º Os sábados são considerados dias letivos, assim, quando necessário, serão utilizados, também, para reposição de aulas.

Art. 79. As atividades são programadas, semestralmente, em calendário aprovado pelo Consup, no qual devem constar o início e o encerramento dos períodos letivos, de matrícula, de transferência, de trancamento, as datas referentes a atividades acadêmicas significativas e períodos letivos especiais.

§ 1º O Diretor Geral é autorizado a efetuar alterações “ad referendum” no calendário escolar, quando o interesse do ensino e/ou da administração escolar assim o exigir, submetendo as alterações à apreciação do Consup.

§ 2º Existindo razões que justifiquem o recesso escolar, o Diretor Geral poderá propor ao Consup a decretação de

recesso escolar, por prazo determinado, que perdurará até que cessem as causas que o autorizam.

## **CAPÍTULO II DO PROCESSO SELETIVO**

Art. 80. O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos no ensino médio ou equivalente e a classificá-los nos cursos de Graduação da Instituição dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

§ 1º As normas para o processo seletivo são emanadas na Portaria nº 391, de 7 de fevereiro de 2002, são objeto de regulamentação do Consup, conforme resolução.

§ 2º O processo seletivo é planejado e executado por uma Comissão Especial designada e subordinada à Diretora Geral.

Art. 81. O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às disciplinas de Nível Médio ou equivalente, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados na forma disciplinada pelo edital respectivo.

Parágrafo único. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser recebidos discentes portadores de diploma de nível superior. Em nenhuma hipótese, deverá ser matriculado discente além do quantitativo de vagas disponíveis.

Art. 82. A Faculdade implementará outros procedimentos técnicos de avaliação do desempenho escolar em nível médio para o processo seletivo, legalmente autorizados para a admissão ao ensino superior.

Parágrafo único. O processo seletivo só tem validade para o período letivo expressamente requerido em competente edital divulgado pública e oficialmente.

## **CAPÍTULO III DA ADMISSÃO AOS CURSOS E DA MATRÍCULA**

Art.83. A admissão aos cursos de Graduação é feita aos que tenham sido classificados em processo seletivo interno, externo exame Nacional de Ensino Médio - ENEM - e aos portadores de diploma de nível superior que também dependem de aprovação em processo seletivo específico para ingresso, desde que resultem vagas após a matrícula dos classificados no processo seletivo.

Art. 84. A matrícula nos cursos de Graduação é ato formal de ingresso no curso e de vinculação do discente à Faculdade e realiza-se na Secretaria Acadêmica, no período estabelecido no calendário escolar, instruído o requerimento com a documentação exigida para tal, tendo como exigência mínima:

- I - (Uma) foto 3x4 recente;
- II - Registro Geral de Identidade;

III - Certificado de Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;

IV - Título de Eleitor;

V - Certidão de Quitação Eleitoral (retirada no site do TRE, sem ônus);

VI - Comprovante de residência;

VII - Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

VIII - Certificado, Diploma ou Declaração de Conclusão de Ensino Médio ou equivalente (com data recente);

IX - Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio (2º Grau ou equivalente), reconhecido pelos órgãos oficiais competentes;

X - Para os alunos que concluíram o Ensino Médio no exterior deverão apresentar declaração de equivalência ao Ensino Médio (2º Grau ou equivalente), emitida pelo Conselho de Educação.

§ 1º Os atos de matrícula estabelecem entre a Faculdade e o discente um vínculo contratual de natureza bilateral, gerando direitos e deveres entre as partes e a aceitação pelo matriculado, em geral o contrato segue as normativas da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 2º A matrícula é feita por período (semestral) no curso pretendido.

§ 3º A matrícula é renovada a cada semestre letivo, nos termos das normas aprovadas pelo Consup, nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

§ 4º A não efetivação semestral da matrícula, no período estabelecido no calendário escolar, representa abandono de curso e desvinculação do discente da Faculdade, e seu retorno somente poderá se dar mediante expressa solicitação e existência de vagas.

§ 5º O requerimento de renovação de matrícula e de confirmação de continuidade de estudos é instruído com o comprovante de pagamento, bem como da quitação dos pagamentos anteriores.

§ 6º No caso de portadores de diploma de curso superior, para a matrícula em séries subsequentes do curso pretendido, mediante aproveitamento de estudos, exige-se a apresentação de diploma devidamente registrado, acompanhado de Histórico Escolar respectivo.

Art. 85. A matrícula é feita por semestre, admitindo-se a dependência de estudos em até duas disciplinas constantes do semestre imediatamente anterior.

§ 1º O discente reprovado em até duas disciplinas deverá fazer matrícula no semestre letivo subsequente ao que está, fazendo, obrigatoriamente, as dependências das disciplinas em que foi reprovado.

§ 2º Na incompatibilidade de horário ou de disciplinas que exijam pré-requisito, o discente deverá cursar as

dependências e trancar aquelas disciplinas do semestre matriculado em que houve choque de horário ou exigência de pré-requisito.

Art. 86. É concedido o trancamento de matrícula ao discente devidamente matriculado, para o efeito de interrupção temporária dos estudos, mantendo-se o vínculo deste com a Faculdade e o direito à renovação de matrícula.

§ 1º Do requerimento de trancamento deverá constar, expressamente, o período de tempo de trancamento.

Art. 87. A matrícula do discente será cancelada nas seguintes hipóteses:

I - por ter se utilizado de documento falso para obtê-la;

II - não apresentar, em tempo hábil, documento escolar solicitado pela Secretaria Acadêmica.

Art. 88. Fica garantido o regime especial de aprendizagem aos discentes regularmente matriculados merecedores de tratamento especial nos termos da lei.

Parágrafo único. Cabem ao Consup a regulamentação e padronização do atendimento ao regime especial de aprendizagem.

#### **CAPÍTULO IV DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

Art. 89. A Faculdade aceitará transferência de discentes regulares, para o mesmo curso ou para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo.

§ 1º O requerimento de matrícula por transferência é instruído nos termos deste Regimento, além do Histórico Escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com os respectivos conceitos ou notas obtidas.

§ 2º A documentação pertinente à transferência deverá ser necessariamente original

§ 3º As transferências ex-officio dar-se-ão na forma da lei.

Art. 90. O aproveitamento de estudos pode ser concedido para o discente transferido e para portadores de estudos de nível superior na forma das normas fixadas pelo Consup, observada a legislação vigente.

§ 1º Para o aproveitamento de estudos, serão observadas as adaptações curriculares necessárias, de acordo com as normas fixadas pelo Consup.

§ 2º O aproveitamento de estudos será realizado pela Coordenação do respectivo curso, mediante apresentação de Plano de Ensino e Histórico Escolar.

Art. 91. Nas transferências oriundas de instituições nacionais e estrangeiras e na matrícula de portadores de diplomas de ensino superior, além do requerimento de

matrícula e do pagamento da mensalidade escolar, deve o discente instruir sua solicitação com a documentação fixada, em função do disposto neste Regimento, em tudo observada a legislação em vigor sobre a matéria.

Art. 92. Para transferência facultativa e, em qualquer época, para transferência ex-officio a requerimento do interessado, a Faculdade concede transferência a discentes nela matriculados obedecida à legislação em vigor e às seguintes normas:

I - apresentação de "declaração de vaga", fornecida pela instituição à qual se destina; ou

II - comprovante de que o discente está amparado pela legislação pertinente à transferência ex-officio.

## **CAPÍTULO V**

### **DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR**

Art. 93. A avaliação da aprendizagem e do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e os conteúdos ministrados em cada uma.

Art. 94. A frequência às aulas e a participação nas demais atividades escolares são direitos dos alunos aos serviços educacionais prestados pela Instituição e são permitidas apenas aos alunos regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços educacionais assinado entre as partes.

Parágrafo único. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o discente que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

Art. 95. O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno, de provas escritas, trabalhos e exercícios.

Parágrafo único. Compete ao docente da disciplina elaborar as atividades de avaliação, bem como julgar e registrar seus resultados de acordo com as orientações do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de cada Curso, devidamente aprovado em ata e discriminado no PPC do curso e Plano de Ensino.

Art. 96. A média semestral é obtida por meio da média aritmética simples que compreende os dois bimestres do período letivo, podendo variar de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 1º As verificações de aprendizado serão realizadas em cada bimestre, de acordo com o Calendário Acadêmico, sendo a elas atribuída uma nota expressa em grau numérico que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 2º A composição da nota bimestral deve constar do plano de ensino da disciplina sendo critério mínimo a existência de, ao menos, dois perfis de avaliação de aprendizagem individual.

Art. 97. Considera-se aprovado na disciplina o discente que nela obtiver nota final de aproveitamento mínimo igual a 06 (seis), considerando a média dos resultados bimestrais e atendida a frequência mínima exigida em lei.

Art. 98. Os discentes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Conselho Superior, com base na legislação vigente.

## **ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO**

### **1. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

#### **1.1. Contextos Socioeconômico, Educacional e Socioambiental**

##### **1.1.1. Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição**

A IESGO possui limite territorial de atuação circunscrito ao município de Formosa, Goiás.

Formosa é um município brasileiro do estado de Goiás. Situa-se a 80 quilômetros de Brasília, e a 282 quilômetros de Goiânia. A população do município de Formosa, estimada em 2020 segundo o IBGE é de 123.684 habitantes.

A criação do município de Formosa deu-se em 1 de agosto de 1843, com o nome de Vila Formosa da Imperatriz. Com o advento da República, passou a ser simplesmente Formosa. Durante as décadas de 1920 e 1930, a cidade viveu seu primeiro surto de crescimento urbano. A cidade passa a sofrer intervenções mais profundas na paisagem, até então dominada pela natureza. A construção do “jardim centenário” – atual Praça Rui Barbosa (popularmente conhecida como praça do coreto), a urbanização mais extensa da cidade, com abertura e/ou alargamento de ruas e saneamento de brejos marcam esse momento.

A partir da década de 1950, com a efetivação da construção da capital federal, Brasília, há apenas 80 km de Formosa, aprofunda-se a urbanização, com a chegada do asfalto, a ocupação mais extensiva de brejos e outras regiões hidromórficas; explode o crescimento demográfico e tem início a derrubada de casarões e edificações mais simples dos séculos XIX e XX. Contudo, “até mais ou menos a década de 1970, a cidade manteve as suas características de cidade antiga”.

O parcelamento irregular do território, a especulação imobiliária e a grilagem, esta última extensamente denunciada em jornal da época da construção de Brasília, bem como a posterior regularização desses loteamentos por parte do poder público, transformaram a paisagem da cidade de Formosa, que passou por um processo deliberado e consciente de destruição e descaracterização de seu patrimônio material, histórico e ambiental.

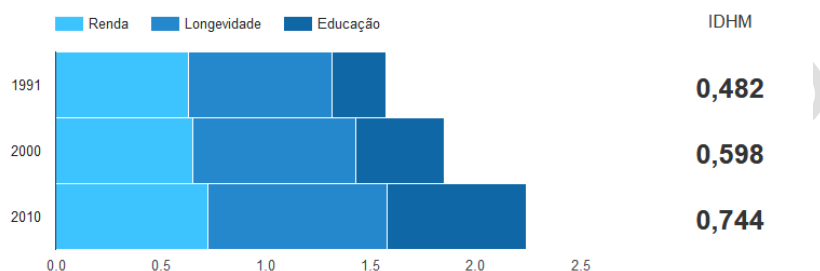
A intensa migração, cujo polo de atração era Brasília, contribuiu para a rápida ocupação do território das nascentes da Lagoa Feia. A partir de 1970, inicia-se o êxodo rural, sobretudo a partir da formação de vilas, que passam a ocupar áreas periféricas da cidade. É emblemático o caso da desocupação da área do exército e consequente formação das Vilas Beneditina e Vicentina.

Segundo os Correios, Formosa tem 52 bairros na cidade, entre os principais são o Centro, Formosinha, Área Rural de Formosa, Chácaras do Abreu, Conjunto Padre José, Iris Village, Jardim Califórnia, Jardim das Américas, Jardim Ipê, Jardim Oliveira, Jardim Triângulo, Nova Formosa, Parque da Colina I, Parque da Colina II, Parque das Laranjeiras, Parque Dom Bosco, Parque Esmeralda, Expansão Parque Lago, Parque Lago, Parque Laguna II, Parque São Francisco, Parque Serrano, Parque Serrano, Parque União, Parque Vila Verde, Residencial Jardim Planalto, Residencial Santa Rosa, Rosa Maria, São Benedito (Vila Beneditina), São Vicente, São Vicente (Vila Vicentina), Setor Bela Vista, Setor Bosque, Setor Bosque II, Setor Ferroviário, Setor Imperatriz, Setor Industrial II, Setor Nordeste, Setor Pampulha, Setor Primavera, Setor Sul, Sul América, Vila Aurora, Vila Bela, Vila Carolina, Vila Iara, Vila Lorena, Vila Pantanal, Vila Santos, Village, Vista Alegre.

## Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Formosa - GO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Formosa é 0,744, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,700 e 0,799).

### IDHM



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

#### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Formosa - GO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,259	0,422	0,666
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	29,39	36,93	56,12
% de 5 a 6 anos na escola	29,88	66,02	86,09
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	34,10	56,40	88,57
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	21,04	37,54	67,21
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,35	20,69	47,94
<b>IDHM Longevidade</b>	0,684	0,776	0,852
Esperança de vida ao nascer	66,06	71,54	76,14
<b>IDHM Renda</b>	0,631	0,653	0,726
Renda per capita	405,06	466,29	732,24

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,482, em 1991, para 0,744, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,487 para 0,735. Isso implica em uma taxa de crescimento de 54,36% para o município e 50% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,42% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,407), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

## População

Sua população estimada em 2020 é de 123.684 habitantes. Entre 2000 e 2010, a população de Formosa cresceu a uma taxa média anual de 2,44%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 88,09% para 91,94%. Em 2010 viviam, no município, 100.085 pessoas.

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Formosa - GO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	59.685	100,00	78.651	100,00	100.085	100,00
População residente masculina	29.786	49,91	39.338	50,02	49.959	49,92
População residente feminina	29.899	50,09	39.313	49,98	50.126	50,08
População urbana	49.659	83,20	69.285	88,09	92.023	91,94
População rural	10.026	16,80	9.366	11,91	8.062	8,06

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 58,56% para 46,99% e a taxa de envelhecimento, de 3,94% para 5,16%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 74,20% e 3,05%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Estrutura Etária da População - Município - Formosa - GO

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	23.602	39,54	25.950	32,99	26.829	26,81
15 a 64 anos	34.262	57,40	49.603	63,07	68.091	68,03
População de 65 anos ou mais	1.821	3,05	3.098	3,94	5.165	5,16
Razão de dependência	74,20	-	58,56	-	46,99	-
Taxa de envelhecimento	3,05	-	3,94	-	5,16	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 23,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 10,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 26,0. Já na UF, a taxa era de 14,0, em 2010, de 24,4, em 2000 e 29,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Formosa - GO

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,1	71,5	76,1
Mortalidade infantil	26,0	23,6	10,3
Mortalidade até 5 anos de idade	30,6	27,8	12,2
Taxa de fecundidade total	3,2	2,7	2,0

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,6 anos na última década, passando de 71,5 anos, em 2000, para 76,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,1 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

## Educação

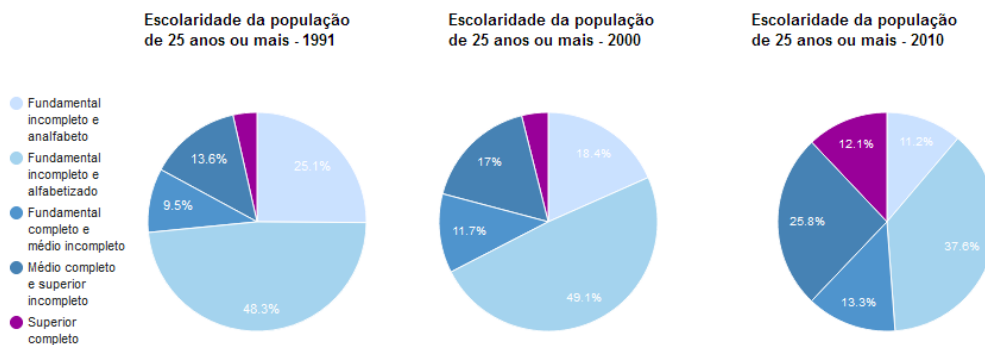
Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 86,09%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 88,57%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 67,21%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,94%. Entre 1991 e 2010, essas

proporções aumentaram, respectivamente, em 56,21 pontos percentuais, 54,47 pontos percentuais, 46,17 pontos percentuais e 35,59 pontos percentuais.

Em 2010, 86,20% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 72,00% e, em 1991, 70,67%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,52% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,44% e, em 1991, 2,88%.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 36,93% para 56,12%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 29,39%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 11,23% eram analfabetos, 51,19% tinham o ensino fundamental completo, 37,88% possuíam o ensino médio completo e 12,07%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.



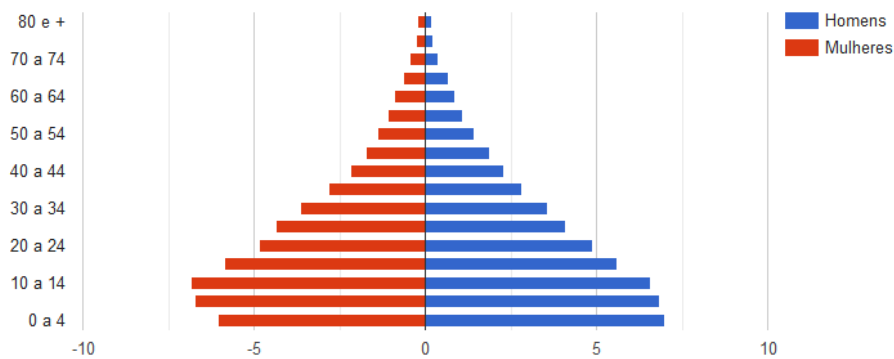
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## Pirâmide Populacional

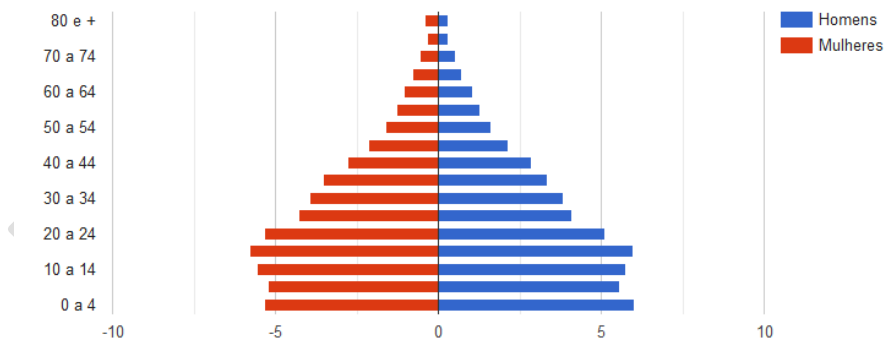
Com população estimada [2020] em 123.684 pessoas e população no último censo [2010] de 100.085 habitantes, a pirâmide etária da população mostra que o município de Formosa possui uma população essencialmente jovem.

A seguir, é apresentada a pirâmide populacional do Município de Formosa, com a distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade (IBGE, 2010).

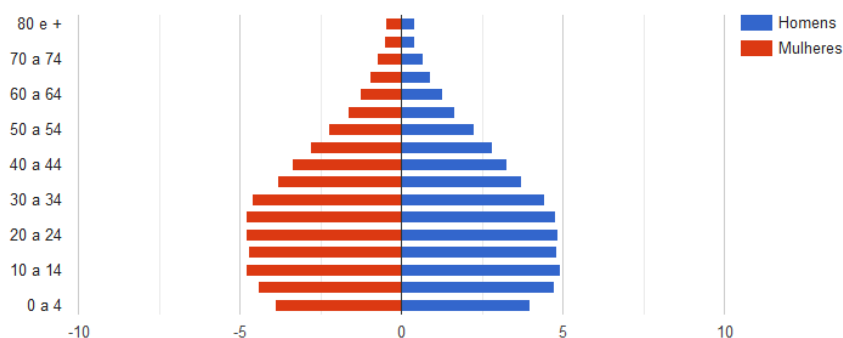
**1991** Pirâmide etária - Formosa - GO  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



**2000** Pirâmide etária - Formosa - GO  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



**2010 Pirâmide etária - Formosa - GO**  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



### **b) População no Ensino Médio Regional**

No campo da educação, o município de Formosa dispõe de infraestrutura educacional composta por uma rede escolar em todos os níveis de educação. Segundo dados finais do Censo Escolar (INEP), em 2018 foram realizadas 3.550 matrículas iniciais no ensino médio (ensino médio regular, educação profissional / nível técnico, educação de jovens e adultos - EJA / médio e educação especial / médio) em Formosa.

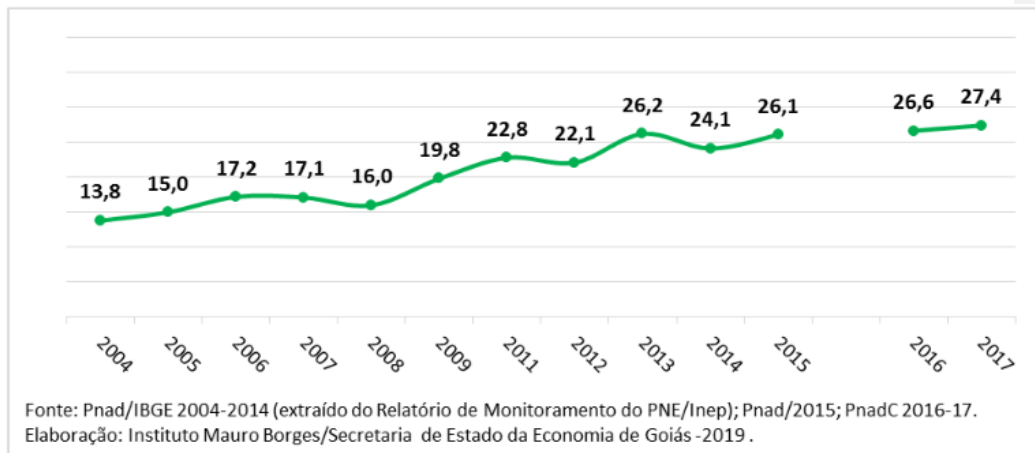
Entretanto, Formosa exerce influência sobre a sua região de inserção. Assim sendo, existe, em Formosa e na região, uma demanda potencial por formação superior.

### **C) Taxa Líquida de Matriculados na Educação Superior**

A taxa de escolarização líquida calculada para a região demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região.

A Região de Formosa teve, no ano de 2017, uma taxa de escolarização líquida estimada de 27,4%.

Taxa líquida de matrícula na graduação para pessoas de 18 a 24 anos – Goiás 2004 a 2017 (%) demonstrado abaixo.



### 1.1.2. Demanda pelo Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia das FACULDADES INTEGRADAS IESGO vem a ser um documento que se caracteriza como um direcionador para a execução de um processo ensino-aprendizado com políticas definidas, norteando as ações voltadas para a consecução de um ensino de qualidade.

Analisa-se que para a elaboração deste projeto foi necessário um trabalho sério de profissionais da área de Psicologia envolvidos não apenas no contexto acadêmico, mas consciente de suas atribuições perante a sociedade. Neste sentido, o presente projeto busca não apenas alicerçar o curso de Graduação de Psicologia das FACULDADES INTEGRADAS IESGO, como também servir de base para o desenvolvimento de uma sociedade voltada para os benefícios do respeito ao ser humano, do apoio às minorias sociais, e da busca pelo bem estar biopsicossocial, compreendendo o ser humano como um todo.

O curso das FACULDADES INTEGRADAS IESGO busca atender a este propósito partindo de um Projeto Pedagógico para o curso de Psicologia que atenda as exigências para a formação de Psicólogo com visão generalista, não se esquecendo de seu propósito humanista no desempenho de suas atividades profissionais.

O referido curso teve origem a partir da imprescindibilidade em atender a demanda sócio-regional, considerando a necessidade de profissionais de Psicologia com formação humana e voltada para uma área com deficiência de profissionais qualificados para o desempenho, especialmente, no que tange em relação à saúde mental e psicologia organizacional nas empresas de Formosa-GO e região.

Sob a luz desta concepção as FACULDADES INTEGRADAS IESGO, intenta repassar conhecimentos científicos e éticos que possibilite aos acadêmicos de Psicologia desenvolver habilidades e competências durante o curso, com atividades que demonstrem responsabilidade social.

Assim, para a estrutura deste Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia foi utilizado como alicerce de elaboração à definição do perfil do profissional a ser formado, considerando aspectos como a formação crítica dos fenômenos sociais, a ética, a formação científica, o aperfeiçoamento contínuo da técnica psicológica, o contexto socioeconômico, cultural, organizações e saúde mental, sendo estes pressupostos norteadores na elaboração deste trabalho.

No sentido de suportar as atividades destinadas ao cumprimento de sua missão e da execução das ações necessárias, as FACULDADES INTEGRADAS IESGO foram organizadas, segundo as diretrizes estabelecidas na LDB, com órgãos consultivos e deliberativos cuja constituição e competências estão estabelecidas no Regimento Interno.

As FACULDADES INTEGRADAS IESGO vêm a ser uma Instituição de Ensino Superior que desde sua fundação tem a preocupação de levar mais do que um ensino voltado somente para a formação de profissionais com conhecimento científico, tem ao longo de sua história, reescrito a importância e o valor de profissionais formados sob o valor da ética.

A atuação das FACULDADES INTEGRADAS IESGO se fundamenta em seu Regimento Interno e também a partir da legislação em vigor, sendo que a principal premissa da instituição é uma proposta de formação integral do aluno, não apenas como profissional, mas como cidadão em todos os seus níveis de atuação e com responsabilidade social.

Em suas atividades a Instituição oferece cursos de graduação, formação de professores, pós-graduação, extensão e grupos de **pesquisa** e pesquisas

**[1] Comentário:** Verificar a informação referente a pesquisa.

**[2] Comentário:** Reformulei e coloquei somente os Grupos de Pesquisa e Pesquisas nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

nos Trabalhos de Conclusão do Curso, buscando sempre formar profissionais éticos e comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna.

As FACULDADES INTEGRADAS IESGOS trabalham para alcançar o desenvolvimento de seus acadêmicos em nível científico e cidadão, formando profissionais comprometidos com a atuação profissional no âmbito da ética sobre a técnica, pautando-se na premissa de que a ciência e a ética devem estar a serviço do homem.

Com o objetivo de formar profissionais competentes e com bom nível profissionalismo e cidadania, a Faculdade de Psicologia tem como princípio trabalhar a formação geral de seus alunos, em que o senso ético e de responsabilidade social possam estar presentes no saber, habilidade, eficiência e eficácia na atividade profissional desempenhada pelos acadêmicos, enquanto “Profissionais IESGO”.

As FACULDADES INTEGRADAS IESGO representam uma comunidade acadêmica que a partir de critérios éticos e trabalho sério em respeito aos alunos e a comunidade, contribui para a defesa e o desenvolvimento da dignidade humana, tendo como base um ensino que não apenas formar Psicólogos, mas profissionais humanos comprometidos com a dignidade da população e com a valorização do ser humano em âmbito social.

Esta forma de trabalhar o ensino permite que os egressos de psicologia tenham consciência cidadã e trabalhem na construção de uma sociedade mais digna, evidenciando a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Com a mesma visão humanista das FACULDADES INTEGRADAS IESGO que tem sua ação fundamentada na concepção de seus fundadores de que a vida de um profissional deve ser dedicada ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de atividades de forma profissional e ética.

As FACULDADES INTEGRADAS IESGO estão instaladas em Formosa – Goiás (no entorno do Distrito Federal).

Sob a luz dessa realidade, o curso de Psicologia das FACULDADES INTEGRADAS IESGO tem como missão: “Formar profissionais competentes, notáveis no saber, com senso ético e de responsabilidade social”.

Ressalta-se ainda que a instituição tenha consciência sobre a importância o seu papel socialmente responsável e, assim, inclui sua missão

no contexto da atuação junto às comunidades carentes de seu entorno, para fomentar o crescimento em termos de conhecimento e cidadania.

Para nortear seu trabalho, as FACULDADES INTEGRADAS IESGO vêm atuando pautada no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, adotando normas e regimentos embasados em princípios democráticos e éticos, permitindo que os egressos desempenham suas atividades profissionais embasados em valores humanos.

As FACULDADES INTEGRADAS IESGO, exige-se que os egressos sejam profissionais preparados para desempenhar suas atividades profissionais com competência e habilidades gerais, quais sejam:

- Visão Generalista: Devem ter uma visão generalista do ponto de vista teórico-conceitual-prático
- Tomada de decisões: Devem ter capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de procedimentos e de práticas.
- Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.
- Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação.
- Educação permanente: Devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais.

Este curso iniciou na Sede das Faculdades Integradas IESGO em 2009, mediante autorização da Portaria Ministerial nº 1.585, de 29/10/2009, e foi reconhecido pela Portaria de Reconhecimento: Portaria nº 295, de 07/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016.

## **1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, constantes no PDI, estão previstas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, pressupondo-se práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

As Atuações do Curso de Graduação de Psicologia ocorrerão mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do PDI. O PDI estabelece as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais.

A IESGO implantará no curso a política prevista para o ensino de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI).

A IESGO ao definir os termos da sua política para o ensino superior toma como ponto de partida a compreensão de que esta se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a IESGO elegeu como sua função primeira empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia está centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no docente como facilitador e mediador deste processo, com vista à formação integral e humanística do futuro profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão. Nele, as ações de ensino, pesquisa e extensão voltar-se-ão para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil profissional do egresso.

As políticas institucionais visam promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade. As políticas institucionais para a graduação serão operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de auto estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos diversos cenários de ensino

aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia e à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política no curso que oferecerá.

A IESGO atuará permanentemente no processo de aperfeiçoamento continuado dos docentes, estimulando o aprimoramento da ação curricular e com vista à acessibilidade e qualificação do Curso de Graduação em Psicologia, com base na (o): utilização de novas metodologias e estratégias de aprendizagem (interdisciplinares), continuamente acompanhadas; emprego da inovação e utilização de novos recursos das TICs na aprendizagem; aplicação de um processo de ensino-aprendizagem que possibilite ao discente: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a viver juntos e aprender a ser; sistemática avaliação e contínua atualização e aprimoramento curricular pelo NDE; desenvolvimento das atividades de monitoria, nivelamento e estágio. O aluno contará com o suporte do serviço de apoio psicopedagógico e será constantemente estimulado a participar de programas de investigação científica e extensão, ações junto à comunidade. A estas atividades será somado o estímulo para participação, também, em seminários, jornadas, reuniões científicas, simpósios e congressos.

No Curso de Graduação em Psicologia, as atividades de pesquisa estarão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a IESGO está inserida. Assim, o Núcleo Docente Estruturante do curso, incentivará a investigação científica para a qualificação do ensino.

E as atividades de extensão serão desenvolvidas visando a promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e investigação científica; e captando demandas e necessidades da sociedade para orientar a produção e o

desenvolvimento de novos conhecimentos. Caracteriza-se pela viabilização prática e compartilhamento com a comunidade do conhecimento sistematizado pelo saber humano e daquele produzido na IESGO.

Nos termos das políticas institucionais, a IESGO incentivará a participação da comunidade acadêmica (discente e docente) nas atividades de ensino, investigação científica e extensão, sempre que possível com o envolvimento da comunidade externa; priorizando o enfrentamento dos problemas locais e regionais, em consonância com o perfil delineado para o egresso.

A Instituição utilizará práticas inovadoras na revisão de suas políticas acadêmicas, que serão estendidas ao perfil profissional do egresso apresentado no PPC. Colocará em foco a questão da auto avaliação das atividades de ensino, investigação científica e extensão como forma de incentivar a comunidade acadêmica a pensar na sua situação frente aos novos desafios educacionais da área. Por consequência, firmará o processo de avaliação interna e consolidará a avaliação do curso com o objetivo de garantir a excelência de seus procedimentos e de seus resultados.

A gestão da IESGO, articulada à gestão do curso, seguirá as políticas estabelecidas nos documentos oficiais, destacando-se Regimento, PDI e PPC, documentos que norteiam o cumprimento das políticas institucionais. Serão realizadas reuniões dos dirigentes e a coordenação do curso para discutir assuntos de interesse do Curso de Graduação em Psicologia. Assim, assuntos de interesse do curso tratados pelo NDE e pelo órgão colegiado do curso serão, quando necessários regimentalmente, encaminhados aos dirigentes e ao órgão colegiado superior, para apreciação e deliberação.

#### **a) Política de Ensino**

A IESGO ao definir os termos da sua política para o ensino superior toma como ponto de partida a compreensão de que esta se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais. À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade elegeu como sua função primeira

empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

Almeja, dessa forma, formar pessoas de visão transcendente aos aspectos técnicos da sua área de atuação, capazes de aplicar o conhecimento produzido, mas também de criticá-lo e oferecer soluções práticas diante das mudanças que se apresentam.

Nesse sentido, abandona a formação estritamente técnica e de caráter “enciclopédico”, baseada em procedimentos e métodos de ensino que privilegiam a memorização e a apreensão acrítica de conceitos e valores, para se estruturar em torno de uma proposta avançada, tendo por base inovações de caráter pedagógico que buscam a formação de consciências criativas e não repetidoras de conteúdos.

Focada nessas premissas norteadoras, a política de ensino da IESGO estará pautada nas seguintes diretrizes:

- ⇒ Estímulo à formação generalista e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- ⇒ Incentivo a sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- ⇒ Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a investigação científica individual e coletiva, assim como os estágios, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- ⇒ Articulação entre o ensino, a investigação científica e a extensão;
- ⇒ Avaliação periódica das atividades desenvolvidas;
- ⇒ Acompanhamento dos egressos.

#### **b) Política de Investigação Científica**

Apesar da natureza institucional de “Faculdade”, a IESGO desenvolverá atividades de investigação científica nas suas áreas de atuação acadêmica, desenvolvendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas ao ensino e à extensão.

As atividades de investigação científica estarão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual está inserida e alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida.

A IESGO incentivar a iniciação científica investigação científica através:

I - do cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático pedagógica;

II - da manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica;

III - da formação de pessoal em cursos de pós-graduação;

IV - do intercâmbio com instituições científicas; e

V - da programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

A busca pelo desenvolvimento da iniciação científica deverá ser desenvolvida por todos os cursos da Faculdade.

A Faculdade, com vistas ao desenvolvimento da investigação científica, envidará esforços no sentido da fixação de professores, inclusive através de mecanismos de estímulo, tornando-os disponíveis a essa atividade, sem prejuízo dos seus trabalhos no campo do ensino.

As atividades de investigação científica em curso serão coordenadas pelas coordenações de cursos em parceria com DEPIC - Divisão de Extensão Pós-graduação e Iniciação Científica.

Para executar as atividades de investigação científica a Faculdade poderá alocar recursos próprios de seu orçamento anual e/ou fazer uso da captação de recursos de outras fontes.

### **c) Política de Extensão**

A linha básica da política de extensão da IESGO é a da inserção da Faculdade no contexto, como instrumento ativo no processo de construção e desenvolvimento socioeconômico, político e cultural de Formosa e entorno; a integração com empresas e instituições comunitárias de produção de conhecimento e tecnologia da região, o estímulo à criatividade e à originalidade e a consciência da mudança e da necessidade de uma educação permanente.

É preciso, também, remontar aos compromissos assumidos com a região, destacando aqueles que mais se afinam com a ação extensionista o de contribuir para o esforço de ordenação do crescimento regional e para a preservação ambiental, o de estimular o desenvolvimento cultural da região e de promover a difusão cultural e o de contribuir para a melhoria da educação básica na região.

A IESGO desenvolverá atividades de extensão, compreendendo atividades que visam promover a articulação entre a Instituição e a comunidade, permitindo, de um lado, a transferência para sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e investigação científica, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela Instituição, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

As atividades extensionistas têm como objetivos:

- ⇒ Articular o ensino e a investigação científica com as demandas da sociedade, buscando o compromisso da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade organizada, em todos os níveis (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos);

- ⇒ Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
- ⇒ Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Instituição de Ensino Superior;
- ⇒ Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- ⇒ Participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;
- ⇒ Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares;
- ⇒ Favorecer a reformulação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da Instituição de Ensino Superior.

De acordo com o Regimento da Faculdade, os programas de extensão, articulados com o ensino e investigação científica, serão desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos.

As atividades de extensão, no âmbito da Faculdade, serão realizadas sob a forma de:

- ⇒ Cursos de Extensão: são cursos ministrados que têm como requisito algum nível de escolaridade, como parte do processo de educação continuada, e que não se caracterizam como atividades regulares do ensino de graduação;
- ⇒ Eventos: compreendem ações de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico como ciclo de estudos, palestras, conferências, congressos, encontros, feira, festival, fórum, jornada, mesa redonda, reunião, seminários e outros.

- ⇒ Programas de Ação Contínua: compreendem o conjunto de atividades implementadas continuamente, que têm como objetivos o desenvolvimento da comunidade, a integração social e a integração com Instituições de Ensino;
- ⇒ Prestação de Serviços: compreende a realização de consultorias, assessoria, e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores e que utilizam recursos humanos e materiais da Faculdade.

A extensão deverá ser desenvolvida em todos os cursos da Faculdade, envolvendo professores e alunos. Deverá traduzir-se em ações concretas que rompam com o elitismo e atendam às necessidades da população.

As atividades de extensão serão coordenadas pelo Centro de Planejamento, Pesquisa e Extensão que tem por finalidade estimular e promover as atividades de investigação científica e extensão na Faculdade, dando-lhes o necessário suporte.

Para executar as atividades de extensão a IESGO poderá alocar recursos próprios de seu orçamento anual e/ou fazer uso da captação de recursos de outras fontes.

#### **a) Políticas de Pós-Graduação**

O programa de Pós-Graduação deve integrar cursos voltados para titular e capacitar docentes e profissionais; cursos de especialização de interesse da sociedade; sendo a política de Pós-Graduação orientada pelas seguintes diretrizes básicas:

- ✓ Os programas de Pós-Graduação, desenvolvidos pelas Faculdades Integradas IESGO, devem merecer avaliações sistemáticas de sua efetividade; e
- ✓ Para a implantação da Pós-Graduação devem ser buscadas ações articuladas e parcerias com outras instituições de ensino e iniciação científica.

As Faculdades Integradas IESGO, reconhecendo o importante papel social que a educação continuada realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na missão institucional, propõem uma política de Pós-Graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

Essa política de Pós-Graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na Iniciação Científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para as Faculdades Integradas IESGO na área dos cursos que oferecem.

O estabelecimento da política de Pós-Graduação partiu de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da Pós-Graduação na região. A partir dessa análise realizada, definiu-se o planejamento de metas e ações, o cronograma e orçamento que forneceram as condições para implantação dos programas de Pós-Graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- ✓ Contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- ✓ Definir áreas prioritárias e desenvolver Investigação Científica nessas áreas, inclusive com os parceiros;
- ✓ Consolidar a concepção de programa de Pós-Graduação integrado à Graduação;
- ✓ Formar grupos em Investigação Científica.

Coerente com os princípios e propostas que caracterizam a presente política, a Pós-Graduação adota mecanismos de avaliação institucional, incluindo a participação de especialistas internos ou externos, conduzindo processos de acompanhamento dos mesmos e revertendo seus resultados para a continuada melhoria de sua qualidade.

## **b) Políticas de Valorização da Diversidade**

Para a IESGO, promover a valorização da diversidade é, sobretudo, uma função social. É preciso que se desenvolva uma cultura de valorização da diversidade na IES como um todo.

Para tanto, pretendemos promover a diversidade na IES por meio de:

- Conscientização de todos: corpo docente; corpo técnico administrativo; discentes;
- Treinamento dos setores em relação a temática;
- Inclusão da temática no currículo de forma transversal;
- Palestras, estudos e reflexões sobre a temática.

### **c) Políticas de Valorização para a Educação Ambiental**

A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

As instituições de Ensino Superior devem promover a Educação Ambiental de forma integral em seus projetos pedagógicos e as diretrizes apontam a necessidade de que essa educação ocorra pela transversalidade, a partir de temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes no currículo; e pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

A Educação Ambiental deve ser um processo permanente de aprendizagem individual e coletiva. O processo de ensino-aprendizagem deve levar a reflexão, construção de valores, atitudes e competências com vistas à qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade com o meio ambiente.

Deste modo, na IESGO a Educação ambiental ocorre por meio de:

- Projetos de extensão;
- Promoção de práticas educativas transversais sobre a temática;
- Promoção da educação ambiental integrando valores éticos e sociais;
- Promovendo a educação ambiental na IES como um comportamento atitudinal;
- Promovendo palestras sobre a temática.

### **d) Políticas de Promoção dos Direitos Humanos**

A Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Um tema fundamental quando pensamos em uma educação voltada para a dignidade humana. Direitos Humanos refere-se a: “um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana”.

A educação em Direitos humanos fundamenta-se em: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Deste modo, na IESGO a Promoção dos direitos humanos ocorre por meio de:

- Promoção do acompanhamento e do estudo das concepções e práticas educativas das questões pertinentes à defesa e promoção dos direitos humanos;
- Nos projetos de extensão;
- Instituição de diretrizes, normas e ações administrativas e pedagógicas relacionadas à valorização da igualdade e combate à desigualdade;
- Provisão da adoção sistemática no curso das melhores diretrizes, normas e práticas, além de assegurar o adequado repasse aos corpos docente, discente e administrativo.

#### **e) Políticas de Valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**

A partir da aprovação da Lei 10.639 e da Lei 11.645 de 2008, a história e cultura afro-brasileira e a história e cultura dos povos indígenas brasileiros são inseridas no currículo como conteúdo obrigatório.

Para além da obrigatoriedade, a temática é importante para se refletir sobre a importância dessas culturas na formação da nossa história.

Para tanto, pretendemos promover a diversidade na IES por meio de:

- Conscientização de todos: corpo docente; corpo técnico administrativo; discentes;

- Treinamento dos setores em relação à temática;
- Inclusão da temática no currículo de forma transversal;
- Palestras, estudos e reflexões sobre a temática.

#### **f) Políticas Voltadas a Pessoas com Necessidades Especiais**

Respeitando suas políticas institucionais, a IESGO, prevê Atendimento Prioritário aos alunos com necessidades especiais, considerando, sobretudo, se tratar de responsabilidade social, através do NAPA que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Este atendimento deve levar em conta as características específicas de cada necessidade. Deve promover alternativas viáveis a necessidade do aluno, utilizando tecnologia assistiva, acessibilidade ao computador, orientações em relação a mobilidade e disponibilização de material pedagógico adaptado a sua necessidade.

A tecnologia assistiva "é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social". (CAT, 2007)

A faculdade pretende gerar, para além do atendimento especializado, uma cultura de inclusão, baseado no respeito a diversidade. Leva em conta em sua política e planejamento o atendimento à legislação nacional para a Educação Inclusiva (Portaria MEC 3.284/2003, Decreto 5.296/2004, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 e Decreto 7.611/2011).

Para tanto, pensou em uma política institucional voltada ao atendimento das pessoas com necessidades especiais, trabalhada de forma transversal no âmbito dos cursos ofertados e com isso implantou o NAPA.

Para alunos com deficiência física: A estrutura física da IES foi projetada com a eliminação de barreiras para circulação do estudante com deficiência física, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimão;

barra de apoio nas paredes; portas e banheiros que atendam as normativas para cadeirantes.

No caso da existência de alunos (ou candidatos nos processos seletivos) com deficiência auditiva, a Instituição dispõe de intérprete de Libras para acompanhamento durante o processo seletivo ou no decorrer do curso, flexibilização na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

Em relação a possíveis alunos com deficiência visual, a IES contará, com um espaço de apoio equipado com computador com programas especiais, impressora braile (podendo ter parceria com Institutos que realizam esta impressão), sistema de síntese de voz, gravador e fotocopidora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura e scanner acoplado ao computador; e também implantará um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e acervo sonoro para uso didático. Está previsto também atendimento especializado para deficiência mental e deficiências múltiplas.

Para toda a IES, diretores, coordenadores, professores e técnico-administrativos será implementada capacitação através do programa de capacitação para a acessibilidade e inclusão que prevê: Informações sobre necessidades especiais; Cursos ou eventos a serem ministrados por especialistas para capacitação de uso de materiais; Cursos de noções de Braille e Língua Brasileira de Sinais.

Para a comunidade serão realizadas: Campanhas de sensibilização e mobilização sobre acessibilidade e inclusão; Parcerias com as corporações, associações, federações, com objetivos de ações integradas para reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

#### **g) *Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS***

A IESGO atende ao Decreto 5.626/05 com a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como optativa em todos os cursos de Graduação e obrigatória nos cursos de Licenciatura, quando for o caso.

A contratação do Tradutor e Intérprete de Libras se dará para o cumprimento das seguintes atribuições, nos termos da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (art. 6º):

efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos- cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio de LIBRAS para a língua oral e vice- versa;

- Interpretar, em LIBRAS, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades fim das instituições de ensino e repartições públicas;
- Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

#### **h) Proteção dos Direitos da *Pessoa com Transtorno do Espectro Autista***

A IESGO atende a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, na Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e o projeto de Inclusão de Alunos Autistas, quando necessário, tem por objetivos:

- Garantir oportunidades sócio-educacionais ao acadêmico ingressante com autismo, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimento e participação social, e objetivos específicos:
- Garantir a avaliação, como conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem do acadêmico ingressante com autismo, podendo modificar a sua prática conforme necessidades apresentadas pelos indivíduos. Modelos qualitativos e contínuos possibilitam organizar e interpretar as informações, obtidas através dos registros informais do processo de ensino, evidenciando as

potencialidades e habilidades do aluno e apontando suas necessidades específicas e seus progressos frente às situações educacionais;

- Proporcionar a formação de equipe de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para atuarem de forma transdisciplinar no processo de avaliação e para colaborar na elaboração de projetos, programas e planejamentos educacionais;
- Garantir o direito da família de ter acesso à informação, ao apoio e à orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais.

#### **i) Responsabilidade Social da Instituição**

A IESGO vem buscando estreitar, de maneira estruturada, sua relação com a sociedade por meio de seus projetos extensionistas, no intuito de ocasionar uma melhoria significativa na relação entre comunidade acadêmica e comunidade local. Acreditamos que o aprendizado histórico que nos instiga à própria revisão do PDI nos proporcionará maior amadurecimento, apontando, se e quando necessário, um aperfeiçoamento de suas metas e estratégias de ação, no marco de um olhar permanentemente crítico sobre a realidade de nossa Instituição.

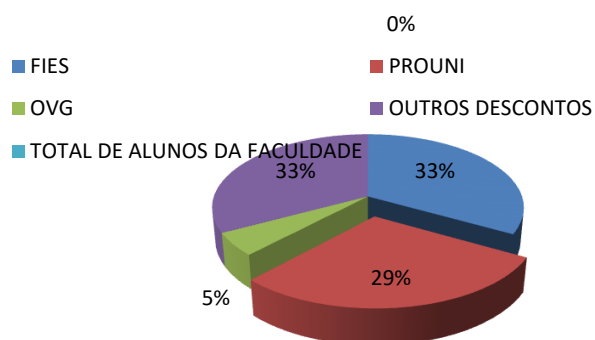
Ao longo dos anos, a Instituição vem ampliando o número de bolsas vinculadas aos Programas Sociais de modo significativo, como pode ser observado no gráfico a seguir:

#### **Total de Estudantes Bolsistas nas Faculdades Integradas IESGO (2020)**

[P3] Comentário: Dados de 2020

<b>CONVÊNIO</b>	<b>ALUNOS BOLSISTAS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
<b>FIES</b>	535	33%
<b>PROUNI</b>	467	29%
<b>OVG</b>	82	5%

<b>OUTROS DESCONTOS</b>	524	33%
<b>TOTAL DE ALUNOS DA FACULDADE</b>	1.608	100%



As bolsas concedidas seguiram critérios estabelecidos, não fazendo distinção de inserção religiosa, orientação sexual, gênero, posição política ou raça, considerando a heterogeneidade dos seus beneficiários, cumprindo assim, seu papel social e educacional a partir da sua inserção na comunidade local e regional. Nesta direção, buscamos por meio da oferta de cursos superiores, figurarmos como um centro de formação produtor de conhecimento científico e formador de opinião, na direção de construir uma sociedade mais justa, igualitária, fundada na justiça social.

A IESGO entende que a responsabilidade social da IES é também o relacionamento ético da Instituição com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação. É a expansão e evolução do conceito e do papel da Instituição de Ensino Superior para além do ambiente interno da Instituição.

O relacionamento da IES com os grupos de interesse deve acontecer de acordo com os seus valores, princípios, objetivos e missão. Dessa forma, a IESGO está contribuindo para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da sua área de inserção, o qual é essencial para o crescimento econômico e social do País.

Através de uma comunicação transparente interna e externa, o investimento no ambiente de trabalho, no bem-estar da equipe de trabalho, na satisfação dos discentes, docentes e comunidade são exemplos de ações que caracterizam a responsabilidade social da Instituição.

Ao adotar essa postura, a IESGO coloca-se como uma instituição atenta às demandas de uma sociedade em constante transformação que coloca para as instituições em geral e para as instituições de ensino, em particular, desafios que implicam na revisão constante de seus princípios norteadores e de suas posturas e posicionamentos.

#### **j) Inclusão Social e Educação Inclusiva**

A IESGO assume que as diferenças humanas são naturais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez de o educando se adaptar ao processo de aprendizagem.

Uma proposta pedagógica centrada no educando, atende aos objetivos da instituição bem como às condutas de inclusão e respeito às diferenças, beneficiando a sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pensamento pode reduzir consideravelmente a taxa de desistência e repetência e ao mesmo tempo garantir índices mais favoráveis de rendimento escolar. Tal proposta pode impedir o desperdício de recursos e a baixa perspectiva de desenvolvimento, frequentemente presentes em programas de educação pouco inovadores, apoiados na mentalidade educacional de que uma mesma técnica se aplica a todas as realidades e indivíduos.

A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. Dentro do campo da educação, isso se reflete o desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades.

A educação inclusiva proporciona um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total das pessoas

com necessidades no processo de aprendizagem. O sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

A educação inclusiva deve responder às necessidades diversas do educando, acomodando diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parcerias com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social e aos indicadores e padrões de qualidade estabelecida pelo Ministério da Educação por meio de sua Política de Acessibilidade a IES busca adotar ações visando o atendimento às pessoas com necessidades especiais.

- a) Para pessoas com deficiência auditiva (surdez ou baixa audição);
- b) Para pessoas com deficiência visual (cegueira ou baixa visão);
- c) Para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;
- d) Para pessoas com deficiência mental.

Para os professores e pessoal técnico-administrativo, visa disponibilizar o programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- a) Informações sobre pessoas com deficiência;
- b) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- c) Cursos para o atendimento da linguagem dos sinais;
- d) Seminários ou eventos similares sobre relações pessoais e atendimento.

Para a comunidade social dispor-se-á de:

- a) Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;

- b) Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.), com o objetivo de promover ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais como direitos humanos universais;
- c) Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais com adequadas condições de atuação para as pessoas com necessidades especiais.

Os cursos, programas e projetos de Educação Superior desenvolvidos/a ser desenvolvidos pela IES contribuem, ainda, para a redução das desigualdades sociais e regionais ao gerarem novos empregos, diretos (professores e pessoal técnico-administrativo) e indiretos (reprografias, lanchonetes, etc.).

### **1.3. Concepção do Curso**

Na concepção do Curso de Psicologia foi estabelecido um ato de conjugação da teoria com a prática, fator determinante para a equalização de um método de três fases: ação – reflexão – ação. Dentro deste contexto é projetado o valor da argumentação para o estabelecimento da hipótese, como instrumento norteador da conduta psicológica.

Buscando oferecer um Curso de Psicologia voltado para o resgate dos valores intrínsecos da cidadania, as Faculdades IESGO concebem um projeto para implementação do curso, respaldado pela ousadia e inovação, sem fugir dos princípios instituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, centrados nos eixos estruturantes.

O Curso de Psicologia ofertado pelas Faculdades IESGO atende a demanda existente nos três Estados da federação, cuja interligação pela curta distância se efetiva. No Estado da Bahia existem poucos cursos de psicologia sendo ofertados. Dentro do Estado de Goiás, alguns cursos de Psicologia ofertados, com concentração na capital. No Estado de Minas Gerais, muito embora exista uma oferta maior, apenas um curso de psicologia está instalado na Região Noroeste.

Isto significa dizer que o Curso de Psicologia, torna-se imprescindível para a região, assegurando qualificação não apenas dos acadêmicos formosenses, como também de outros residentes na Região Centro Oeste do Brasil, que convergirão para a IESGO.

#### **1.4. Objetivos do Curso**

##### **1.4.1. Objetivo Geral**

Formar profissionais com responsabilidade social, conhecimento teórico-conceitual e prático, visão generalista e humanista.

##### **1.4.2. Objetivos Específicos**

- I. Propiciar ao aluno uma formação que contemple a compreensão crítica dos fenômenos psicológicos e da realidade brasileira, garantindo o pleno exercício da cidadania e o respeito à ética em sua atuação profissional;
- II. Sensibilizar para a necessidade de aprimoramento contínuo, para estarem condições favoráveis para o ingresso no mercado de trabalho que se apresenta de forma complexa, dinâmica e altamente competitiva;
- III. Formar profissionais aptos a identificar a natureza e especificidade dos fenômenos e processos psicológicos em suas inter-relações com outras áreas do conhecimento possibilitando uma formação interdisciplinar e transversal;
- IV. Promover a construção de conhecimentos que transcendam os limites da sala de aula e que venham ser convertidos na consciência de que o aprimoramento e o estudo devem ser contínuos.
- V. Promover contato gradual do aluno com as exigências de prática profissional, oferecendo sequencialmente oportunidades de inserção em contexto de trabalhos de forma compatível com o avanço de seu domínio no campo teórico e instrumental;
- VI. Fortalecer a formação ética, através da reflexão ao longo do curso, sobre o comportamento social do psicólogo;
- VII. Formar psicólogos capacitados a atuar junto à comunidade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento grupal, aliando a psicoterapia ao processo de

educação, viabilizando instrumentos que possibilitem ao grupo uma melhor inter-relação com seus membros e com o meio atendo a demandas de responsabilidade social;

- VIII. Formar profissionais que façam da Psicologia um instrumento de transformação social, visando o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo para que consciente de si e do mundo, possam contribuir para o progresso e desenvolvimento da comunidade na qual se insere;
- IX. Proporcionar aos alunos uma visão ampla do desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia através de diferentes abordagens teóricas, prática generalista, oportunidade de produção de conhecimento e pesquisa, formação ética e crítica; e possibilidades de aplicação da Psicologia nos mais variados campos pelo compromisso de atuação integral e promoção da saúde;
- X. Proporcionar aos alunos noções básicas de LIBRAS;
- XI. Proporcionar aos alunos aspectos históricos e atuais relacionados às minorias sociais (exemplo: negros, mulheres, nordestinos, homossexuais, transexuais, índios entre outros), ressaltar em sua primazia aspectos relacionados aos grupos afro-descentes e indígenas;
- XII. Proporcionar aos acadêmicos, noções centrais sobre psicologia ambiental;
- XIII. Atenção à saúde: os acadêmicos devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto a nível individual quanto a nível coletivo.

### **1.4.3 Habilidades e Competências**

As habilidades e competências indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia, Resolução CNE/CES nº5/2011, devem ser desenvolvidas ao longo do processo de formação.

São características fundamentais do egresso do Bacharelado em Psicologia das Faculdades Integradas IESGO: o trato humanizado com pessoas, o respeito à diversidade, a visão ampla e sistêmica da área do profissional de Psicologia, a capacidade de comunicação, o trabalho em equipe e liderança.

A proposta pedagógica do curso se baseia no desenvolvimento de competências para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento profissional, utilizando os conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo da integralização curricular. Portanto, o Bacharel em Psicologia das Faculdades Integradas IESGO desenvolverá, entre outras, o seguinte conjunto de habilidades e competências:

- I. Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional; atuar em diversos níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção da saúde, proteção à saúde;
- II. Atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade nos diversos campos do saber baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- III. Administrar e gerenciar, tomar iniciativas, fazer gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais de informação, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;
- IV. Tomada de decisões: o trabalho dos egressos deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas. Baseadas em evidências científicas;
- V. Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e treinamento de futuros profissionais;
- VI. Os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e público geral;
- VII. O egresso deverá ter conhecimentos de fundamentos psicológicos conhecimento das bases, habilidades e competências em torno dos fundamentos epistemológicos e históricos, dos fundamentos teórico-metodológicos, da investigação científica e a prática profissional, dos fenômenos e processos psicológicos, das interfaces com campos afins do conhecimento, a fim de integrar fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos

psicológicos;

- VIII.O egresso deverá ser capaz de analisar o campo de atuação profissional e desafios contemporâneos;
- IX.O egresso deverá ser capaz de atender as demandas necessárias de cada área do saber psicológico, ter compreensão generalista das abordagens psicológicas;
- X.Atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico;
- XI.Realizar orientação e aconselhamento psicológico;
- XII.Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios da área da psicologia;
- XIII.Atuar, profissionalmente em diferentes níveis de ação;
- XIV.Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
- XV.Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- XVI.Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- XVII.Compreensão acurada das ênfases curriculares em duas diversidades de orientações teórico-metodológicas- práticas;
- XVIII.Aplicação do conhecimento profissional nos diversos campos dos saberes psicológicos.

### **1.5. Perfil do Egresso, Competências e Habilidades.**

#### **1.5.1. Perfil do Egresso, Competências e Habilidades.**

As competências e habilidades exigidas ao egresso de Psicologia pelas FACULDADES INTEGRADAS IESGO se relacionam com a interação dos alunos com as disciplinas teóricas e práticas e com os instrumentos que lhe permitem observar o mundo e trabalhar para a melhoria do ambiente profissional e social em que se encontra inserido. Sabendo que as competências se relacionam aos aspectos do intelecto e da mente, enquanto que as habilidades se alicerçam na capacidade de implantar as ações dos projetos estruturados, entende-se que um Psicólogo com formação acadêmica

completa precisa ter domínio do conhecimento abstrato, além de ações práticas que lhe oportunizem o trabalho com a comunidade. Observa-se que a elaboração do Currículo do curso de Psicologia das FACULDADES INTEGRADAS IESGO se relaciona a construção flexível de conhecimentos, possibilitando assim, o estabelecimento e desenvolvimento tanto das competências, quanto das habilidades, fazendo do Psicólogo um profissional completo, com visão generalista, atento as questões relevantes sobre as minorias sociais.

A formação da competência e habilidade deve ser observada como um todo em que se articula um conhecimento amplo e a possibilidade de formação acadêmica generalista. Valores morais, éticos e a consciência de que é preciso trabalhar a responsabilidade social são algumas das competências exigidas para que os egressos possam trabalhar tanto com a Psicologia Organizacional e do Trabalho, quanto com a Psicologia Clínica e outras áreas. Garantindo assim uma visão predominantemente relacionada aos direitos humanos.

Em face das características regionais e nacionais, das necessidades e expectativas da comunidade e do papel socio educacional e cultural que as FACULDADES INTEGRADAS IESGO desempenha em sua área de abrangência, além do enfoque generalista do seu currículo, pode-se, sucintamente, caracterizar como desejado que o egresso do curso de Psicologia seja possuidor das competências e habilidades supracitadas.

O curso de graduação em Psicologia, pelas FACULDADES INTEGRADAS IESGO, indica parâmetros norteadores para a formação do psicólogo na sociedade brasileira, priorizando um ensino voltado para a área clínica e organizacional e do trabalho. Com as habilidades supracitadas, é mister que o bacharel em Psicologia compreenda a necessidade de preparar-se para a assimilação de conhecimentos mais aprofundados em cursos de pós-graduação, bem como para atuar em atividades nas diversas áreas dos serviços públicos municipais, estaduais e federais e privados

### **1.5.3. Planejamento da Ampliação do Perfil do Egresso em Função de Novas Demandas Apresentadas pelo Mundo do Trabalho**

O Perfil do Egresso será, quando necessário, ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, de acordo com o resultado da (o) autoavaliação do curso, do acompanhamento dos egressos e dos estudos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A IESGO compreende a relevância de se dar uma atenção enfática ao ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO, através das ações que dela resultam, que incluem:

- Obter sempre uma face atual da Avaliação Institucional, sobre o enfoque de quem já se formou e está no mundo do trabalho;
- Identificar melhor ainda o perfil e a trajetória profissional dos egressos;
- Estar atualizada quanto às competências exigidas pelo mundo do trabalho e a necessidade da criatividade e empreendedorismo na concepção de ideias inovadoras para o desenvolvimento humano e de sociedades sustentáveis;
- Atualizar os currículos dos cursos e programas, ampliando o perfil do egresso.

Assim, a atualização curricular do curso será realizada de forma permanente. E o Perfil do Egresso será, sempre que necessário ampliado em função das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

A IESGO mantém um Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos dispõe de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a

promoção de um relacionamento contínuo entre a IESGO e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

### 1.6. Mercado de Trabalho

- ✓ Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- ✓ Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- ✓ Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

### 1.7. Grade Curricular

O Curso funcionará nas instalações das Faculdades Integradas IESGO, em regime semestral seriado, no turno noturno e disponibilizará semestralmente de 200 (duzentas) vagas.

A sua duração será de 4000h, sendo: 3800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, atividades de campo, visitas técnicas e viagens de estudos, atividades em biblioteca, atividades em laboratório, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos. Estudos de casos, estudos dirigidos presenciais e não presenciais, oficinas, pesquisas, práticas de ensino seminários, trabalhos individuais e em grupo, Trabalhos individuais e em grupo, Grupos de estudos, Works shop, Projeto de Transversalização dentre outras incluindo Atividades Práticas Supervisionadas. Além da carga horária de 200 horas de atividades complementares.

O Curso de Graduação em Psicologia tem como regime o seriado semestral com 20 semanas letivas, visando preparar profissionais aptos a

exercerem as funções requeridas, com visão integral dos aspectos a eles relacionados. A carga horária total será integralizada ao longo de 10 (dez) semestres letivos, totalizando 4000 horas de efetivo trabalho acadêmico. A matriz curricular do curso foi concebida de modo a construir formação acadêmica que possibilite o egresso a atuação em diversos ramos da gestão de companhias e projetos.

A Disciplina Libras está inserida na estrutura curricular do Curso como disciplina optativa, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005.

O projeto pedagógico do curso foi construído e revisado em total observância as Diretrizes Curriculares de Psicologia. Ele está, plenamente, adequado à legislação da educação superior e aos atos normativos do MEC e do CNE. O currículo do curso foi desenvolvido na perspectiva da educação continuada, sendo concebido como realidade dinâmica, flexível, propiciando integração entre a teoria e prática, o diálogo entre as diferentes ciências e saberes, e as atividades facilitadoras da construção de competências.

O eixo e os núcleos temáticos, além de orientarem a elaboração das ementas e planos de ensino das disciplinas, mantendo-se sempre num horizonte crítico, devem balizar o ordenamento lógico e horizontal de todas as disciplinas de um mesmo semestre, o escalonamento vertical do curso e outras atividades complementares (programadas e eventuais) que envolvam alunos do curso. O princípio básico da interdisciplinaridade deverá ser constantemente perseguido por todos os professores.

A integração entre os conhecimentos pode criar as condições necessárias para uma aprendizagem motivadora, na medida em que ofereça maior liberdade aos professores e alunos para a seleção de conteúdos mais diretamente relacionados aos assuntos ou problemas que dizem respeito à vida da comunidade. É necessária uma aproximação entre os conteúdos programáticos e a experiência dos alunos. A existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões reais. Esse procedimento gera uma aprendizagem significativa.

Os planos de ensino são revisados e atualizados pelo NDE, se necessário, todo semestre. Na primeira semana de apresentação do professor, no início do ano letivo, é promovida pela Faculdade a Semana de Planejamento Pedagógico em que, entre outras atividades, em reunião de

colegiado é feita a discussão dos planos de ensino pelo corpo docente, sob a supervisão do coordenador e definidas as atividades programadas extraclasse - APEC para o semestre. Ao serem aprovados, os mesmos são atualizados ou modificados.

Tendo em vista a dinâmica de mudanças que ocorrem continuamente em todas as áreas de conhecimento, a descrição do perfil (ementa) das disciplinas estará sujeita às revisões periódicas. A possibilidade de modificação, total ou em parte, da descrição do perfil (ementa) das disciplinas, se verificará sempre que o NDE e seus professores julgarem conveniente. Assim, torna-se necessário, no entanto, manter-se a sua compatibilidade com a estrutura curricular do curso, seus objetivos e o seu direcionamento acadêmico. A bibliografia indicada em cada plano de ensino é a escolhida pelo professor responsável pela disciplina, e apreciada pelo NDE. Os livros referenciados são obras básicas relevantes de cada assunto ou tema. A bibliografia é constantemente atualizada por necessidade imperiosa de adequar os livros existentes e indicados aos alunos para a disponibilidade de novos conhecimentos da área da Psicologia.

A organização do currículo seguiu os princípios de flexibilização; interdisciplinaridade e a contextualização.

As atividades acadêmicas terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

Aulas expositivas e preleções, além de uma perspectiva dialógica entre estudantes e docente: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade supervisionada conforme a resolução 03/2018.

Buscou a adequação do currículo às características dos alunos e do ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos alunos e com o contexto social. Para atender a esse princípio, buscou-se adequar o processo de ensino e aprendizagem à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Desenvolveram-se estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes.

Nessa perspectiva, as práticas curriculares implementadas estão pautadas no conhecimento das características dos alunos, buscando respeitar suas personalidades e suas identidades.

O projeto pedagógico do curso pressupõe que a formação do psicólogo está alicerçada em sólidas bases conceituais e na compreensão do método científico, tornando o egresso um profissional capaz de lidar com a diversidade, velocidade e complexidade do desenvolvimento científico e tecnológico, aplicando estes conhecimentos às diversas demandas da Saúde. Com isto, há a necessidade de modernizar constantemente o currículo.

A estruturação dos conteúdos programáticos das disciplinas elencadas na matriz curricular visa adequar o curso à formação de profissionais competentes, reflexivos, críticos, adequados ao momento social e científico. Esse processo possibilita a inserção dos egressos no mercado de trabalho, desenvolvendo alternativas que atendam à melhoria da qualidade de vida da comunidade local e da sociedade como um todo, além do desenvolvimento de atitudes éticas norteadoras de sua atuação como cidadão e como psicólogo.

Desse modo, o curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO está organizado em conformidade com os padrões definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia. Desse modo, os conteúdos essenciais do curso estão relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional e seguindo as ênfases de Psicologia Clínica e Psicologia Organizacional.

Durante o Estágio Curricular Supervisionado, o estudante articula os conhecimentos vivenciados durante toda a sua formação.

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser realizado de forma interdisciplinar, permeando assim os diferentes campos.

Os conteúdos curriculares previstos são contemplados, ainda, nas disciplinas eletivas oferecidas, nos seminários, oficinas e workshops promovidos pelas Faculdades Integradas IESGO. Poderão estar também no conjunto de atividades complementares oferecidas pelo curso de Psicologia, pela IES, selecionadas pelos estudantes em outros espaços acadêmicos e culturais, ou na integração com os serviços e a comunidade.

A estrutura curricular total construída para atender a proposta curricular do curso constitui-se de 4.000 horas, sendo 3.800 de disciplinas obrigatórias e 200 horas de atividades complementares.

As atividades complementares são de cunho científico e cultural. Poderão ser realizadas pelo estudante fora da sala de aula, em projetos de extensão e pesquisa ou participando de eventos culturais e científicos, conforme regulamento interno.

Além disso, para atender aos princípios do currículo, as disciplinas se articulam por meio de eixos integradores, definidos especificamente para o Curso de Psicologia, e os eixos transversais, trabalhados permanentemente pelos cursos de graduação das Faculdades Integradas IESGO.

As Faculdades Integradas IESGO compreende que Educação tem a ver com questões mais amplas e que a faculdade é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. Por serem questões contemporâneas, fundamentais para a consolidação da democracia, do Estado de Direito e da preservação do ambiente em que as pessoas vivem; essas temáticas tratam de processos que estão sendo intensamente vivenciados pela sociedade brasileira de modo geral e pela sociedade do Município de Formosa de modo específico, assim como pelas comunidades, pelas famílias, pelos (as) estudantes e educadores (as) em seu cotidiano.

Desse modo, os currículos dos cursos de graduação das Faculdades Integradas IESGO contemplam as narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos, Sustentabilidade.

Os eixos transversais favorecem uma organização curricular mais integrada, focando temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e que, em regra geral, são deixados à margem do processo educacional (SANTOMÉ, 1998). A expectativa é de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam no curso.

Ademais, possibilitam o acesso do (a) estudante aos diferentes referenciais de leitura do mundo, com vivências diversificadas e a construção/reconstrução de saberes específicos. Os conteúdos passam a ser organizados em torno de uma determinada ideia ou eixo que indicam referenciais para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido por professores (as) e estudantes, de forma interdisciplinar, integrada e contextualizada.

#### **a) Diversidade**

Etimologicamente, o termo diversidade significa diferença, dessemelhança, heterogeneidade, desigualdade. A diversidade está relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica. Esse atributo nos leva a alguns grupos excluídos que, historicamente, têm vivenciado a desigualdade em virtude de suas diferenças dos padrões preestabelecidos: mulheres, pessoas com deficiências, negros, povos indígenas, população LGBTQIA+, quilombolas, pessoas do campo e pobres, entre outros.

Existe, então, a compreensão de que fenômenos sociais, tais como: discriminação, racismo, sexismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, valorização dos patrimônios material e imaterial e depreciação de pessoas que vivem no campo acarretam a exclusão de parcelas da população dos bancos escolares e geram uma massa populacional sem acesso aos direitos básicos.

A faculdade apresenta-se como um espaço propício para tratar dessas questões, não como verdades absolutas, mas que possibilitem aos estudantes: [...] compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. [...] A ideia de que educação não é doutrinação talvez valha aqui mais do que em qualquer outro campo, pois estaremos lidando com valores sociais muito arraigados e fundamentais (CARRARA, 2009, p. 14).

Pensar uma educação para a diversidade significa, na prática:

- a) Reconhecer a existência da exclusão no ambiente escolar.
- b) Buscar permanentemente a reflexão a respeito dessa exclusão.
- c) Repudiar toda e qualquer atitude preconceituosa e discriminatória.
- d) Considerar, trabalhar e valorizar a diversidade presente no ambiente escolar, pelo viés da inclusão dessas parcelas alijadas do processo.

e) Pensar, criar e executar estratégias pedagógicas com base numa visão crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história social, política, cultural e econômica brasileira.

O trabalho concomitante com as questões de gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais e educação patrimonial é oportuno e necessário, pois na vida cotidiana e na história das sociedades ocidentais essas questões estão imbricadas, necessitando de uma abordagem conjunta. Nesse sentido, ao quando se sobrepuserem às diferentes desigualdades, acabam por serem reforçadas, formando um universo de subcidadãos e subcidadãs.

### **b) Cidadania e Direitos Humanos**

Cidadania e direitos humanos são termos utilizados algumas vezes para expressar uma mesma realidade, política ou ação. Aqui tomamos a diferenciação feita por Benevides (2013), pois partimos dos mesmos pressupostos que a autora utiliza para construir as diferenças e proximidades dessas categorias. A cidadania é uma ideia fundamentada em uma ordem jurídico política, ou seja, o cidadão é membro de um determinado Estado e seus direitos ficam vinculados a decisões políticas. Por isso, os direitos de cidadania são variáveis em função de diferentes países e culturas e determinados por diversos momentos históricos. No entanto, jamais podem estar dissociados dos direitos humanos em sociedades democráticas.

A organização política e social baseada na cidadania é um avanço importante para a inclusão de minorias nas políticas sociais, porém não é suficiente para garantir uma convivência entre grupos considerados maiorias e minorias, sendo necessária a introdução de outro nível de direitos.

Apesar de serem considerados universais e naturais, os direitos humanos são também históricos, pois sofreram alterações, mudanças e até mesmo rupturas em períodos históricos diferentes e até em países que os incorporaram tardiamente em suas legislações, em relação a outros. Benevides (s/d), seguindo as orientações da II Conferência de Direitos Humanos da ONU, em Viena, 1993, explicita as características dos direitos humanos como indivisíveis e interdependentes. Nessa perspectiva, portanto não se trata de utilizar os dois termos para identificar os mesmos processos de organização da

sociedade, mas de especificar as características de cada um para construir a relação com o tema aqui proposto.

A Escola, em seu privilegiado espaço de promoção do Estado Democrático de Direito, não pode exercer uma prática negativa em relação ao que defende e, assim, colocar em xeque seu papel transformador da realidade, pois conforme vem sendo amplamente discutido em inúmeras convenções nacionais e internacionais, a educação é um direito fundamental que contribui para a conquista de todos os demais direitos humanos. Daí a importância de termos este eixo como transversal ao currículo.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) define a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional e local.
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político.
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados.
- e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como reparação das violações.

Sugere-se o estudo cauteloso e pormenorizado dessas dimensões, de forma a contemplá-las em toda a organização do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores. Para tanto, é fundamental o uso de metodologias e dispositivos que possibilitem uma ação pedagógica progressista e emancipadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, para os conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. A cidadania ativa pode ser entendida como o exercício que possibilita a prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a ampliação de novos direitos, devendo contribuir para a defesa da garantia do direito à educação básica pública, gratuita e laica para todas as pessoas, inclusive para os que a

ela não tiveram acesso na idade e condições próprias. É ampla a discussão nos dias atuais sobre o “direito à aprendizagem”, como um dos maiores desafios da Escola.

Essas reflexões foram retomadas e reforçadas nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, Resolução 08/2012, segundo as quais o escopo principal da Educação em Direitos Humanos é a formação ética, crítica e política.

Por formação ética compreende-se a promoção de atitudes orientadas por valores humanizadores, como dignidade da pessoa, liberdade, igualdade, justiça e paz, reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A construção de uma atitude crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos.

A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos, esforçando-se por promover o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo sua organização e participação. Esses aspectos tornam-se possíveis por meio do diálogo e de aproximações entre diferentes sujeitos biopsicossociais, históricos e culturais, bem como destes em suas relações com o Estado.

Diante disso, evidencia-se a necessidade e importância de tornar a sala de aula e a faculdade espaços de fortalecimento da participação individual e coletiva, que reconheça e valorize todos os grupos. A educação em e para os Direitos Humanos é, assim, uma forma de reposicionar compromissos nacionais com a fomentação de sujeitos de direitos e de responsabilidades, podendo influenciar na construção e consolidação da democracia.

### **c) Sustentabilidade**

Para a sociedade, o capital passou a ser qualificado como princípio de felicidade, em detrimento de populações que se aglomeravam entre os altos índices de desemprego e pobreza. As cidades começaram a inchar e a população planetária cresceu como nunca; as áreas agricultáveis foram

expandidas e as florestas europeias, norte-americanas e asiáticas foram dizimadas.

E no século XX, com o fim da escravidão, a globalização se intensifica e o desenvolvimento tecnológico expande a produção agrícola, iniciando o pensamento ambientalista. “Esse momento histórico influenciou as relações humanas e o uso dos recursos naturais” (TORRES, 2011, p. 110). Os governos começaram a instituir nos marcos legais os princípios da liberdade, no capitalismo, e da igualdade, no socialismo.

Na década de 1960, as questões ambientais passaram a ser mais bem percebidas pela humanidade, momento em que foi lançado o importante livro: “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, e realizada a Conferência da Biosfera em Paris, em 1968 (DUARTE; WEHRMANN, 2002, p. 11-12).

A partir de então, correntes científicas começaram a entender o planeta de forma sistêmica. Ou seja, o método reducionista e mecanicista da Ciência começou a ser questionado e em seu lugar, alguns autores, como Capra, propuseram que estudos sobre o funcionamento dos organismos fossem realizados a partir de uma concepção sistêmica, onde o mundo passasse a ser visto “em termos de relações e de integração” (1986, p.259-260).

Com isto, na década de 1980 surgiu um novo conceito, o de Desenvolvimento Sustentável. Esse conceito assumiu grandes proporções após a publicação do livro “Nosso Futuro Comum”. A bibliografia, também conhecida como relatório Brundtland, foi publicada em 1987, a partir do trabalho realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, órgão vinculado à ONU.

O conceito de desenvolvimento sustentável conduz ao raciocínio de um desenvolvimento que una a sociedade, o meio ambiente e a economia de forma equilibrada. Como explica Sachs: “devemos nos esforçar por desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente includente [...]” (2004, p.118).

Diante desse novo modelo de desenvolvimento exposto pelo relatório Brundtland e com o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, houve a ruptura com o pensamento de que o crescimento econômico poderia sanar todos os problemas do mundo moderno. Até então,

havia uma noção de desenvolvimento como sendo a mesma de crescimento econômico (VEIGA, 2006).

A ruptura desse paradigma, fez com que muitos autores passassem a refletir sobre o melhor tipo de desenvolvimento. Excluía-se a ideia do crescimento zero, utilizado outrora por defensores do meio ambiente e moradores de países “desenvolvidos”. Neste sentido, o Brasil promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Esse evento reuniu representantes de diversas nações e de várias organizações da sociedade civil e, entre outros resultados, criou a Agenda 21. O documento gerado “tratava de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável” para o século XXI (NOVAES, 2003, p.324).

Em decorrência do Rio-92, surgiu também o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, documento formulado pela sociedade civil com 16 princípios e 22 diretrizes, indicando a necessidade de “[...] estimular a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade” (2012). As sociedades sustentáveis devem buscar desenvolver suas potencialidades locais, aproveitando os conhecimentos tradicionais e respeitando o equilíbrio ecossistêmico, superando o modo de produzir e reproduzir do capitalismo.

Mesmo com os problemas para a implantação da Agenda 21, foi reconhecido que as comunidades locais, baseadas em suas tradições culturais e na cooperação, poderiam facilitar e criar uma alternativa para o modelo de sociedade atual, fundado na superprodução e no superconsumo. Com isto, passa-se a buscar um novo modelo de humanidade, que “através do reencantamento das práticas sociais locais/globais e imediatas/diferidas plausivelmente possam conduzir do colonialismo à solidariedade” (SANTOS, 2002, p.116).

O Estado tem um papel fundamental para que a globalização se torne mais simétrica e justa. Entre outras coisas, o poder público tem a função de harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas, “buscando um equilíbrio

entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) [...]” (SACHS, 2004, p.11). Assim, as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e espiritual devem ser observadas em todo momento do processo educativo.

O eixo transversal “Sustentabilidade”, no currículo do curso de Psicologia, sugere um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidária, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, entre outros.

Para tal, é necessário que os valores individuais e coletivos sejam baseados em princípios definidos na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/1999, e reafirmados pelas Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental, Resolução CNE/CP nº 2, de 15/06/2012. Todas as áreas do conhecimento das etapas e modalidades do processo de escolarização, bem como suas atividades pedagógicas devem permear, de forma articulada e transversal, a educação para a Sustentabilidade. Assim, caminharemos juntos para uma mudança de postura e prática rumo à sustentabilidade da estadia humana no planeta Terra.

Esses temas transversais articulam-se aos eixos integradores propostos para o curso de Psicologia, e constituem a formação do psicólogo nas Faculdades Integradas IESGO.

### **1.7.1. Conteúdos Curriculares**

As disciplinas são hierarquizadas em períodos semestrais, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do profissional em Psicologia.

A formação do profissional exige a compreensão dos fundamentos, princípios e pressupostos epistemológicos e pedagógicos, específicos destes níveis de ensino.

A proposta curricular é a expressão do compromisso desta Instituição com a aquisição destas competências no processo de formação profissional.

A partir da atualização do ementário, o professor junto com o NDE, elabora anualmente seu plano de ensino articulado com a bibliografia atualizada.

A interdisciplinaridade é compreendida a partir da abordagem relacional, isto é, propõe que, por meio da prática, sejam estabelecidas ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos.

Ao propor uma nova forma de organizar o currículo, trabalhado na perspectiva interdisciplinar, perpassado pelos temas transversais de forma contextualizada, parte-se do pressuposto que toda a aprendizagem significativa implica uma relação sujeito/objeto. Para que esta se concretize é necessário que sejam dadas as condições para a interação entre esses dois polos.

A Disciplina Libras está inserida na estrutura curricular do Curso de como disciplina optativa, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005.

Os conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental e a responsabilidade social, bem como o respeito às diversidades e a preservação ambiental, cultural e os direitos humanos serão constantemente estimulados. Haverá uma preocupação em conscientizar o formando que sua carreira exigirá uma formação para a cidadania.

Além dos conteúdos das disciplinas, serão implementados projetos, cursos de extensão, atividades complementares, visitas técnicas, projetos de Iniciação Científica.

O Curso traz em sua estrutura disciplinas com conteúdos relacionados aos Direitos Humanos e Sustentabilidade Ambiental, contemplando as políticas ambientais e a promoção dos direitos humanos, conforme a determinação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Há também a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

A educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena – A orientação para os valores, visões de mundo, conhecimentos afro-indígenas brasileiros, bem como educação com vistas as Relações Étnico-Raciais, direitos humanos e para o Ensino de

História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o fortalecimento da compreensão da formação do povo brasileiro foi inserido nas ementas da disciplina de Saúde e Diversidade Étnico Racial, nos termos da Lei 10639/2003. Além dos conteúdos das disciplinas, serão implementados projetos, cursos de extensão, atividades complementares, visitas técnicas, projetos de Iniciação Científica.

Os conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental e a responsabilidade social, bem como o respeito às diversidades e a preservação ambiental, estão inseridos na disciplina Políticas Públicas em Saúde.

Haverá uma preocupação em conscientizar o formando que sua carreira exigirá uma formação para a cidadania.

A diversidade, Ética e Cidadania, Educação e Saúde e Orientação sexual, promoverão ao graduando que sua formação deve ser numa visão multiculturalista, visões diferenciadas de questões de cunho político, social, ético, racial, sexual e saúde serão integradas, possibilitando uma análise multidisciplinar educacional.

O conjunto das disciplinas objetiva a passagem do senso comum ao conhecimento científico e da reflexão crítica, tendo ainda por objetivo de estudo o significado da atividade acadêmica e a aquisição de competências referentes ao comprometimento com valores estéticos, políticos e éticos inspiradores de uma sociedade democrática. Dentro dessa concepção, os alunos cursarão no Eixo de Formação Fundamental/Básico disciplinas que visam integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações da Psicologia com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdo. No que diz respeito, ao estudo de suas respectivas especificidades.

No Eixo de Formação Profissional, abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos da saúde mental, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico.

Atividades Complementares - contribuem para o enriquecimento da formação acadêmica, profissional e intelectual. No sentido de permitir a complementação, a atualização, a habilitação e a capacitação em amplas

áreas do conhecimento que contribuem significativamente para a formação do psicólogo.

Os temas transversais serão objetos de todas as disciplinas garantindo assim que os alunos, além de conhecê-los, aprendam a atuar com a transversalidade e procurará mostrar ao graduando que sua formação deve ser numa visão multiculturalista. Visões diferenciadas de questões de cunho político, social, ético, racial, sexual e saúde serão integradas, possibilitando uma análise multidisciplinar educacional. Representa o momento de uma compreensão abrangente e crítica do curso, somada à capacidade de avaliação e sistematização das diversas situações jurídicas, verificadas na sociedade.

Em síntese as atividades do curso estão assim distribuídas.

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS): Seminários, grupos de estudos, Workshop, Projeto de Transversalização, Iniciação científica, como componentes do trabalho acadêmico efetivo, através de sua inserção nos Planos de Ensino pelos professores do curso de Psicologia. Entre as atividades desenvolvidas, citam-se: atividades de campo, visitas técnicas e viagens de estudos, atividades em biblioteca, atividades em laboratório, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos, estudos de casos, estudos dirigidos presenciais e não presenciais, experimentos, oficinas, pesquisas, práticas de ensino seminários, trabalhos individuais e em grupo, dentre outras.

As práticas serão realizadas em turnos diferentes e, em sua maioria, nos horários de funcionamento das Faculdades Integradas IESGO, tendo suas atividades regulamentadas pelo colegiado e pelo NDE.

As horas complementares são horas de atividades, que os alunos deverão captar ao longo do curso, conforme definido no PPC.

Para tanto, a IES possui uma infraestrutura física e organizacional específica para o curso e corpo docente titulado e capacitado para operacionalização do projeto pedagógico e adota uma metodologia pedagógica inovadora.

<b>EIXO</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>ARTICULAÇÕES</b>
<b>BÁSICO</b>	Filosofia	1º
	Psicologia Ciência e Profissão	1º
	Sociologia	3º
	História e Sistemas em Psicologia	1º
	Psicologia Geral e Experimental	2º
	Metodologia Científica	2º
	Teorias da Personalidade	2º
	Português	1º
	Estatística	3º
	Pesquisa em Psicologia	3º
	Metodologia Científica	2º
	Psicofarmacologia	5º
	Neuroanatomia Fisiologia	4º
	Políticas Públicas em Saúde	8º
	Ética Profissional	6º
	Psicologia da Aprendizagem	4º
	Trabalho de Conclusão de Curso	10º
<b>COMPLEMENTAR</b>	Saúde Mental no Trabalho e Processos Grupais	7º
	Optativa I	9º
	Optativa II	10º
	Processos Psicológicos Básicos	2º
	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	2º
	Atividades Complementares I	6º
	Atividades Complementares II	7º

	Atividades Extensionistas I	2º
	Atividades Extensionistas II	4º
	Atividades Extensionistas III	6º
	Atividades Extensionistas IV	8º
	Atividades Extensionistas V	10º
<b>ESPECÍFICO</b>	Ciclo Vital	1º
	Psicologia Social	2º
	Técnicas de Entrevista	4º
	Técnicas de Exame Psicológico	3º
	Psicologia Organizacional e do Trabalho	5º
	Psicologia da Saúde e Hospitalar	6º
	Psicopatologia	5º
	Psicologia Escolar	5º
	Psicoterapia Breve	6º
	Teorias Psicanalíticas	6º
	Psicoterapia da Criança	7º
	Psicometria	9º
	Teorias Comportamentais	7º
	Psicodiagnóstico	7º
	Psicologia Conjugal e Familiar	8º
	Temas em Diversidade	8º
	Teorias Fenomenológicas e Existenciais	9º
	Técnicas Projetivas	8º
	Avaliação de Desempenho	9º
	Psicodrama	10º

	Teorias da Sexualidade	10º
	Psicologia Jurídica	4º

### **1.7.2. Grade Curricular**

A grade curricular está adequada à concepção do curso e encontra-se em anexo.

### **1.7.3. Ementário e Bibliografia**

As ementas e os programas dos componentes curriculares estão adequados à concepção do curso e serão atualizados periodicamente.

A bibliografia indicada (básica e complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante.

O ementário e a bibliografia encontram-se em anexo.

### **1.7.4. Estágio Supervisionado**

O estágio em Psicologia é um conjunto de atividades supervisionadas realizadas em situações reais de vida e de trabalho, por um estudante regularmente matriculado no curso de graduação das Faculdades Integradas IESGO. Tem por objetivo desenvolver a aprendizagem profissional e sociocultural da (o) estudante.

Por ser interação entre atividades acadêmica e profissional, o estágio oferece espaço privilegiado para o exercício profissional supervisionado, para a intervenção em campos de atuação, bem como para o levantamento para desenvolvimento de pesquisa.

Diante da constante ampliação das modalidades e contextos de atuação da Psicologia, os estágios são importantes instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional.

Conforme Lei n.º 11.788/2008 (Lei do Estágio) que regulamenta as atividades de estágio realizadas por estudantes de diferentes níveis de formação. Estabelece:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de

educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Conforme a lei, a agência educativa deverá desempenhar no conjunto das atividades e no seu gerenciamento, seja nos estágios de caráter obrigatório, definidos como tal no projeto pedagógico do curso, seja nos estágios de caráter não obrigatório.

As atividades desenvolvidas pela (o) aluna (o) durante o estágio deverão se articular com o projeto pedagógico do curso. O estágio será acompanhado pelo professor orientador das Faculdades Integradas IESGO, e, no caso de ser realizado em campo externo à IES, também por supervisor (a) da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º dessa Lei e por menção de aprovação final do estagiário. Serve tanto para estágios obrigatórios quanto aos não obrigatórios.

Conforme Lei de Estágio a denominação orientador (a) é utilizada para o (a) professor (a) da IES e a denominação supervisor (a) para o (a) responsável pelo acompanhamento no campo de estágio da concedente.

Lei n.º 11.788/2008 cumpre papel fiscalizador das relações entre instituições de ensino, estudantes e concedentes de estágios, entendendo-os (as) como parte do processo formativo.

## TIPOS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

A Lei n.º 11.788/2008 define a existência de estágios obrigatórios e não obrigatórios, estabelecendo que essas duas modalidades são determinadas pelas diretrizes curriculares e pelo projeto pedagógico do curso.

### **1.7.4.1. Estágios Obrigatórios**

Estabelecem sua organização e seu funcionamento e estão definidos, de forma a serem também compatíveis com o projeto pedagógico institucional e no projeto pedagógico do curso. Sua carga horária obedece às determinações das diretrizes curriculares nacionais e são requisitos para aprovação e integralização do curso.

Os serviços prestados por meio das atividades de estágio deverão atender às demandas dos contextos e cenários nos quais as atividades estão inseridas. As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que essas atividades devem ser organizadas de forma a permitir a inserção da (o) aluna (o) em diferentes contextos institucionais e sociais, articulada com profissionais de áreas afins.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem, também, que os estágios obrigatórios dos cursos de Psicologia devem se estruturar em dois níveis, básico e específico.

#### **1.7.4.2. Estágio básico**

Desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum de formação. Capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação as competências a serem desenvolvidas nos estágios básicos caminham de baixa para alta complexidade, acompanhando o processo formação.

#### **1.7.4.3. Estágio específico**

Desenvolvimento de práticas integrativas dos conhecimentos, habilidades e competências ligadas a cada uma das ênfases curriculares propostas pelo curso.

#### **1.7.4.4. Estágio interno**

Realizado nas dependências das Faculdades Integradas IESGO, não envolvendo, portanto, outras instituições ou profissionais como concedentes de estágio. Necessária à celebração de um termo de compromisso de estágio para realização do estágio.

Atualmente os espaços para o desenvolvimento de estágios nas dependências da IES ocorrem no CIEPPsi, Colégio IESGO e Faculdade.

#### 1.7.4.5. Estágio externo

Realizado em diferentes contextos, fora das dependências das Faculdades Integradas IESGO, tais como hospitais, clínicas, escolas, empresas, mediante celebração de um termo de compromisso entre educanda (o), parte concedente do estágio e instituição de ensino. **A Lei nº 11.788/2008 estabelece que a parte concedente deve indicar funcionário (a) de seu quadro, com formação ou experiência profissional na área, para supervisionar até dez estagiários (as) simultaneamente, e que a IES deve indicar professor (a) orientador (a) responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do (a) estagiário (a).**

Estágio Curricular Supervisionado é parte integrante do currículo do Curso de Psicologia, sendo atividade curricular individual obrigatória e do qual depende a outorga de grau e o respectivo registro do diploma de Conclusão do Curso. Os Estágios Curriculares Supervisionados abordados nesse manual referem-se às áreas de atuação abrangidas por este curso de psicologia, a saber: Psicologia da Saúde e Hospitalar; Psicologia Educacional e do Desenvolvimento; Psicologia Social, Organizacional e do Trabalho; e Psicologia Clínica.

Os estágios citados serão realizados a partir do 5º. (quinto) semestre, e poderão ser desenvolvidos em qualquer instituição, de natureza pública, privada ou de economia mista, com ou sem fins lucrativos, desde que conveniadas com as Faculdades Integradas IESGO.

De acordo com o PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia, os estágios curriculares se dividem em básicos e específicos, sendo a carga horária atribuída da seguinte maneira:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Carga Horária TEÓRICA	Semestre	Carga Horária PRÁTICA	Carga Horária TOTAL
Estágio Núcleo Comum I	30 h/a	3º	30 h/a	60 h/a
Estágio Núcleo Comum II	30 h/a	4º	30 h/a	60 h/a

Estágio Núcleo Comum III	30 h/a	5°	30 h/a	60 h/a
Estágio Núcleo Comum IV	30 h/a	6°	30 h/a	60 h/a
Estágio Núcleo Comum V	30 h/a	7°	30 h/a	60 h/a
Estágio Específico I	60h/a	8°	100 h/a	160h/a
Estágio Específico II	60 h/a	9°	100 h/a	160h/a
Estágio Específico III	60 h/a	10°	100 h/a	160h/a

Conforme recomendações do CFP,

*Dos Estágios Específicos:*

*Dada à complexidade dos estágios específicos, nas supervisões grupais, o grupo deve ser composto por no máximo **dez estagiárias (os)** para um mínimo de quatro horas-aula de supervisão semanal. Indica-se como adequado, entretanto, o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal. No caso de supervisão individual, recomenda-se o tempo mínimo de meia hora-aula semanal.*

*Os estágios básicos:*

*Para os estágios básicos que incluam atividades de menor complexidade, como observações e visitas técnicas, orientamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até **dez alunas (os)** pelo tempo mínimo de duas horas-aula semanais. Para os que incluam atividades de maior complexidade, como coordenar e manejar processos grupais, atuar inter e multiprofissionalmente, realizar psicoterapia, entre outros, recomendamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até dez alunos pelo tempo mínimo de quatro horas-aula semanais. Nesse caso, também se indica como adequado o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal.*

**ORIENTAÇÕES GERAIS AO ESTAGIÁRIO DOS ESTÁGIOS BÁSICOS:**

I – O (A) ESTAGIÁRIO (A) terá acompanhamento do (a) responsável técnico(a) da instituição CONCEDENTE, se houver, e/ou de preceptor(a) e supervisão e acompanhamento técnico, teórico e pedagógico de seu(sua) professor(a) supervisor(a).

II – O (A) ESTAGIÁRIO (A) compromete-se a atender às seguintes disposições:

- cumprir as normas internas das Faculdades IESGO e da instituição CONCEDENTE, local onde realizará o estágio;

- Cumprir fielmente o plano de atividades da disciplina de Estágio Supervisionado Básico em Psicologia, de acordo com as instruções do (a) professor (a) supervisor (a) de estágio;
- Planejar e registrar as atividades de estágio na forma e padrões estabelecidos na proposta do estágio;
- Atuar com zelo e dedicação na execução de suas atribuições, de forma a evidenciar desempenho satisfatório nas avaliações periódicas a serem realizadas pelo (a) profissional da instituição CONCEDENTE que acompanha o estágio e/ou pelo (a) preceptor (a);
- Comunicar ao professor (a) supervisor (a) do estágio curricular e à instituição CONCEDENTE alterações nas atividades programadas, apresentando a devida justificativa;
- Manter postura ética e profissional com relação à instituição CONCEDENTE, respeitando suas normas internas, decisões administrativas e político-institucionais;
- Respeitar, acatar e preservar as normas internas da instituição CONCEDENTE, mantendo rígido sigilo sobre as informações de caráter privativo nela obtidas, abstendo-se de qualquer atitude que possa prejudicar o bom nome, a imagem ou a confiança interna e pública da mesma;
- Publicar informações acerca da instituição CONCEDENTE em relatórios, artigos científicos ou qualquer outra forma de publicação, somente mediante autorização prévia e escrita da mesma;
- Manter relacionamento interpessoal satisfatório, tanto com profissionais, quanto com clientes e público em geral, de acordo com os valores da instituição concedente e os princípios éticos da profissão;
- Ter conhecimento do Código de Ética do Psicólogo, respeitar e cumprir as normas estabelecidas neste documento;
- Ter conhecimento e cumprir as determinações estabelecidas na plano de ensino do estágio;
- Ressarcir à instituição CONCEDENTE qualquer dano material a ela causado por negligência, imprudência ou imperícia;

- Responder judicialmente por atos ilícitos praticados durante a vigência deste documento;

- Comunicar à instituição concedente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a decisão de cancelar as atividades de estágio, bem como, com antecedência de pelo menos 01 (um) dia, a necessidade de faltar ao turno de estágio, apresentando justificativa ao(à) profissional responsável na instituição concedente;

- Comunicar, por escrito e formalmente, à instituição de ensino (ao responsável pelo estágio no curso) o cancelamento ou desistência do estágio, com antecedência mínima de 03 (três) dias letivos.

III – O (A) ESTAGIÁRIO (A) terá acompanhamento do (a) responsável técnico (a) da instituição CONCEDENTE, se houver, e/ou de preceptor (a) e supervisão e acompanhamento técnico, teórico e pedagógico de seu (sua) professor (a) supervisor (a);

IV – O (A) ESTAGIÁRIO (A) terá permissão para o acesso às instalações e aos recursos da instituição CONCEDENTE, quando previstos no planejamento de atividade;

VII – Os (As) estagiários (o) devem respeitar os horários agendados e comunicar previamente seu não comparecimento.

VIII - É imprescindível a anotação dos horários de chegada e de saída na ficha de controle de frequência de estágio do estagiário, bem como a assinatura do (a) responsável técnico (a) da instituição concedente.

IX – É imprescindível a anotação das atividades desenvolvidas, data e número de horas em supervisão e a assinatura do (a) professor (a) supervisor (a) na ficha de frequência de estágio do estagiário.

X - Ao deixar a instituição concedente, o estagiário também deve verificar os materiais utilizados e as condições do espaço onde realiza seu estágio, se ficou de acordo com as exigências da instituição;

XI - Os alunos devem desligar seus aparelhos celulares durante a realização do estágio e deixar em modo silencioso nas dependências da instituição concedente.

XII - Roupas desapropriadas, conversas em alto tom e lanches nas dependências da instituição, não são permitidos, apenas num momento de intervalo;

XIII - Os alunos não poderão em hipótese alguma receber dinheiro ou bens dos usuários dos serviços prestados pela instituição CONCEDENTE. Uma vez descumprindo as normas previamente estabelecidas, o(a) aluno(a) poderá ser advertido por escrito ou oralmente; ser suspenso por tempo determinado/indeterminado, ou reprovar na disciplina de estágio.

XIV - Para realizar as atividades previstas no estágio, o(a) aluno(a) deve ter realizado supervisão prévia com o professor supervisor de estágio ou em sua falta e na urgência do caso, com o(a) Responsável Técnico(a), em caráter especial;

XV - A cada sessão, o aluno deverá redigir o registro da atividade realizada que ficará sob sua guarda;

XVI - O aluno poderá efetuar o encerramento ou concluir o estágio na instituição CONCEDENTE, nos casos:

- Em que houver comum acordo entre estagiário/supervisor/instituição CONCEDENTE, devido a estarem, naquele momento e na opinião de todos, supridas as necessidades da instituição CONCEDENTE.

- Em que houver total cumprimento da carga horária previamente estabelecida de 60 horas de prática do estágio em Psicologia, bem como as 80 horas de supervisão;

XVII – O (A) ESTAGIÁRIO (A) terá o estágio cancelado nas situações seguintes:

- a) por sua solicitação;

- b) pela interrupção do curso que frequenta (por trancamento ou abandono do curso);

- c) pela veiculação de dados e informações a que tiver acesso, em decorrência das atividades;
- d) pelo descumprimento das normas estabelecidas para a realização, expressas neste termo de compromisso;
- e) por demonstrar comportamento social incompatível com as características da instituição concedente;
- f) pelo não comparecimento, sem a devida justificção prevista em Lei, às supervisões, sendo tolerável apenas 25% (vinte e cinco por cento) de faltas no decorrer de todo o semestre letivo, ou seja, ultrapassando este limite, a prática será imediatamente cancelada;
- g) quando qualquer uma das partes tomarem iniciativa do rompimento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

#### **1.7.5. Direitos e Deveres**

##### **São direitos dos alunos:**

- I - ser acompanhado por profissional de psicologia habilitado durante todo seu percurso como aluno;
- II - ser esclarecido sobre as normas e regras constantes no Código de Ética do Psicólogo e no Manual do CIEPPsi;
- III - cumprir toda a carga horária estabelecida na proposta da componente curricular;
- IV - poder dirigir qualquer reclamação, sugestão ou reivindicação que possa contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem ao Responsável Técnico pelo CPA, bem como à Coordenação do Curso de Psicologia;
- V - receber ao final de cada estágio, sua média final e os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- VI - ser acolhido em suas dificuldades e contar com apoio e suporte das Faculdades IESGO;
- VII - solicitar afastamento (ou ser a ele solicitado pela equipe pedagógica) das atividades nos casos em que esteja em situação de vulnerabilidade e/ou risco,

seja ela emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científicos ou de qualquer outra natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário, ao aluno e ao professor supervisor;

VIII - recorrer ao professor (a) supervisor (a) quando encontrar dúvidas e situações que não esteja se sentindo suficientemente preparado para manejar, devendo ser devidamente orientado.

#### **São deveres dos alunos:**

I - Estar no local de realização do estágio com antecedência mínima de 10 minutos em relação à hora marcada e comunicar também com antecedência mínima de 24 horas sua ausência no estágio ou atividade prática ao professor (a) supervisor (a), além de desmarcar todas as suas atividades e atendimentos do dia, com exceção de casos extremos, os quais deverão ser analisados pelo(a) responsável técnico(a) e/ou preceptor(a);

II – Em caso de não comparecimento, a instituição concedente também deve ser avisada com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, para fins de remarcação e/ou organização;

III – Assinar a ficha de frequência de estágio na entrada e saída dos horários de realização do estágio, ou cumprir horas de estudos. Nestes casos, o (a) responsável técnico (a) da instituição concedente ou o (a) preceptor (a) e o (a) professor (a) supervisor (a) deverão estar cientes e assinarão a ficha de frequência de estágio com as horas acordadas para estudo, a fim de comprovação da carga horária;

IV - Seguir o código de Ética Profissional do Psicólogo;

V - Estar sempre caracterizado com o crachá das Faculdades IESGO, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VI – Usar jaleco, conforme exigências das instituições concedentes, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VII - Ter rigor na utilização de materiais, no que diz respeito ao seu emprego, a organização e limpeza, sendo que o material danificado ou extraviado por descuido do aluno deverá ser repostado pelo mesmo;

VIII - Manter em dia os prontuários e registros e estar sempre atento à guarda de documentações referentes ao estágio e ao sigilo inerente;

IX - Durante o atendimento à instituição, não abandonar o local para tratar de assuntos particulares ressalvando-se casos extremos que serão analisados pelo (a) Responsável Técnico (a) e/ou preceptor (a);

**Fica proibido:**

IX – Obter vantagens para si ou para terceiros por meio de suas atividades junto à instituição concedente;

X – Retirar qualquer documento relacionado à instituição concedente sem autorização prévia do (a) Responsável Técnico (a) da referida instituição;

XI – O atendimento fora do período determinado a cada setor, salvo casos previamente acordados com a Coordenação de Psicologia;

XII – O uso de aparelhos celulares durante o estágio.

***São aplicáveis aos acadêmicos que atuam nos estágios básicos em Psicologia , as seguintes sanções disciplinares:***

I – Advertência verbal;

II – Advertência por escrito;

III – Reprovação no estágio supervisionado básico.

A carga horária dos Estágios Supervisionados Básicos é de 140 horas, sendo 80 horas/aula em supervisão de estágio que será realizada na IESGO e 60 horas de atividade prática na instituição CONCEDENTE, em jornada semanal de 04 horas durante 15 semanas.

**2. Apresentação do Serviço Clínica Escola CIEPPSI**

O serviço Clínica Escola (CIEPPsi), de acordo com o projeto pedagógico do curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO tem o objetivo principal, proporcionar a estrutura necessária para o cumprimento dos estágios

designados na matriz curricular do curso de Psicologia. A proposta do CIEPPsi é oferecer para a comunidade de Formosa e região um serviço de Psicologia sério e competente, formar profissionais éticos, qualificados e inovadores, sintonizados com a intervenção, a extensão e a pesquisa no campo da Psicologia. O objetivo é atender com padrão de excelência toda clientela encaminhada por escolas, serviços públicos, assistência social, serviços de saúde ou por demanda espontânea.

Como prática de estágio profissional a serem realizados na comunidade, os estágios “têm configurado uma realidade crescente, já que oportuniza o desenvolvimento de competências para lidar com os limites e com as possibilidades na construção de uma Psicologia vinculada à realidade contextual brasileira” (Boeckel, Krug, Lahm, Ritter, Fontoura & Sohne, 2010, p. 43).

O Serviço de Clínica-Escola de Psicologia foi estruturado objetivando diferentes tipos de atendimentos (individual e grupal) e usuários (crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias). O CIEPPsi é um espaço para desenvolvimento das habilidades e competências adquiridas durante o percurso acadêmico por meio dos estágios básicos e específicos e na realização de projetos de extensão que são oferecidos ao longo do curso de Psicologia. Nele, os acadêmicos realizam intervenções embasadas nas diversas teorias e técnicas psicológicas, que visam beneficiar a comunidade local e, ao mesmo tempo, enriquecer sua formação acadêmica.

Para o funcionamento adequado do serviço oferecido, foi elaborado o presente manual tendo como base documentos imprescindíveis para a estruturação de uma clínica-escola, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), as diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (Resolução CNE/ME nº 05, de 15/03/2011), a Nova Lei do Estágio 11.788/2008, a Resolução do CFP 03/2007, o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO, entre outros.

## **2.1 Concepção e Objetivos do CIEPPsi**

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO, no seu item 7, prevê a criação e manutenção do Serviço-Escola de Psicologia CIEPPsi, com os objetivos de atender às necessidades de

formação dos alunos das Faculdades Integradas IESGO, no que diz respeito aos estágios práticos supervisionados nos diferentes campos de aplicação da psicologia; incentivar e promover cursos, eventos e programas de atualização para acadêmicos das Faculdades Integradas IESGO e para profissionais em geral; promover a integração do núcleo com a comunidade através da prestação de serviços nas diferentes modalidades no campo da psicologia; estimular pesquisas na área da psicologia, privilegiando a atitude investigativa no contato com a prática. Trata-se do espaço apropriado capaz de aliar “a formação profissional e a consolidação das competências propostas pelas Diretrizes Curriculares à prestação de serviços à comunidade” (CRP/SP, 2010, p. 7).

Como Serviço-Escola, o CIEPPsi tem como meta “oferecer condições físicas, materiais, administrativas e pedagógicas para a realização dos estágios obrigatórios do curso de Psicologia, prestar serviço à comunidade e propiciar pesquisas nos diversos campos de atuação do psicólogo” (CRP/SP, 2010, p. 7).

Com base no Código de Ética Profissional do Psicólogo,  
*O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. (CFP, 2005)*

O CIEPPsi, como Serviço Clínica-Escola de Psicologia,  
*têm como finalidade básica possibilitar o treinamento de alunos mediante a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, o que pode contribuir para a formação de profissionais adequadamente habilitados e capazes de expandir as práticas psicológicas em consonância com as novas realidades e demandas sociais, políticas e culturais da atualidade. Além disso, as Clínicas-Escola também exercem um papel social de extrema importância, uma vez que oferecem à população economicamente desfavorecida uma possibilidade de acesso a serviços psicológicos gratuitos ou de baixo custo financeiro. (Peres, Santos, & Coelho, 2004, p. 47)*

Cada Serviço Clínica-Escola de Psicologia,  
*proporciona aos alunos a sensibilidade humana e social, o sentido de justiça e a capacidade de assumir posições. O conjunto dessas*

*habilidades pode se somar à persistência, à capacidade de problematização e de reflexão personalizada, ao olhar crítico e reflexivo sobre a realidade social. A clínica-escola faz a ligação do futuro profissional com a sociedade. Não existe um modelo fixo, adequado ou padronizado para ser seguido pelas faculdades que possui clínica escola, pelo fato de existirem diferenças regionais e de estrutura das universidades.*

*Desta forma, não há possibilidade de generalização e Cada Clínica escola pode ser considerada como única e exclusiva. (Souza, et al., 2012, p. 7)*

Portanto, “ser clínico se aprende sendo, ou seja, a ênfase do estudo teórico nesta área não refuta a ideia de que a clínica se aprende no contato com o paciente” (Perfeito & Melo, 2004, p. 34). Nesse contexto, *Constituídas a partir de uma obrigatoriedade legal, organizadas de acordo com as necessidades e possibilidades próprias de cada contexto, as Clínicas-Escolas oferecem atendimento gratuito ou semi-gratuito para a comunidade, aproximando o estudante, psicólogo em formação, das demandas de sua comunidade em um local próprio para a prática clínica supervisionada, a fim de capacitá-los para o exercício da profissão. O estágio na Clínica-Escola caracteriza-se por um momento importante do ensino em que teoria e prática se articulam. (Souza, Barros, Almeida, Garcia, Liba, Batista, & Zanetti, 2012, p. 7)*

## **2.2 A obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos nos Serviços-Escola**

De acordo com as Recomendações aos Serviços-Escolas de Psicologia (CRP-SP, 2010), o Conselho Federal de Psicologia tornou obrigatório, por meio da Resolução n.º1, de 30 de março de 2009, o registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, quando “(...) não puder ser mantido prioritariamente sob a forma de prontuário psicológico, por razões, que envolvam a restrição do compartilhamento de informações com o usuário e/ou beneficiário do serviço prestado” (art.1º).

Especifica ainda, no artigo 1º, parágrafos 1.º e 2.º, que: § 1º. O registro documental em papel ou informatizado tem caráter sigiloso e constitui-se de um conjunto de informações que tem por objetivo contemplar de forma sucinta o trabalho prestado, a descrição e a evolução do caso e os procedimentos técnico-científicos adotados. § 2º. Deve ser mantido permanentemente atualizado e organizado pelo psicólogo que acompanha o procedimento.

Deverá ser organizada uma pasta para cada usuário do Serviço-Escola. A pasta conterá os seguintes registros: prontuário do usuário e documentos

resultantes do atendimento de uso exclusivo do estagiário e do supervisor. Os prontuários deverão ser entregues imediatamente após a realização do atendimento. Não é permitido ao aluno estagiário levar o documento para ser feito em casa.

Constará do prontuário do usuário (art. 2º):

I - identificação do usuário/instituição;

II - avaliação de demanda;

III - registro da evolução dos atendimentos, de modo a permitir o conhecimento do caso e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnico-científicos adotados;

IV - registro de Encaminhamento ou Encerramento;

V - cópia de outros documentos produzidos pelo psicólogo para o usuário/instituição do serviço de psicologia prestado, que deverá ser arquivada, além do registro da data de emissão, finalidade e destinatário.

O prontuário é de acesso irrestrito ao paciente/usuário do serviço de saúde ou a um terceiro por ele autorizado. Essa garantia lhe é dada pela Portaria do Ministério da Saúde que estabelece Deveres e Direitos dos Usuários dos Serviços de Saúde (Ministério da Saúde/SUS – Portaria GM-MS n.º 1820/09). A instituição fornecerá o conteúdo do prontuário ao usuário, caso ele solicite. No serviço psicológico de qualquer natureza (governamental, particular, convênio, Serviço-Escola) este direito é assegurado a qualquer pessoa.

Não farão parte do prontuário os documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica (art.2. VI). Estes deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do estagiário e do psicólogo supervisor. Nos Serviços-Escola, além dos documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica, os relatórios de supervisão, observações e instruções dos supervisores e registros administrativos serão arquivados na pasta de registro documental, por se tratar de conteúdo acadêmico, exclusivamente compartilhado entre supervisor e estagiário. Entretanto, nesta pasta deverá constar também o prontuário da pessoa atendida. Ao Estagiário é proibido sair do CIEPPsi sem entregar o prontuário de atendimento realizado. O prazo de entrega dos documentos produzidos pelo usuário/paciente é imediato, podendo ser advertido

verbalmente ou formalmente caso não entregue no mesmo dia do atendimento realizado.

Observamos que, na circulação de informações contidas nos documentos, os cuidados com o sigilo profissional devem ser redobrados, dado o uso crescente das novas tecnologias eletrônicas. É importante, ainda, distinguir o registro documental de outros registros ou anotações pessoais do estagiário. Esses registros ou anotações são produção de caráter não obrigatório, pertencem ao estagiário ou ao supervisor. Não há regulamentação que defina formas ou regularidade destas anotações, sua acessibilidade é definida pelo psicólogo, implicando também a estas anotações o sigilo profissional. (CRP-SP, 2010).

Entre outras considerações, a Resolução levou em conta que o registro documental é um documento valioso para o psicólogo, para quem recebe atendimento e para as instituições envolvidas. Será também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, e poderá ser utilizado como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal. (CRP-SP, 2010).

## **2.3 Funcionamento do CIEPPsi**

### **2.3.1 População atendida**

Os serviços oferecidos pelo Centro Integrado de Estudo, Pesquisa e Prática em Psicologia (CIEPPsi), Clínica-Escola das Faculdades Integradas IESGO estão voltados para a comunidade em geral de Formosa (GO) e seu entorno. O atendimento psicológico será oferecido de forma gratuita, no entanto após três faltas consecutivas o vínculo será encerrado, cedendo a vaga para outro usuário. No caso de faltas com justificativas, mas recorrentes ou qualquer outra especificidade, caberá ao Responsável técnico analisar o encerramento do caso.

### **2.3.2 Do Horário de funcionamento**

A Clínica-Escola de Psicologia das Faculdades IESGO funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 13hs às 18hs.

### **2.3.3 Das Inscrições para atendimentos**

Não existe um período de inscrição, contudo, a cada início do semestre são selecionadas pessoas já interessadas e em lista de espera conforme o número de alunos por disciplinas de Estágio na área da Psicologia Clínica.

Deve-se realizar a inscrição a partir do contato por telefone, pessoalmente, no próprio CIEPPsi, ou por cadastro on-line no site das Faculdades Integradas IESGO.

Para atendimento psicoterapêutico, a inscrição deverá ser realizada pessoalmente ou cadastro no site das Faculdades Integradas IESGO, na página do CIEPPsi. É obrigatória a triagem do paciente/usuário.

Ao realizar a inscrição (Anexo I) o interessado será direcionado para uma fila de espera, caso haja vagas imediatas ele receberá o contato do CIEPPsi, caso não, o mesmo aguardará o surgimento da vaga na fila. Uma vez sendo disponibilizada a vaga, ele será comunicado sobre o dia e o horário para a realização da triagem. As fichas de inscrição serão arquivadas em uma pasta específica sob responsabilidade da secretária e do Responsável Técnico pelo CIEPPsi.

[P5] Comentário: Será feito outro formulário.

### **2.3.4 Os Atendimentos**

A triagem é realizada pelos alunos de Psicologia que cursam as disciplinas de Estágio Básico em Clínica, Estágio Ênfase I em Clínica e Estágio Ênfase II em Clínica. A triagem será supervisionada pelos professores das referidas disciplinas e acompanhada pelo responsável técnico do CIEPPsi. Os clientes serão escolhidos de acordo com a demanda de atendimentos de cada disciplina em questão.

Os horários para atendimento serão marcados pela secretária da clínica, de acordo com a disponibilidade dos alunos. Os alunos podem acompanhar a marcação do atendimento, mas não realizá-las.

### **2.3.5 Atendimento Psicoterápico**

#### **2.3.5.1 O Primeiro atendimento**

No primeiro atendimento o estagiário deverá solicitar à secretaria a ficha de triagem realizada anteriormente. Após a realização do atendimento, o aluno

deverá devolver a ficha à secretaria para ser arquivada novamente. É terminantemente proibida a retirada de quaisquer documentos referentes ao atendimento realizado pelo estagiário. A retirada só pode ser feita mediante autorização, por escrito, do Supervisor do Estágio, Responsável Técnico ou Coordenação do CIEPPsi.

No primeiro encontro, o estagiário deverá ler e entregar ao usuário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Anexo II**), para que este tome conhecimento das normas de funcionamento do serviço oferecido e assine, sendo este colocado na pasta de prontuário do paciente. Após o atendimento do usuário, o estagiário deverá entregar o prontuário e os documentos produzidos em atendimento à secretaria no mesmo dia.

#### **2.3.5.2 Os Demais atendimentos**

Os estagiários devem preencher imediatamente após cada sessão o formulário de registro de atendimento (**Anexo III**) que serão arquivadas em uma pasta para usuários em atendimento. O tempo para atendimento é de 50 minutos, havendo tolerância de 10 minutos. Assim como no primeiro atendimento, o aluno deverá devolver as fichas à secretaria para ser arquivada novamente quando encerrar a consulta.

#### **2.3.5.3 Desistência ou encerramento de atendimentos**

Uma vez havendo desistência ou finalização dos atendimentos, a ficha deverá ser arquivada, juntamente com a ficha de triagem, inscrição e ficha de follow-up. Tais dados servirão para pesquisas futuras e serviço de acompanhamento (follow-up) a ser realizado pelos alunos.

#### **2.3.5.4 Follow-up de Encaminhamentos**

Os estagiários da disciplina de Estágio Básico em Clínica são responsáveis pela realização do Follow-up dos pacientes/usuários que foram encaminhados para outras instituições/serviços.

### **2.3.6 Regras e Normas dos Estágios em Psicologia Clínica**

#### **2.3.6.1 Disposições Gerais**

Os estagiários devem respeitar os horários agendados e comunicar previamente seu não comparecimento. Também é imprescindível a assinatura na lista de presença de estagiário, no momento da chegada e na saída.

Uma vez mudando a sua disponibilidade para atendimento, também deverá comunicar com antecedência à secretaria para que não haja transtornos no processo de agendamento de usuários. O aluno pode acompanhar a marcação dos atendimentos com a secretária.

Ao deixar a sala de atendimento o estagiário também deve verificar os materiais utilizados e as condições de sala de atendimento para outros estagiários possam utilizar o mesmo espaço.

Os alunos deverão deixar os aparelhos de telefone celular em modo silencioso nas dependências da clínica. Durante o atendimento, deverá desligar seu telefone e em hipótese alguma deverá manusear o aparelho. Roupas desapropriadas, conversas em alto tom nas mediações da clínica-escola e lanches em salas de atendimento não são permitidos. Solicita-se também a utilização de crachá durante a permanência na clínica.

Os alunos são permanentemente proibidos de receber dinheiro ou bens dos usuários dos serviços prestados pelo CIEPPsi. Uma vez descumprindo qualquer uma das normas da clínica, o aluno poderá ser advertido oralmente e por escrito. Em caso de reincidência, o aluno será reprovado na disciplina de estágio.

A triagem será realizada por alunos do curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO que cursam as disciplinas de Estágio Básico em Clínica ou pelos alunos do Estágio Específico I ou II. Este procedimento terá a supervisão do professor supervisor de estágio, ou ainda do Responsável Técnico e não implicam em custos para o usuário.

O usuário deverá assinar um Termo de Consentimento e receber informações sobre horários, sigilo, desligamento e continuidade dos atendimentos.

Para realizar o atendimento clínico, o aluno deve ter realizado supervisão prévia com o professor supervisor de estágio ou em sua falta e na urgência do caso, do Responsável Técnico, em caráter especial.

A cada sessão, o aluno deverá preencher o prontuário do usuário (Anexo III) que ficará arquivado na pasta individual do paciente/usuário. O prontuário deve ser entregue no mesmo dia do atendimento realizado.

O tempo para atendimento deve ser respeitado de acordo com o que foi previamente agendado na secretaria.

O aluno poderá efetuar o desligamento do usuário que está em atendimento psicoterapêutico se:

I - Houver necessidade de encaminhamento (o que será feito por meio de documento formal com a ciência do Responsável Técnico pelo CIEPPsi, assinado por este e pelo estagiário;

II - O usuário deixar de comparecer às sessões por três vezes consecutivas sem justificativa ou a critério de cada supervisor considerando a especificidade de cada caso e acordado anteriormente com o usuário no ato da primeira entrevista;

III - Comum acordo entre usuário e aluno/supervisor devido a estarem, naquele momento e na opinião de ambos, supridas as necessidades da pessoa atendida.

Caso haja o desligamento ou encerramento deverão ser arquivados na pasta do usuário os documentos pertinentes aos atendimentos. O usuário que for desligado por faltas deverá ser colocado novamente na lista de espera a menos que seja de interesse expresso do mesmo não ser atendido no futuro.

### **2.3.6.2 Direitos e Deveres do Estagiário no Serviço escola**

São direitos dos alunos:

I - Ser acompanhado por profissional de psicologia habilitado durante todo seu percurso como aluno;

II - Ser esclarecido sobre as normas e regras constantes no Regulamento de Estágio, no Código de Ética do Psicólogo, no Regulamento do CIEPPsi e das normas institucionais;

III - Perfazer toda a carga horária estabelecida na proposta da componente curricular;

IV - Poder dirigir qualquer reclamação, sugestão ou reivindicação que possa contribuir para a melhoria do CIEPPsi e do ensino-aprendizagem ao

Coordenador do CIEPPsi e Responsável Técnico, bem como ao Coordenador do Curso de Psicologia;

V - Receber ao final de cada estágio, sua média final e os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VI - Ser acolhido em suas dificuldades e contar com apoio e suporte das Faculdades Integradas IESGO, por meio do Setor do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e acessibilidade - NAPA;

VII - Solicitar afastamento das atividades nos casos em que esteja em situação de vulnerabilidade e/ou risco, seja ela emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científicos ou de qualquer outra natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário;

VIII - Recorrer ao supervisor quando encontrar dúvidas e situações que não esteja sentindo-se suficientemente preparado para manejar, devendo ser devidamente orientado.

#### **2.3.6.3 Aos estagiários compete:**

I - Estar no local para atendimento ao usuário ou grupo com antecedência em relação à hora marcada e comunicar também antecipadamente sua ausência no estágio ou atividade prática, além de desmarcar todas as suas atividades e atendimentos do dia;

II - Confirmar na secretaria os horários e salas disponíveis no ato do atendimento e preferencialmente com algumas horas de antecedência e, caso haja a necessidade de desmarcar, a secretaria deve ser avisada com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência para que este horário possa ser disponibilizado a outro aluno;

III – Assinar a ficha de frequência na entrada e saída dos horários de plantão psicológico, quando for atender ou cumprir horas de estudos;

IV - Seguir o código de Ética Profissional do Psicólogo;

V - Estar sempre caracterizado com o crachá das Faculdades Integradas IESGO, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VI - Ter rigor na utilização de materiais de expediente no que diz respeito a sua utilização racional, a organização e limpeza, sendo que o

material danificado ou extraviado por descuido do aluno deverá ser repostado pelo mesmo;

VII - Manter em dia os prontuários e registros e estar sempre atento a guarda da documentação do usuário e ao sigilo inerente;

#### **2.3.6.4 Aos estagiários é proibido:**

I - Durante o atendimento ao usuário, abandonar o local para tratar de assuntos particulares ressalvando-se casos extremos que serão analisados pelo responsável técnico;

II - Obter vantagens para si ou para terceiros por meio de suas atividades no CIEPPsi;

III - Retirar qualquer documento relacionado ao usuário sem autorização prévia por escrita do responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio ou Coordenador do CIEPPsi.

IV - Realizar atendimento fora do período determinado a cada estágio, salvo casos previamente acordados com a Coordenação do CIEPPsi;

V - Realizar atendimento em local que não sejam as salas próprias para atendimento clínico disponíveis no CIEPPsi, salvo autorização do responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio ou Coordenação do CIEPPsi, em casos especiais;

VI - O uso de aparelhos celulares durante atendimentos a usuários; em casos de urgência, poderão deixar os aparelhos na secretaria do CIEPPsi;

#### **2.3.6.5 Orientações Sobre os Atendimentos Clínicos**

Para atendimentos realizados no CIEPPsi, os alunos deverão atentar para as seguintes orientações:

I - Evitar contato com usuário ou com acompanhantes no corredor;

II - Ao realizar ligações aos usuários tomar muito cuidado com o sigilo e discrição;

III - Chegar ao CIEPPsi pelo menos 15 minutos antes do horário agendado;

IV - Comunicar a secretaria assim que chegar para o atendimento;

V - Solicitar a chave da sala de brinquedos caso tenha que pegar algum material;

VI - Conferir o material utilizado na sessão antes de entregá-lo para a secretaria;

VII - Zelar pelo material higienizando o mesmo após utilização;

VIII - Comunicar a secretaria sobre brinquedos defeituosos, falta de peças, problemas nos testes, ou materiais fora do lugar correto;

IX - Manter a pasta do usuário em ordem e nunca retirar nenhum documento;

X - Manter a porta, a cortina e as janelas das salas de atendimento fechadas durante a sessão;

XI - Após a sessão deixar a sala de atendimento com a porta aberta e as luzes apagadas;

XII - Não interromper o atendimento de um colega, caso seja necessário comunicar o Responsável Técnico;

XIII - Após cada atendimento organizar a sala para utilização posterior;

XIV - Caso utilizem mais cadeiras, mesas e outros móveis, estes devem ser devolvidos ao seu local de origem após o atendimento;

XV - O uso do crachá é obrigatório em todos os locais de estágio;

XVI - O horário de atendimento deve ser respeitado integralmente mesmo sem a presença do usuário;

XVII - Se o usuário não comparecer, a ligação deve ser feita fora do horário da sessão e de modo objetivo, em local sigiloso e de forma discreta;

XVIII - O aluno nunca deve comentar sobre os casos na secretaria e em nenhum outro local, mesmo que sejam ocultados os nomes. Os relatos de casos devem ser restritos às supervisões.

XIX - Os armários onde estão os documentos dos usuários devem estar sempre chaveados. É dever do aluno, zelar para que esteja devidamente protegido, inclusive relatando inadequações ao responsável técnico.

#### **2.3.6.6 Sanções Disciplinares**

São aplicáveis aos acadêmicos que atuam no CIEPPsi, sem prejuízo de outras mais graves, as seguintes sanções disciplinares:

I – Advertência verbal;

II – Advertência por escrito;

II – Reprovação no estágio.

O não cumprimento das regras e normas pode ser avaliado pelo responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio, Coordenação do CIEPPSI e Coordenação do Curso de Psicologia, que tomarão as sanções disciplinares cabíveis.

As sanções disciplinares serão aplicadas de acordo com a gravidade da ação proibida praticada. Para tanto, a depender da norma e regra violada e em caso de consenso entre o responsável técnico, professor supervisor de estágio,

Coordenação do CIEPPSI ou Coordenação do Curso de Psicologia, o aluno poderá ser reprovado sem receber advertência verbal e escrita.

#### **2.3.6.7 À coordenação do CIEPPSI compete:**

I – Responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia e o Curso de Psicologia, pelos serviços e atividades desenvolvidas na clínica-escola;

II - Vincular a política de atividades do serviço ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Psicologia;

III – Elaborar, em conjunto com a coordenação do Curso de Psicologia, o planejamento dos serviços a serem prestados pelo CIEPPSI;

IV - Coordenar, planejar, supervisionar, representar e responder pelas atividades administrativas da clínica-escola junto à comunidade interna e externa;

III - Zelar pela qualidade da formação oferecida aos alunos e dos serviços prestados;

IV - Estabelecer normas para a realização dos estágios e fiscalizar o seu cumprimento;

V - Organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica;

VI - Credenciar e manter contato com as entidades conveniadas, bem como propor novos campos de estágio;

VII - Convocar e presidir as reuniões mantendo contato com os professores supervisores de estágio;

VIII - Propor seminários temáticos com fins de prevenir e superar alguma dificuldade dos acadêmicos e da comunidade assistida;

IX - Listar os alunos que realizarão estágio durante o semestre seguinte, sua distribuição por estágios (Básico de Clínica, Ênfase I e II) para os professores supervisores;

X – Solicitar uma entrevista com o estagiário para avaliar situações de vulnerabilidade e/ou risco que o mesmo se encontre. O estagiário poderá remarcar a entrevista uma única vez. O não cumprimento acarretará notificação por escrito ao estagiário de uma segunda entrevista. A ausência do estagiário implica na suspensão de suas atividades de estágio até que a entrevista seja realizada;

XI – Solicitar afastamento dos estagiários para tratamento/psicoterapia em situação de vulnerabilidade e/ou risco, seja ele emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científico ou de qualquer natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário;

XII – Acompanhar os estagiários afastados (artigo XI) para verificar a condição de retorno ao estágio no corrente semestre ou se os mesmos serão reprovados. Cabe ainda avaliar o estado e disposição psicológica do estagiário para retorno ao estágio nos semestres seguintes;

XIII – Manter o professor supervisor do estágio e o responsável técnico do CIEPPsi informados sobre a situação dos alunos que estão sendo acompanhados pela coordenação;

XIV – Cumprir e fazer cumprir os dispositivos previstos no Código de Ética do psicólogo e as resoluções do Conselho Regional e Federal de Psicologia, bem como o que estiver estabelecido no Regimento Interno da clínica-escola.

XV - Responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia, pelo caráter técnico das atividades desenvolvidas no CIEPPSI.

Parágrafo Único: Na ausência do Coordenador do CIEPPSI, todas as competências são atribuídas ao Coordenador do Curso de Psicologia em exercício.

#### **2.3.6.8 Ao responsável técnico compete:**

I – Organizar as comunicações, protocolo geral e controle documental do CIEPPsi (memorandos, assinatura de atestados, encaminhamentos);

II – Cuidar da postura ética profissional dos estagiários (atrasos, condutas, vestimentas, etc.) comunicando ao supervisor responsável sobre possíveis irregularidades;

III – Centralizar e organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica e os projetos de estágio, ensino, pesquisa e extensão a ela vinculados;

IV – Auxiliar na parte administrativa e funcional da clínica;

V - Zelar e responder pela guarda do material psicológico utilizado;

VI - Gerenciar o uso de materiais, distribuição e manutenção do espaço físico;

VII – Orientar os funcionários e esclarecer dúvidas quanto ao funcionamento e regimento do serviço;

VIII – Orientar os estagiários sobre o funcionamento da clínica;

IX – Organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica;

X – Comunicar ao Coordenador do CIEPPsi, professor supervisor ou Coordenador do Curso de Psicologia informações sobre o estagiário que apresente qualquer situação de dificuldade ou vulnerabilidade apresentada durante o estágio;

X - Responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia, pelo caráter técnico das atividades desenvolvidas no CIEPPsi.

#### **1.7.5. Trabalho de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do Curso de Graduação em Psicologia da IESGO a ser realizado ao longo do último ano do curso. É um componente curricular enriquecedor e implementador do perfil do formando.

É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do Curso de Graduação em Psicologia, por meio do qual o aluno é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o Trabalho de Curso deve evidenciar uma capacidade de

reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

A realização do Trabalho de Curso tem como objetivo fomentar a produção científica na área de Psicologia e proporcionar a construção e a partilha do conhecimento, em um exercício de sistematização, contribuindo para o crescimento da profissão como ciência. Além disso, tem como objetivos propiciar aos alunos demonstrar o grau de aprofundamento adquirido, o aprofundamento temático, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica da ciência e de sua aplicação.

Nos termos da política institucional de pesquisa e para estimular a disseminação de conhecimentos; uma vez aprovado, o TC será depositado em Repositório Institucional. Acessível pela Internet, o repositório objetiva armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto, também pela comunidade externa, à produção discente e docente.

Cada discente será acompanhado durante o desenvolvimento do Projeto e do Artigo por um professor orientador (docente do Curso de Graduação em Psicologia), pelo professor dos componentes curriculares de trabalho de curso (TC) e pelo Coordenador do Curso, responsáveis pelos Trabalhos de Curso.

O Regulamento do Trabalho de Curso encontra-se em anexo.

#### **1.7.6. Atividades Complementares**

No Curso de Graduação em Psicologia os alunos deverão desenvolver 200 horas em Atividades Complementares, componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares foram concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso de Graduação em Psicologia.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária de 200 horas determinada na grade curricular do Curso. O Regulamento de Atividades Complementares impõe a sua diversidade, a aderência à formação geral e específica do discente e define as formas de aproveitamento onde, para cada Tipo de Atividade Complementar, estabelece convalidação em porcentagem e horas.

Ainda, a Instituição oportunizará ao corpo discente a participação em atividades complementares aderentes ao perfil do egresso, nos diferentes grupos regulamentados. Além disso, garantirá:

- (a) apoio financeiro ou logístico para a organização e participação discente em eventos de âmbito local ou nacional.
- (b) apoio à produção acadêmica discente e a sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais - eletrônicos ou impressos.

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Complementares da IESGO.

O Regulamento das Atividades Complementares encontra-se em anexo.

### **1.7.7 Atividades de Extensão**

No curso de Psicologia da IESGO a extensão é compreendida como um processo educativo de formação continuada, curricularizada e interdisciplinar para os acadêmicos e pode acontecer em diversos formatos e modalidades.

Conforme a Resolução CNE/CES 07/2018, no artigo 3º as atividades de extensão também devem ser inseridas na matriz curricular: “A Extensão na

Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político e educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

- Direitos Humanos;
- Educação Ambiental;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Projetos na área da Psicologia definidos com o professor orientador e de relevância para a comunidade.

No artigo 8º, desse mesmo documento, são apresentadas as modalidades possíveis de oferta da extensão: cursos e oficinas; programas; eventos; projetos e prestação de serviços.

O caráter diverso da extensão atende o princípio constitucional de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Parte das Atividades Extensionistas na IESGO está associada à matriz curricular de forma prática e integrada aos conteúdos disciplinares necessários à formação do perfil do egresso e ao seu contexto profissional.

Para os primeiros projetos de extensão, os alunos trabalharão com a construção de projetos voltados para a comunidade com os temas transversais e projetos relacionados a Psicologia e sua aplicabilidade:

A proposta é que o acadêmico, para além das Atividades Extensionistas, seja o protagonista na elaboração e aplicação dos projetos que desenvolverá para comunidade em que está envolvido.

O professor nesse contexto assume o papel de orientador dos projetos e conduzirá os acadêmicos nessa jornada rumo ao conhecimento.

Todos os projetos devem ser desenvolvidos via plataforma, uma vez que a plataforma possibilita que o trabalho seja realizado a partir das Metodologias Ativas.

Nesse contexto, o aluno passa a ser o protagonista e o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem o que o auxilia a resolver problemas, tornando-o um profissional mais qualificado e valorizado pelo mercado.

Esse modelo tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da capacidade de absorção de conhecimento de maneira autônoma e participativa.

Os projetos de extensão terão um professor orientador e com perfil extensionista e devem ter relevância na comunidade em que o aluno está inserido.

### **1.7.8. Regulamento da Oferta dos Componentes Curriculares Optativos**

A seguir é apresentada a proposta de regulamentação da oferta dos componentes curriculares optativos, a ser submetida à aprovação do Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia da IESGO.

## **REGULAMENTO DA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS**

### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a oferta dos componentes curriculares optativos dos cursos de Graduação das Faculdades Integradas IESGO.

Art. 2º. Os componentes curriculares optativos são de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estabelecida pela IESGO, permitindo a flexibilização da grade curricular dos cursos de Graduação das Faculdades Integradas IESGO.

### **CAPÍTULO II - DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS**

Art. 3º. Os componentes curriculares optativos dos cursos de Graduação das Faculdades Integradas IESGO são relacionados e estabelecidos na Grade Curricular de cada curso.

§1º. A lista de componentes curriculares optativos poderá ser ampliada ou modificada, tendo sempre por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso.

§2º. A disciplina “Libras” será oferecida entre os componentes curriculares optativos dos cursos, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005, não podendo ser retirado da lista de componentes curriculares optativos oferecidos.

Art. 4º. Os componentes curriculares optativos serão oferecidos na modalidade presencial.

### CAPÍTULO III - DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 5º. Os alunos dos Cursos de Graduação devem integralizar, ao total, 60 horas em componentes curriculares optativos.

### CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenadoria de Cursos, ouvido o Colegiado do Curso.

#### **1.8. Metodologia de Ensino-Aprendizagem e Interdisciplinaridade**

Serão implantadas metodologias e técnicas didático-pedagógicas que contribuam para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem emancipatório, permitindo a abertura de espaços para a construção do próprio conhecimento. Nesse sentido, a problematização dos conteúdos representa um primeiro passo no processo de construção do conhecimento.

Os conteúdos serão apresentados partindo-se de uma postura problematizadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos

diferentes níveis de ganhos, bem como o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilitará ao professor a implementação de ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas. Por outro lado, este procedimento evitará que o aluno assuma uma postura de mero espectador, participando ativamente da aula. Isso significa uma metodologia de ensino dinâmica, que privilegia o debate ao invés das aulas puramente expositivas.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino deverão ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- Viabilizem posicionamentos críticos;
- Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;
- Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;
- Provoquem a necessidade de busca de informação;
- Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;
- Otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista;
- Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;
- Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas;
- Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentar sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

No Curso Psicologia das Faculdades Integradas IESGO, os professores utilizarão diversos métodos e técnicas no desenvolvimento de seus componentes curriculares, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um.

Recomenda-se que no planejamento acadêmico dos componentes curriculares seja assegurado o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluem, entre outros:

- I - aulas, conferências e palestras;
- II - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- III - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- IV - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- V - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- VI - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;
- VII - projetos de extensão e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- VIII - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de Estágio Supervisionado.

A utilização dessas estratégias tem o potencial de evitar o mero repasse de conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos. Em síntese, a Instituição se propõe a utilizar metodologias ativas que desafiam os alunos e fomentam sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

Por outro lado, é preciso compreender os limites de aprendizagem de cada aluno, oportunizando novas estratégias à medida que progridem no curso. Assim, no início do curso, os alunos receberão orientação estruturada e de

apoio à aprendizagem, em particular. Exercitarão a prática reflexiva para que possam desenvolver-se no processo de aprendizagem, desenvolver as competências e habilidades necessárias à formação profissional reflexiva. Este objetivo será alcançado através de uso de metodologias de ensino baseadas na interação.

Com o progresso dos alunos ao longo do curso, haverá crescente envolvimento com a metodologia de aprendizagem proposta, centrada no aluno, a qual irá incentivar e facilitar o estudo independente tanto de forma individual como em equipe. Isso ajudará a fomentar o desenvolvimento de uma abordagem voltada para a aprendizagem permanente.

O foco na gestão da sala de aula deve ser e será permanente na IESGO. A prática de gestão de sala de aula pauta-se pela busca da qualidade da aprendizagem, orientada por meio de estratégias de ensino criativas e individualizadas criadas pelos professores, resultando no desenvolvimento de habilidades e competências indicadas nos PPC (e nas DCNs) e requeridas pelo mundo do trabalho (criatividade, colaboração, autonomia e protagonismo do nosso aluno), numa dinâmica que propicie a aprendizagem ativa.

Na IESGO, a sala de aula é um dos momentos do ambiente de ensino e aprendizagem. Tradicionalmente, ao longo da vida escolar, a sala de aula foi [ainda o é] o local mais importante que com o passar do tempo se estende para ambientes online e para os diferentes espaços sociais. A importância e eficiência da sala de aula dependem não apenas do que acontece no momento da aula, como também do trabalho prévio, conduzido pelo docente e realizado pelos alunos, assim como, no tempo e espaço posterior à sala de aula.

Por isso os docentes são orientados a trabalhar com metodologias ativas, entre elas a sala de aula invertida como princípio ao dividirem o tempo de ensino e aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Assim, o tempo educativo é ampliado, não se limitando mais ao tempo de duração das aulas.

Com a ajuda da tecnologia digital de informação e comunicação (TDIC), o contato entre professor e aluno se estende para o ambiente extraclasse. No

momento “antes da aula”, o docente prepara suas aulas, que são disponibilizadas no ambiente online, acessível a todos os alunos.

Para cada aula, o docente elaborará um conjunto de orientações, que permitem aos alunos o estudo antecipado: define os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos, as atividades a serem realizadas, pesquisa e reflexão, exercícios, filmes sobre o tema, sugere sites e imagens. Enfim, indicará alguns recursos didáticos que possam ajudar o aluno a tomar contato, resolver desafios, pesquisar sobre o tema, deixando o momento de aula para interação e resolução das dúvidas. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de autoaprendizagem, fundamental para a formação profissional de amanhã.

Se o momento antes da aula for bem aproveitado pelos alunos, o tempo durante a aula será mais significativo. O docente não gastará tempo com anotações desnecessárias no quadro, seu limitado tempo de aula será usado para a explicação dos pontos fundamentais do tema, para o diálogo, a discussão e esclarecimentos de dúvidas. As perguntas formuladas pelos alunos, certamente, serão mais pertinentes, enriquecendo os comentários do docente e as discussões na turma.

Também, como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem a grade curricular do Curso de Psicologia da IESGO, pode-se citar a utilização de pesquisas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

A acessibilidade metodológica ou pedagógica é referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo metodologias de ensino. Será estimulado o uso entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. Estará garantida a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Os professores promoverão processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Além das metodologias e práticas integrativas, a concretização da grade curricular deverá ser dinâmica e flexível, valorizando a integração dos saberes. Todas as disciplinas têm igual importância no desenvolvimento do curso, propondo atividades teóricas e práticas relativas à sua área, mas mantendo, com as demais uma articulação necessária à formação global do aluno, integrando pensamentos, sentimentos e ações.

A abordagem interdisciplinar é realizada através de planejamento conjunto e participativo, no sentido de valorizar as competências, os valores, as atitudes, os saberes-fazer, os saberes-estar, o desenvolvimento da capacidade de criatividade, comunicação, trabalho em equipe, resolução de problemas, responsabilidade em que as diferentes disciplinas se relacionam e se interpenetram, ainda que mantenham suas especificidades.

O trabalho interdisciplinar, além da formação humanista e crítica sobre o trabalho em equipe, objetiva no aluno a preocupação com o mercado de trabalho através da visão de mais de um professor.

Nessa perspectiva, o processo de interdisciplinaridade ocorre por meio de planejamento conjunto e participativo, valorizando as competências, as atitudes, os valores, os saberes- ser, estar, conviver e fazer, utilizando para tanto o desenvolvimento de capacidades de criatividade, comunicação, trabalho em equipe, resolução de problemas, responsabilidade, poder empreendedor, ferramentas importantes num mundo em processo de mudança constante.

A interdisciplinaridade exige de todo corpo docente o desenvolvimento de uma ação pedagógica articulada com a diversidade dos saberes. A ação de cada um deverá estar articulada com a de todos os outros.

A aprendizagem é avaliada mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, no prazo de três dias úteis após a

realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar.

Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado.

O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, em instância final, ao CONSUP.

São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstas nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovado pela Coordenadoria de Curso.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo a Direção Geral fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado:

- Independente de exame final, quando obtiver resultado não inferior a sete, correspondente à somatória das avaliações parciais realizadas durante o período letivo;
- Mediante exame final, quando tiver obtido resultado inferior a seis e igual ou superior a cinco e obtiver média final não inferior a seis.

As médias são expressas em números inteiros.

É considerado reprovado o aluno que:

- Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;
- Não obtiver na disciplina, resultado final igual ou superior a seis.

O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina, no período letivo seguinte.

É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério da coordenação de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

Não se aplica as disciplinas praticas regulamentação própria em cada Curso.

- Estágios Supervisionados,
- Estágios de Prática Jurídica e de Saúde,
- Atividades Diversificadas de Inovação Curricular – ADIC,
- Trabalho de Conclusão de Curso,
- Práticas Pedagógicas,
- Projetos Integradores

### **1.8.1. Normas Institucionais Para Avaliação**

A avaliação do desempenho é realizada por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Denominação das avaliações:

Avaliação Bimestral 1	Avaliação Bimestral 2
-----------------------	-----------------------

B1	B2
----	----

Os resultados de avaliações e a nota final serão divulgados por meio de instrumentos próprios e expressos em notas na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Valor atribuído as atividades de avaliação (A1 e A2):

Cada Curso poderá fixar a valorização das atividades avaliativas, respeitando a frequência definida abaixo:

### **Avaliação escrita**

Devem ser realizadas 02 avaliações escritas no semestre letivo em datas previstas no calendário letivo;

- Frequência de 75% e 80%. (7,0) pontos.

Esta avaliação deve manter a frequência entre 20% a 80% de questões subjetivas e/ou objetivas:

### **Demais atividades avaliativas**

- Frequência de 10% e 0%. Não deverá exceder a 30% da nota (3,0 pontos)
- trabalhos
- estudos dirigidos
- seminários
- relatórios
- atividades em grupo
- provas práticas

O aluno será considerado aprovado na disciplina, sem necessidade da avaliação final:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina;

Calculo: Média aritmética = Média semestral igual ou superior a 6,0 (seis).

$$MS = \frac{(Avaliação 1) + (Avaliação 2)}{2}$$

O aluno poderá realizar a avaliação final (substitutiva):

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento),
- Média semestral: média igual ou superior a 2,0 (dois) na disciplina cursada.

A avaliação substitutiva será de todo o conteúdo ministrado em cada disciplina, realizada ao término do período letivo em uma única avaliação escrita, individual e sem consulta, no valor de 10,0 (dez) pontos.

Aprovação após a realização da avaliação final:

- Média final igual ou superior a 6,0 (seis) pontos
- Cálculo: Média aritmética entre a média do semestre e a nota da avaliação final.

$$MF = \frac{(\text{Média Semestral}) + (\text{Avaliação Final})}{2}$$

O Curso através do seu NDE e Colegiado definirá a valorização das avaliações.

### **Diretrizes Pedagógicas Institucionais**

As Diretrizes Pedagógicas da IESGO constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, de modo a definir e implementar direções a serem agregadas aos projetos pedagógicos dos cursos. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação, no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida. Estas condições são garantidas pelo Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional. Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a reavaliação, necessárias à adequação constante do planejamento institucional com as necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Auto-Avaliação, e com as diretrizes preconizadas pelo Sistema Federal de Ensino.

Neste contexto, a organização da Faculdade busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos e estimular as práticas interdisciplinares da investigação científica, da extensão e das demais atividades extracurriculares correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber tornam imperiosa a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança de foco do processo ensino-aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a capacidade de aprender a aprender, realçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que envolvem o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais. Assim como a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo a habilidade de avaliá-las e selecionar, criticamente, as mais pertinentes.

Pretende-se, assim, centrar o processo educativo na construção, na produção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais, em uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem modernos e uso de apropriadas tecnologias. Uma perspectiva inovadora que traz, amalgamada, a aprendizagem de valores e a formação de atitudes para a mudança e para a atuação solidária, calcada em padrões éticos; que promova a formação do profissional, com sólida base de conhecimento teórico científico e humano, preparando o profissional para enfrentar as rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, como preconizam as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

Ter-se-á as seguintes linhas diretrizes para a ação pedagógica da IESGO:

- Busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;

- Formação do profissional, com ampla e sólida base teórica, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- Valorização da dimensão sócio-política e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e da cidadania referenciado por sólidos padrões éticos.

O caminhar na direção desse projeto supõe estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos orientadores prioritários à ação, entre os quais cabe destacar:

- ⇒ Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global, como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- ⇒ Articulação entre o ensino, a investigação científica e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- ⇒ Fornecimento de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessárias à formação do profissional;
- ⇒ Integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício, como espaços privilegiados do processo de ensino-aprendizagem, de forma contínua;
- ⇒ Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba o aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, conforme caracterização das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação;

- ⇒ Diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional, que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;
- ⇒ Desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços;
- ⇒ Desenvolvimento de modelos pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- ⇒ Estruturação de grades curriculares flexíveis que, à diversidade de situações de ensino aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante bem como a de crescimento autônomo;
- ⇒ Utilização apropriada de tecnologias diversificadas.

A educação superior desempenha papel inquestionável na preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências da sociedade moderna. As novas tecnologias do mundo atual, as novas formas organizacionais do trabalho e a rápida evolução do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores, baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. As diretrizes contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação dos estudantes, permitindo maior capacidade para competição e sucesso no mercado de trabalho.

Assim, a Faculdade promove a:

- ⇒ Preparação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, adaptando-o às complexas condições de exercício profissional no mercado de trabalho;
- ⇒ Formação para a cidadania crítica, formando o aluno-cidadão, capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;

- ⇒ Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sócio-comunicativa de iniciativa, de liderança, de solução de problemas;
- ⇒ Formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico da região onde está inserida;
- ⇒ Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos, que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador, indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável, em médio e longo prazos;
- ⇒ Formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas;
- ⇒ Formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

## **1.9. Mecanismos de Avaliação**

### **1.9.1. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem**

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem foram planejados de acordo com a concepção do curso definida no Projeto Pedagógico do Curso e o Regimento Institucional. Refletem os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa, objetivando o crescimento e o desenvolvimento pleno e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva; sendo que as informações

serão sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa.

A avaliação formativa possibilitará gerar, com rapidez, informações úteis sobre etapas vencidas e dificuldades encontradas, estabelecendo um *feedback* contínuo sobre o andamento do processo de ensino-aprendizagem. As informações obtidas permitirão o planejamento, o ajuste, o redirecionamento das práticas pedagógicas no intuito de aprimorar a aprendizagem discente. Ou seja, seus resultados servirão para apoiar, compreender, reforçar, facilitar, harmonizar as competências e aprendizagens dos alunos. Desta forma, será realizada de maneira progressiva e paralela às demais atividades desenvolvidas nos componentes curriculares, permitindo o redirecionar ou implantar melhorias nos processos educativos (ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas).

O conceito de avaliação recebe conotações diferenciadas de acordo com o seu contexto, mas, avaliação é, sem dúvida, uma parte indispensável no processo de ensino e aprendizagem educacional, pois é a partir dela que pode se diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da construção do saber. Esse processo tem ainda funções específicas, tais como:

- Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- Possibilitar ao aluno um possível esclarecimento de seus avanços e dificuldades, visando seu envolvimento no processo ensino aprendizagem.

A IES projeta todos os seus cursos e atividades em harmonia com as suas bases filosóficas e princípios metodológicos, garantindo, desta forma,

uma coerência epistemológica com a Missão e os Objetivos Institucionais, assim como com as propostas pedagógicas dos seus cursos de graduação. A avaliação contínua objetiva a melhoria do acompanhamento do aluno, considerando-se as individualidades, além de possibilitar que o aluno possa acompanhar o seu desempenho a cada avaliação. São utilizadas diversas modalidades dentre elas as avaliações dissertativas e objetivas e os trabalhos individuais ou em grupo. Adicionalmente, utiliza-se a metodologia de avaliação integrada, multidisciplinar, que proporciona uma maior integração entre as disciplinas e docentes, além de contribuir para que o aluno tenha uma óptica não fragmentada e mais próxima da realidade do mercado de trabalho e dos problemas cotidianos.

Dessa forma, no curso os procedimentos incluem a avaliação formativa (entendida como uma prática de avaliação contínua, que objetiva fornecer *feedback*, a fim de ajustar o processo de ensino-aprendizagem).

Para cada componente curricular o procedimento de avaliação do processo de ensino-aprendizagem será detalhado no plano de ensino. E para o Estágio Supervisionado, os procedimentos de avaliação consideram, também, o desenvolvimento de competências atitudinais, conhecimentos e habilidades; estando contemplada avaliação formativa e *feedback* contínuo.

O processo de avaliação está disciplinado no Regimento da Faculdade, no Capítulo V - Da Avaliação do Desempenho Escolar, envolvendo normas sobre a avaliação e o rendimento acadêmico, como descrito a seguir.

## **CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR**

Art. 93. A avaliação da aprendizagem e do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e os conteúdos ministrados em cada uma.

Art. 94. A frequência às aulas e a participação nas demais atividades escolares são direitos dos alunos aos serviços educacionais prestados pela Instituição e são permitidas apenas aos alunos regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços educacionais assinado entre as partes.

Parágrafo único. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o discente que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

Art. 95. O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno, de provas escritas, trabalhos e exercícios.

Parágrafo único. Compete ao docente da disciplina elaborar as atividades de avaliação, bem como julgar e registrar seus resultados de acordo com as orientações do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de cada Curso, devidamente aprovado em ata e discriminado no PPC do curso e Plano de Ensino.

Art. 96. A média semestral é obtida por meio da média aritmética simples que compreende os dois bimestres do período letivo, podendo variar de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 1º As verificações de aprendizado serão realizadas em cada bimestre, de acordo com o Calendário Acadêmico, sendo a elas atribuída uma nota expressa em grau numérico que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 2º A composição da nota bimestral deve constar do plano de ensino da disciplina sendo critério mínimo a existência de, ao menos, dois perfis de avaliação de aprendizagem individual.

Art. 97. Considera-se aprovado na disciplina o discente que nela obtiver nota final de aproveitamento mínimo igual a 06 (seis), considerando a média dos resultados bimestrais e atendida a frequência mínima exigida em lei.

Art. 98. Os discentes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Conselho Superior, com base na legislação vigente.

### **1.9.2. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa**

A auto-avaliação do Curso de Graduação em Psicologia contempla o processo de avaliação institucional, delineado no Programa de Avaliação Institucional, que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Faculdades IESGO.

Este Programa foi elaborado para atender à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

O presente Programa foi estruturado com base na Portaria MEC nº 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos, Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, editados pelo INEP.

Todos os parâmetros foram estabelecidos para o Curso de Graduação em Psicologia pelo CONSUP, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários). Assim os resultados das avaliações são publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Direção Geral da IESGO.

A auto-avaliação do curso será gerenciada e desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por membros designados pelo órgão competente.

Compete à CPA desenvolver suas atividades com apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos. A CPA mantém estreita articulação com as Coordenações de Cursos, a fim de apoiar o processo interno de auto-avaliação de cada um.

Especialmente deve a CPA:

- Implantar e alimentar um banco de dados institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto-avaliação.
- Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
- Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de credenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o atingimento das metas pretendidas.
- Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como os exames nacionais de curso, os dados dos questionários-pesquisa

respondidos pelos alunos que se submeterem aos exames, os resultados das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação. Neste caso, no Curso de Graduação em Enfermagem.

São avaliados, periodicamente:

[P6] Comentário: Será mantido?

#### 1.10. Programa de Iniciação Científica

- ✓ Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- ✓ Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- ✓ Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- ✓ Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- ✓ Formação de pesquisadores na área da Psicologia;
- ✓ Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de artigos, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;
- ✓ Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;
- ✓ Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores, incluindo a iniciação científica;
- ✓ Articulação da pesquisa com as demais funções acadêmicas;

- ✓ Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos;
- ✓ Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- ✓ Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- ✓ Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Nos termos do Regimento Geral da IES:

- A Faculdade, através de seus Cursos e Setores próprios, desenvolverão a Investigação Científica e a Extensão junto à comunidade, como complementos do Ensino superior, nos termos deste Regimento, sob a coordenação da DEPIC - Divisão de Extensão Pós-graduação e Iniciação Científica.
- A Investigação Científica e a Extensão serão realizadas visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, com o objetivo de promover o entendimento do homem e do meio em que vive, tendo em vista a evolução da sociedade.
- A Extensão, aberta à participação da população, será realizada visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.
- Para o desenvolvimento dos Projetos de Iniciação Científica e de Extensão, a Faculdade poderá associar-se a outras instituições de ensino e de pesquisa, a empresas e outras organizações nacionais e estrangeiras, através de convênios ou acordos de cooperação.
- Os recursos para implementação dos Projetos de Iniciação Científica e de Extensão aprovados deverão estar dispostos no plano orçamentário, ou originados de convênios ou acordos de cooperação com órgãos de fomento e financiamento.

- A proposição de Projetos e Programas de Iniciação Científica e de Extensão deverá, respectivamente, ser feita à Direção Acadêmica que os encaminhará ao DEPIC para a devida análise, e posterior aprovação do Conselho Superior.

DEPIC - Divisão de Extensão Pós-graduação e Iniciação Científica da IESGO é o setor que atua na gestão de atividades de Iniciação Científica e tem como objetivo inserir docentes e discentes de graduação e pós-graduação *lato sensu* em atividades de Investigação Científica.

### **1.11. Tecnologias de Informação e Comunicação no Processo Ensino-Aprendizagem**

A IESGO incorporará de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Para tanto, será destinado percentual de sua receita anual para a aquisição de microcomputadores e softwares utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem incluirão, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais.

Será estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides/data show possibilitarão aos docentes utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas etc. Os docentes utilizarão também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som etc. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem. Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Faculdade serão utilizados (as):

⇒ A **internet**, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos

acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os alunos utilizarão as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google Acadêmico, Yahoo, Bases de Dados online, demais banco de dados etc.) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

- ⇒ Os **pacotes de aplicativos**, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados. Esses pacotes de ferramentas serão utilizados pelos docentes, na Faculdade, para preparar aulas e elaborar provas; e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, numa extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides etc.;
- ⇒ As simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para investigações científicas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- ⇒ Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos projetos pedagógicos dos cursos.

A IESGO incentivará, também, a participação do Corpo Docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem, domínio das TICs e acessibilidade comunicacional e digital, para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito dos cursos.

A acessibilidade comunicacional caracteriza-se pela ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade,

encontra-se prevista a utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, programas e aplicativos utilizados para deficientes visual ou oral (DOSVOX, entre outros) etc., nos termos dos dispositivos legais vigentes.

## **Programas e Aplicativos Utilizados para Deficientes Visual ou Oral**

### DOSVOX

O DOSVOX é um sistema para microcomputadores que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por portadores de necessidades especiais visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas.

O que diferencia o DOSVOX de outros sistemas voltados para uso por deficientes visuais é que no DOSVOX, a comunicação homem-máquina é muito mais simples, e leva em conta as especificidades e limitações dessas pessoas. Ao invés de simplesmente ler o que está escrito na tela, o DOSVOX estabelece um diálogo amigável, através de programas específicos e interfaces adaptativas. Isso o torna insuperável em qualidade e facilidade de uso para os usuários que vêm no computador um meio de comunicação e acesso que deve ser o mais confortável e amigável possível.

Grande parte das mensagens sonoras emitidas pelo DOSVOX é feita em voz humana gravada. Isso significa que ele é um sistema com baixo índice de estresse para o usuário, mesmo com uso prolongado.

Ele é compatível com a maior parte dos sintetizadores de voz existentes, pois usa a interface padronizada SAPI do Windows. Isso garante que o usuário pode adquirir no mercado os sistemas de síntese de fala mais modernos e mais próximos à voz humana, os quais emprestarão ao DOSVOX uma

excelente qualidade de leitura.

O DOSVOX também convive bem com outros programas de acesso para deficientes visuais (como Virtual Vision, Jaws, Window Bridge, Window-Eyes, ampliadores de tela etc.) que porventura estejam instalados na máquina do usuário.

## PRODEAF MÓVEL

O aplicativo ProDeaf Móvel, tradutor do Português para a Língua Brasileira de Sinais, está disponível gratuitamente para Surdos e Ouvintes.

Esta ferramenta de bolso pode-se traduzir automaticamente pequenas frases. Também é possível escrever as frases (ex.: "Eu vou a praia amanhã") e as mesmas terão a sua tradução interpretada.

Possui um dicionário de Libras para navegar entre milhares de palavras em Português e ver sua tradução sem necessidade de conexão com a Internet. O usuário pode selecionar palavras e ver sua representação em Libras, interpretada pelo personagem animado em tecnologia 3D.

O aplicativo está disponível para download gratuito em aparelhos com Android (via Google Play), iOS (iPhone/iPad/iPod) e Windows Phone 8 (via Windows Phone Store).

Para baixar o ProDeaf Móvel, o usuário deve acessar diretamente do *smartphone* ou tablet o link <http://prodeaf.net/instalar>.

O ProDeaf Móvel é projetado e desenvolvido pela ProDeaf Tecnologias Assistivas e tem o patrocínio da Bradesco Seguros.

## **2. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

### **2.1. Núcleo Docente Estruturante**

Em conformidade com as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em sua Resolução nº 1 de 17/06/2010, o Curso

de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO conta com Núcleo Docente Estruturante – NDE que é um órgão consultivo da coordenação do curso, responsável pelo processo de concepção, implementação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Sendo o NDE do curso de Psicologia órgão consultivo e de assessoramento ao colegiado do curso, é responsável pela elaboração, implantação, desenvolvimento e reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso, bem como pela análise e supervisão da

, ementário e demais instrumentos e estratégias para a formação do psicólogo.

O Núcleo Docente Estruturante, resolução 04/20, é constituído por 05 (cinco) docentes do curso, dos quais 04 possuem titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e 05 possui tempo integral e/ou parcial na IES. A nomeação é efetuada pela Direção Executiva das Faculdades Integradas IESGO para executar suas atribuições e atender a seus fins, tendo o coordenador do curso como presidente. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante NDE:

- a) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;
- b) Participar da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso, submetendo-o a análise e aprovação do Colegiado de Curso;
- c) Propor permanente revisão ao que se refere a concepção do curso, definição de objetivos e perfil de egressos, metodologia, componentes curriculares e formas de avaliação em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- d) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- e) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes no currículo;
- f) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as Diretrizes Curriculares;
- g) Analisar os planos de ensino dos componentes curriculares dos cursos, sugerindo melhorias e atualização;
- h) Propor alternativas de melhoria a partir dos resultados das avaliações internas e externas dos cursos em consonância com o Colegiado;

- i) Assessorar a coordenação do curso na condução dos trabalhos de alteração e reestruturação curricular, submetendo a aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- j) Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.
- k) Acompanhar as atividades do corpo docente no que se refere às Práticas de Pesquisa e Práticas de Extensão;
- l) Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo corpo docente, sobretudo no que diz respeito à integralização dos Planos de Ensino e Aprendizagem e Plano Integrado de Trabalho;
- m) Elaborar semestralmente cronograma de reuniões;
- n) Encaminhar relatórios semestrais a coordenação do curso sobre suas atividades, recomendações e contribuições.
- o) Propor alternativas de integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos nos respectivos projetos pedagógicos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e para o curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO são compostos de:

Componentes do NDE

<b>1</b>	Tiago Porto França*	Mestre	PARCIAL
<b>2</b>	Suzane Garcia de Santana	Mestre	PARCIAL
<b>3</b>	João Miguel dos Santos Oliveira	Mestre	PARCIAL
<b>4</b>	Raiane Ferreira de Araújo	Especialista	PARCIAL
<b>5</b>	Felipe de Souza Soares Germano	Doutor	PARCIAL

(\*) Coordenador do Curso de Graduação em Psicologia.

Conforme pode ser observado no quadro apresentado, 80% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES.

Todos os professores do Núcleo Docente Estruturante possuem graduação na área da Psicologia.

A IESGO investiu na composição de um Núcleo Docente Estruturante com professores que possuam uma dedicação preferencial, cujo resultado é a construção de uma carreira assentada em valores acadêmicos, ou seja, titulação e produção científica. Isso, com certeza, contribui para a estabilidade docente e o estímulo à permanência dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante até, pelo menos, o reconhecimento do curso. Neste sentido, a IESGO compromete-se a estabelecer uma relação duradoura e perene entre si e o corpo docente, sem as altas taxas de rotatividade que dificultam a elaboração, com efetiva participação docente, de uma identidade institucional.

## **2.2. Coordenadoria de Curso**

### **2.2.1. Titulação Acadêmica**

- ⇒ Nome do Coordenador do Curso: Tiago Porto França
- ⇒ Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2008)
- ⇒ Mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2013)

### **2.2.2. Experiência Profissional, na Docência Superior e de Gestão Acadêmica**

O Coordenador do Curso possui, somados, mais de 10 anos de experiência profissional e na docência superior. Lecionou como professor e foi Coordenador da Clínica de Psicologia Aplicada (CPA) e do Curso de Psicologia Universidade Paulista – UNIP.

Atualmente é Professor, Coordenador do Curso de Psicologia e da Clínica Escola da IESGO. Tem como linhas de pesquisa: Aprendizagem Recombinativa, Psicologia do Esporte e do Exercício, Controle Aversivo e Análise Funcional Clínica.

### **2.2.3. Regime de Trabalho**

O Coordenador do Curso de Graduação em Psicologia possui vínculo trabalhista com a IES e atua em regime de tempo parcial, com 28 horas de atividades semanais, estando prevista carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

A carga horária estabelecida possibilitara o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade nos colegiados superiores. Além disso, a carga horária estabelecida possibilitara o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

Atuara conforme **Plano de Ação** documentado e compartilhado, que prevê indicadores de desempenho da coordenação a serem disponibilizados publicamente.

### **2.3. Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso**

A reunião do Coordenador do curso; 03 (três) representantes do corpo docente, sendo 01 (um) escolhido pelo Diretor Geral e 02 (dois) pelos seus pares, indicados em lista tríplice, com mandato de 01 (um) ano, podendo haver recondução; 01 (um) representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, sem direito à recondução, constitui o Colegiado de Curso, para efeito de realização do planejamento administrativo e gerencial e de acompanhamento dos encaminhamentos institucionais.

O Colegiado de Curso reunir-se-á para suas funções, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pela Gestão Acadêmica ou pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

São competências do Colegiado de Curso: propor medidas para aperfeiçoar o corpo docente e o perfil de formação profissional de cada curso, em função de suas características profissionais e sociais; analisar e propor, para aprovação do Conselho de Ensino, Iniciação Científica e Extensão, cursos extraordinários, seminários ou conferências, julgados necessários ou úteis à formação profissional dos discentes; propor medidas para o aperfeiçoamento do Ensino, da Investigação Científica e da Extensão estruturando orçamento específico; exercer as demais funções previstas no Regimento ou que lhe sejam delegadas.

As reuniões possuem a periodicidade determinada no Regimento Institucional. Suas decisões são registradas em Atas e encaminhadas de acordo com o fluxo estabelecido para as temáticas tratadas (Regimento, em Regulamentos ou em Normas Complementares da Instituição, quando for o caso).

O órgão colegiado do curso conta com um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

## **2.4. Atendimento ao Discente**

### **2.4.1. Programa de Acolhimento e Permanência**

Considerando a importância de promover a integração e assimilação da cultura e da vida acadêmica dos alunos ingressantes, assim como a necessidade de integrar esses alunos no ambiente acadêmico apresentando o curso e as políticas institucionais, será implantado o **Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência** com a finalidade de acompanhar o acesso e a trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes e favorecer a sua permanência.

O **Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência** terá como objetivos: desenvolver ações que propiciem um diálogo intercultural na comunidade acadêmica; oferecer acolhimento, informações, socialização,

solidariedade e conscientização aos alunos ingressantes; integrar o aluno ingressante no ambiente acadêmico, promovendo o contato com professores e alunos veteranos e com as informações sobre o funcionamento da Instituição, dos cursos, dos projetos de extensão, investigação científica e dos programas de formação continuada; desenvolver ações de inclusão (bolsas; financiamentos; apoio psicopedagógico; nivelamento etc.) que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

#### **2.4.2. Apoio Psicopedagógico**

A Faculdade dá relevância às questões pertinentes ao mundo contemporâneo, especialmente as que dizem respeito ao âmbito das subjetividades, especificamente num ambiente universitário, com vistas à prevenção de possíveis dificuldades à vida acadêmica, em seus múltiplos aspectos.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPA) estrutura-se a partir de quatro áreas de atuação, propondo ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização das relações institucionais e para a socialização do conhecimento científico-filosófico:

I - Orientação pedagógico-institucional;

II - Orientação didático-pedagógica aos docentes;

III - Orientação acadêmico-profissional;

IV - Acompanhamento do processo de aprendizagem acadêmica, através das pontuações e indicações efetuadas pelos docentes.

Além disso, sempre que necessário, o coordenador de curso e/ou o NDE municiará o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade com as informações necessárias para intervenções no processo ensino-aprendizagem.

#### **2.4.3. Mecanismos de Nivelamento**

A IESGO oferecerá dois Programas de Nivelamento:

**\*Nivelamento Língua Portuguesa:** que tem como objetivos auxiliar os acadêmicos em ampliar conhecimentos básicos de Língua Portuguesa; desenvolver habilidades conceituais na área de Língua Portuguesa; qualificar os acadêmicos ingressantes para melhor aproveitamento em seus cursos, a fim de reduzir a evasão.

**\*Nivelamento em Matemática:** que tem como objetivos auxiliar os acadêmicos em ampliar conhecimentos básicos de Matemática; desenvolver habilidades conceituais na área matemática; qualificar os acadêmicos ingressantes para melhor aproveitamento em seus cursos, a fim de reduzir a evasão.

#### **2.4.4. Atendimento Extraclasse**

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pela Coordenadoria de Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Essa orientação será feita de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

#### **2.4.5. Monitoria**

A IESGO se propõe a oferecer programa de monitoria no qual participam estudantes selecionados por meio de editais com o intuito de avaliar o potencial dos estudantes que melhor respondam às atividades dos projetos pedagógicos dos cursos.

Para participar do programa, é preciso que os alunos demonstrem um rendimento escolar satisfatório na disciplina disponível para monitoria e que tenha aptidão para atividades auxiliares de ensino e iniciação à pesquisa. A monitoria não implica vínculo empregatício entre o discente e a Instituição. Será exercida sob a orientação de um professor ao qual não será permitido deixar a cargo do monitor as aulas teóricas ou práticas correspondentes a carga horária da disciplina.

#### **2.4.6. Participação em Centros Acadêmicos**

O corpo discente terá como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição.

Nos órgãos colegiados a representação discente tem por objetivo encaminhar reivindicações e aspirações da Comunidade Discente, com vistas à promoção e integração da Comunidade Acadêmica na consecução das finalidades da Faculdade.

#### **2.4.7. Acessibilidade Metodológica e Instrumental**

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPA) atuará para eliminar barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de aprendizagem utilizadas nas atividades de ensino, investigação científica e extensão que serão desenvolvidas no curso. Orientará a metodologia de ensino-aprendizagem, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as técnicas de ensino e avaliação; que serão definidos de acordo com as necessidades dos sujeitos da aprendizagem. Quanto a esses aspectos, realizará atendimento de apoio aos discentes e docentes de forma contínua.

Sempre que necessário serão utilizados os recursos de tecnologia assistiva incorporados em teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, entre outros disponibilizados pela Instituição.

#### **2.4.8. Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados**

A DEST – Divisão de Estágios organizará a documentação e operacionalizará estágios não obrigatórios no curso. Também apoiará o coordenador do curso, divulgará oportunidades de estágio não obrigatório remunerado, e promoverá contato permanente com ambientes profissionais (campos de estágio) e os agentes de integração para captação de vagas, atuando na integração entre ensino e mundo do trabalho.

#### **2.4.9. Apoio Financeiro**

As ações de apoio financeiro aos acadêmicos são organizadas a partir da Política de Beneficência e Assistência Social executada pelo Governo Federal e de responsabilidade da Mantenedora da Instituição, no intuito de proporcionar condições de acesso ao ensino superior por toda sociedade. Destacam-se os seguintes programas e políticas de incentivos:

**Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)** - A Faculdade mediante seu cadastro no Ministério da Educação permite que os alunos possam ser beneficiados com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

**Prouni** - O Programa Universidade para Todos - PROUNI - instituído pelo governo Federal através da Lei nº 11.096 de 14.01.2005, cuja gestão cabe a Ministério da Educação, visa a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais para estudantes dos cursos de Graduação e sequenciais de formação específica.

**OVG** - As Faculdades Integradas IESGO estão credenciadas junto a OVG - Organização das Voluntárias de Goiás - e assim oferece aos seus acadêmicos o Programa Bolsa Universitária, que representa uma oportunidade de realização de um Curso Superior para estudantes que não têm condições de arcar com as mensalidades em instituições privadas de Ensino Superior em Goiás. Além do critério socioeconômico, o programa considera o desempenho acadêmico como critério para definição do valor do benefício. Dessa forma, estudantes com renda bruta familiar de até seis salários mínimos podem pleitear a bolsa parcial. Nesse caso, o aluno que obtiver média de até 6,9 no semestre anterior terá direito ao benefício no valor de até 300 reais; até 400 reais, caso tenha média entre 7 e 8,4; e até 500 reais, se conseguir média de no mínimo 8,5.

#### 2.4.10. Outras Ações Inovadoras

A Instituição disponibilizará a Ouvidoria, e fomentará a participação discente em projetos de extensão, artísticos, culturais e de responsabilidade social e ambiental, abertos à comunidade acadêmica e à população em geral.

As novas ideias dos docentes e discentes, oriundas da “sala de aula” (debates, discussões, estudo de casos, grupos de estudo etc.), das demandas da sociedade e do mundo do trabalho, transformadas em projetos, darão origem a atividades de extensão (oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso).

Seguindo as determinações do MEC a IESGO terá toda documentação dos alunos mantidos pela secretaria acadêmica em formato digital, armazenados segundo a legislação vigente e disponibilizadas aos alunos através de portal eletrônico.

Também serão implantadas salas em um ambiente virtual de aprendizagem, utilizando o Moodle e ferramentas do Google Education que permitem criar um ambiente onde o professor possa compartilhar com os alunos materiais, bem como criar e receber tarefas e trocar informações através de teleconferências, e-mails e mensagens instantâneas.

Principais recursos do serviço:

- Tamanho para armazenamento de e-mails e arquivos ilimitado;
- Sistema de *E-mail Gmail*
- Mensagens instantâneas *Hangouts*
- Calendário com agendamento
- Colaboração com documentos
- Utilizar ferramentas de produtividade do *Marketplace*
- Ferramenta para ambiente de Sala de Aula
- Criação de *Websites*
- Participação em redes sociais

## CORPO DOCENTE DO CURSO

### 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

#### 1.1. Titulação Acadêmica

O corpo docente do Curso de Graduação em Psicologia é integrado por 12 professores.

<b>DOCENTES</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>REGIME</b>
Tiago Porto França	Mestre	PARCIAL
Suzane Garcia de Santana	Mestre	PARCIAL
João Miguel dos Santos Oliveira	Mestre	PARCIAL
Raiane Ferreira de Araújo	Especialista	PARCIAL
Ana Giulia de Araújo Conte	Mestre	PARCIAL
Felipe de Souza Soares Germano	Doutor	PARCIAL
Fernanda Pimentel Faria de Miranda	Doutora	PARCIAL
Janúbia Rodrigues de Oliveira	Especialista	PARCIAL
Jonas Ferreira	Especialista	PARCIAL
Thiago Faria Gonçalves	Mestre	PARCIAL

<b>CORPO DOCENTE DO CURSO</b>		
<b>TITULAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Doutor	03	20%
Mestre	06	50%
Especialista	03	30%
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>

O percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é igual a 75%. A formação dos professores, na graduação ou na pós-graduação, e a experiência profissional são adequadas aos componentes curriculares que ministrarão.

Considerando o perfil do egresso e a formação acadêmica dos professores, constata-se a constituição de um corpo docente com capacidade para:

- Analisar os conteúdos das unidades de ensino, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente;
- Fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- Proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa, relacionando-os aos objetivos dos componentes curriculares e ao perfil do egresso / participar de programas e projetos de investigação científica que serão fomentados pela IES (alinhados ao PPC e nos termos da política de investigação científica institucional);
- Incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de investigação científica e da publicação;
- Desenvolver a metodologia proposta para o Curso de Graduação em Psicologia.

O NDE produziu relatório de estudo que demonstra e justifica a relação entre a titulação do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, considerando as capacidades anteriormente listadas.

O NDE dará continuidade aos seus estudos verificando o perfil docente e um rol de competências pressupostas por Perrenoud, além de competência pedagógica, destacando-se:

- a) Organizar e dirigir situações de aprendizagem;*
- b) Administrar sua própria formação contínua;*
- c) Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;*
- c) Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;*

*d) Trabalhar em equipe;*

*e) Utilizar novas tecnologias;*

*f) Administrar a progressão das aprendizagens; e*

*g) Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho.*

## **1.2. Experiência Profissional e no Exercício da Docência Superior**

No que se refere à experiência a IESGO, ao selecionar os professores para o Curso de Graduação em Psicologia, assumiu como compromisso priorizar a contratação de profissionais com experiência profissional e no exercício da docência superior.

A **experiência no exercício da docência superior** possibilita ao professor uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada à proposta pedagógica da IESGO. Considerando o perfil do egresso, a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto possibilitará um congruente desempenho em sala de aula. Os docentes possuem capacidade para:

- Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- Exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

O NDE produziu relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula.

A **experiência profissional** possibilita ao professor uma abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula. Considerando o perfil do egresso previsto para o Curso de Graduação em Psicologia, a experiência profissional do corpo docente previsto possibilitará um congruente desempenho em sala de aula. Os docentes possuem capacidade para:

- Apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes componentes curriculares em relação ao fazer profissional;
- Manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática;
- Promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- Analisar as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso, considerando o conteúdo abordado e a profissão.

O NDE produziu também relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula.

## **2. CONDIÇÕES DE TRABALHO**

### **2.1. Regime de Trabalho**

O regime de trabalho previsto para os docentes do Curso de Graduação em Psicologia possibilitará o atendimento integral da demanda, considerando: a dedicação à docência; o atendimento aos discentes (orientações didático-pedagógicas, outras orientações, grupos de estudo e etc.); a participação no órgão colegiado do curso e nos demais órgãos de gestão acadêmica; o

planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Há documentação descritiva sobre como as atribuições individuais dos professores serão registradas, considerando a carga horária total por atividade. O registro das atividades desenvolvidas pelos docentes será utilizado no planejamento e gestão para melhoria contínua.

O percentual do corpo docente com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é de 100%, conforme se observa a seguir.

<b>CORPO DOCENTE DO CURSO</b>		
<b>REGIME DE TRABALHO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Tempo Integral	00	00
Tempo Parcial	12	100%
<b>TOTAL</b>		<b>100,00%</b>

## **2.2. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica**

Os docentes do curso possuem produções científica, cultural, artística ou tecnológica nos últimos 04 (quatro) anos. As evidências e documentação comprobatória estão disponíveis na Instituição.

A IESGO oferecerá as condições necessárias ao desenvolvimento da investigação científica e à inovação tecnológica, inclusive com participação de alunos. As atividades são desenvolvidas promovendo ações que proporcionam contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

## INFRAESTRUTURA DO CURSO

### 1. INSTALAÇÕES GERAIS

#### 1.1. Espaço Físico

A IESGO apresenta suas instalações gerais conforme se segue.

INSTALAÇÕES	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (M2)
ÁREA ADMINISTRATIVA	20	50,70 m <sup>2</sup>
ÁREA DE REPROGRAFIA	01	60 m <sup>2</sup>
SALAS DE AULA	50	60 m <sup>2</sup>
SALA DE PROFESSORES	01	73,50 m <sup>2</sup>
SALA DE COORDENADORES	15	80,56 m <sup>2</sup>
SALA NDE	04	16,22 m <sup>2</sup>
SALA CPA	01	21,42 m <sup>2</sup>
GABINETE TEMPO INTEGRAL	08	16,22 m <sup>2</sup>
SALA NAPA	01	24,84 m <sup>2</sup>
SALA DEPIC	01	24,52 m <sup>2</sup>
SALA DEPEC	01	26,75 m <sup>2</sup>
DIREÇÃO GERAL	01	60,77 m <sup>2</sup>
SECRETARIA ACADÊMICA	01	60,77 m <sup>2</sup>
CENTRAL DO ALUNO	01	17,30 m <sup>2</sup>
SALA DE REUNIÃO	01	36,30 m <sup>2</sup>
SALA DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	02	50,70 m <sup>2</sup>
SALA FINANCEIRO	01	50,70 m <sup>2</sup>
SALA GESTÃO DE PESSOAS	01	37 m <sup>2</sup>
SALA EAD	01	38,28 m <sup>2</sup>
SALA TI	01	26,27 m <sup>2</sup>
SALA CPD	01	8,64 m <sup>2</sup>
SANITÁRIOS FEMININO GERAL	11	18,80 m <sup>2</sup>
SANITÁRIOS MASCULINO	11	18,80 m <sup>2</sup>

GERAL		
AUDITÓRIO	01	309,18 m <sup>2</sup>
LANCHONETE	01	68 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	01	1000 m <sup>2</sup>
ESTACIONAMENTO	02	1000 m <sup>2</sup>
BIBLIOTECA	01	579,25 m <sup>2</sup>
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	06	68 m <sup>2</sup>
BRINQUEDOTECA	01	86,85 m <sup>2</sup>
LABORATÓRIOS	10	86,85 m <sup>2</sup>
CLÍNICA ESCOLA PSICOLOGIA	01	204 m <sup>2</sup>
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA	01	121,44 m <sup>2</sup>
QUADRA ESPORTIVA	02	487,63 m <sup>2</sup>
ARQUIBANCADA	02	225,50 m <sup>2</sup>
PISTA DE CORRIDA	01	854 m <sup>2</sup>
QUADRA DE AREIA	02	237 m <sup>2</sup>
PISCINA SEMIOLÍMPICA	01	520 m <sup>2</sup>
VESTIÁRIO MASCULINO	01	85,80 m <sup>2</sup>
VESTIÁRIO FEMININO	01	85,80 m <sup>2</sup>
SALA DE MATERIAL ESPORTIVO	01	49,49 m <sup>2</sup>
ÁREA DOS JARDINS (APROXIMADAMENTE)	01	1000 m <sup>2</sup>

O espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais. As instalações estão submetidas à manutenção periódica, conforme **Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial**.

#### 1.1.1. Salas de Aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso. São bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação,

mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade, o que garante o seu conforto.

As salas de aula dispõem de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem (salas em U, trabalho em grupo etc.). Contam ainda com recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa, como o é o caso de *Datashow* e acesso à Internet.

Os alunos contarão ainda salas para o desenvolvimento de atividades de Metodologias Ativas, com ferramentas e disposição diferenciadas para o processo de aprendizagem.

As salas de aula, assim como todos os espaços disponibilizados pela IESGO passam por manutenção periódica, conforme **Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial**.

#### **1.1.2. Instalações Administrativas**

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas.

A IESGO possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

#### **1.1.3. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral**

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral disponibilizados pela IESGO viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, e atendem às necessidades institucionais.

Os espaços possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o

atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral são bem dimensionados, dotados de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

#### **1.1.4. Sala Coletiva de Professores**

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente. Conta com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes. Permite o descanso e atividades de lazer e integração. Há espaço para a guarda de equipamentos e materiais dos professores.

A sala coletiva de professores é bem dimensionada, dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

A sala dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.

#### **1.1.5. Espaço de Trabalho para o Coordenador de Curso**

O espaço de trabalho para o Coordenador do Curso de Graduação em Psicologia viabiliza as ações acadêmico-administrativas, e atende às necessidades institucionais.

O espaço permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade, conta com equipamentos adequados e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso é bem dimensionado, dotado de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

#### **1.1.6. Auditório**

A IESGO dispõe de auditório que atende às necessidades institucionais. O auditório é bem dimensionado, dotado de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade, o que garante o seu conforto.

O auditório está equipado com recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à Internet e de equipamentos para videoconferência.

#### **1.1.7. Espaços de Convivência e Alimentação**

Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades. Os espaços são bem dimensionados, dotados de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade. O dimensionamento das áreas permite a integração entre os membros da comunidade acadêmica. São disponibilizados serviços variados e adequados às atividades.

Os espaços de convivência e de alimentação, assim como todos os espaços disponibilizados pela IESGO passam por manutenção periódica, conforme **Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial**, com normas consolidadas e institucionalizadas.

#### **1.1.8. Instalações Sanitárias**

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade.

As instalações sanitárias, assim como todos os espaços disponibilizados pela IESGO passam por manutenção periódica, conforme **Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial**, com normas consolidadas e institucionalizadas.

### **1.2. Equipamentos**

### **a) Acesso a Equipamentos de Informática**

Os laboratórios de informática e os computadores disponibilizados na biblioteca atendem às necessidades institucionais e do Curso de Graduação em Psicologia.

São instalados em espaços bem dimensionados, dotados de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade, o que garante o seu conforto.

Os laboratórios de informática contam cada um, com 30 microcomputadores em rede e com acesso à internet. Possui recursos necessários de acessibilidade para cadeirantes ou pessoas com deficiência visual, teclado *Braille* e *software DOSVOX*.

O horário de funcionamento do laboratório de informática é de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 21h e no sábado no horário das 08h às 12h, e seu uso é livre para todos os alunos em períodos onde não tem aulas marcadas. O pessoal técnico-administrativo é composto por um técnico responsável pelas atividades nele realizadas, auxiliado por 2 (dois) assistentes.

A biblioteca conta com microcomputadores para consulta e pesquisa pelos alunos, acesso à *internet* e biblioteca virtual.

A Internet é estável e em velocidade de acesso compatível com a demanda projetada. A IES também oferece acesso a Internet via rede sem fio.

O laboratório de informática e a biblioteca, assim como os equipamentos disponíveis, passam por avaliação periódica em termos de sua adequação, qualidade e pertinência.

### **b) Existência da Rede de Comunicação Científica (Internet)**

Todos os equipamentos de informática da IESGO estão interligados em rede e possuem acesso à Internet.

## **1.3. Serviços**

### **a) Manutenção e Conservação das Instalações Físicas**

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da IESGO ou por empresas especializadas previamente contratadas, conforme **Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial**, com normas consolidadas e institucionalizadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- a) manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

### **b) Expansão, Manutenção e Conservação dos Equipamentos**

A IESGO dispõe um **Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos**.

A política de expansão, ou atualização de equipamentos visa garantir a IES a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- a) manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nos

equipamentos da Instituição.

## **2. BIBLIOTECA**

### **2.1. Espaço Físico**

A infraestrutura para a biblioteca atende às necessidades institucionais. O espaço é bem dimensionado, dotado de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

As instalações da biblioteca oferecem estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, assim como recursos comprovadamente inovadores.

#### **a) Instalações para Estudos Individuais**

As instalações para estudos individuais são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário.

#### **b) Instalações para Estudos em Grupos**

As instalações para estudos em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário.

### **2.2. Acervo**

#### **a) Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)**

O acervo físico da bibliografia complementar está tombado e informatizado por meio do software de gerenciamento de bibliotecas: Pergamum.

Há títulos virtuais disponibilizados que estão previstos em contrato firmado entre a Instituição e a fornecedora do acervo de conteúdo e informações digitais (MINHA BIBLIOTECA), discriminando o quantitativo de acessos simultâneos e a validade do documento.

Há disponibilidade total ao acervo da bibliografia básica virtual por 24 horas, em todos os dias da semana (inclusive sábados, domingos e feriados). O contrato de fornecimento e manutenção dos títulos virtuais e a lista de títulos encontram-se disponível na IESGO.

O acervo da bibliografia básica do curso, existente no seu Projeto Pedagógico e necessário para o protocolo de autorização está disponível na Biblioteca.

O acervo da bibliografia do Curso de Graduação em Psicologia é adequado e está atualizado, considerando as características dos componentes curriculares e conteúdos que serão desenvolvidos. O NDE considerou a grade curricular proposta, o perfil do egresso, os planos de ensino e as DCNs específicas para ratificar a adequação dos títulos e exemplares propostos. Isto posto, o NDE elaborou o Relatório da Bibliografia Básica e do Acervo do Curso de Graduação em Psicologia, demonstrando a compatibilidade, em todos os componentes curriculares, entre os títulos, quantidade disponibilizada e o total de vagas a serem autorizadas para o curso. Por meio deste relatório, o NDE referendou a adequação do acervo da Bibliografia Básica em relação às unidades curriculares / conteúdos, aos títulos e de exemplares e ao número de vagas a serem autorizadas.

Sendo o acervo virtual, a análise do NDE considerou, também, o acesso físico, a adequação das instalações disponibilizadas, da estrutura informatizada e a acessibilidade em função da provável demanda. Os discentes do curso terão condições de acessar o sistema a partir de: locais externos à IESGO; seus equipamentos pessoais utilizando a rede sem fio da Instituição; tanto dos equipamentos quanto da rede sem fio, fornecidos pela IESGO.

Ou seja, será disponibilizado: (a) acesso livre à internet aos discentes, de modo a permitir navegação adequada às atividades e acesso ao acervo; (b) microcomputadores com configuração e softwares que possibilitam acesso aos títulos referendados.

Foram aprovadas uma Política de Expansão e Atualização do Acervo e um Plano de Contingência da Biblioteca para garantia do acesso e dos

serviços. Destaca-se que o acervo é foco constante de atenção, para que não fique obsoleto ou deixe de atender aos discentes em termos da qualidade e disponibilidade dos títulos.

#### **b) Periódicos**

Existe acesso a periódicos virtuais especializados, de acesso livre, disponibilizados pela biblioteca, que suplementam o conteúdo administrado nos componentes curriculares do Curso de Graduação em Psicologia. A lista está disponível no menu de serviços da Biblioteca.

#### **c) Informatização**

A biblioteca está totalmente informatizada. Todo o acervo está representado no sistema informatizado utilizado pela IESGO, inclusive com possibilidade de consulta ao catálogo *online*.

A biblioteca conta com microcomputadores para consulta e pesquisa pelos alunos, acesso à internet e a biblioteca virtual.

#### **d) Base de Dados**

A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a diversas bases de dados.

#### **e) Jornais**

A biblioteca conta com a assinatura corrente de um jornal diário.

#### **f) Política de Expansão e Atualização do Acervo**

A IESGO adotou uma política permanente de aquisição, expansão e atualização do acervo, baseada nas necessidades dos cursos que serão oferecidos.

O acervo bibliográfico será atualizado, constantemente, por indicação dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE, dos Conselhos dos Cursos, dos professores, por solicitação das coordenações e da equipe da Biblioteca, em

razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e de extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos a serem ofertados, em todos os níveis, seguindo a Política de Expansão e Atualização do Acervo.

O planejamento econômico-financeiro reservará dotação orçamentária para expansão e atualização do acervo.

A Instituição manterá uma política de disponibilizar para a comunidade acadêmica o número de exemplares de títulos da bibliografia básica e da bibliografia complementar que atende integralmente a obtenção dos conceitos máximos do instrumento de avaliação.

### **2.3. Horário de Funcionamento e Responsáveis**

#### **a) Horário de Funcionamento**

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 12h e das 13h às 22h30 e aos sábados das 8h às 12h.

#### **b) Pessoal Técnico-Administrativo**

O pessoal técnico-administrativo da biblioteca é composto por 01 bibliotecário e 02 auxiliares administrativos.

### **3. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA**

Encontram-se disponibilizado seis laboratórios de informática, com estações interligadas em rede e com acesso à internet. Algumas estações são equipadas com Webcam e fones de ouvido. Possui recursos necessários de acessibilidade para cadeirantes ou pessoas com deficiência visual, teclado *Braille* e software DOSVOX.

O laboratório também conta com softwares de uso comum, tais como softwares de escritório, Pacote Libre Office, Google Chrome, Mozilla Firefox, leitor de PDF Adobe Acrobat Reader, e softwares de uso específicos, tais como

AutoCAD 2019, por exemplo, que são solicitados para a TI pelos próprios professores ou coordenadores.

O horário de funcionamento do laboratório de informática é das 08:00 as 22:00 de segunda a sexta-feira e das 08:00 as 12:00 no sábado, e seu uso é livre para todos os alunos em períodos onde não tem aulas marcadas, tendo sempre acompanhamento por um monitor ou técnico do departamento de tecnologia da informação.

O laboratório contará com normas de funcionamento, utilização e segurança; conforto e manutenção periódica; serviços de apoio técnico; recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades que serão desenvolvidas; disponibilidade e quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Será submetido à avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, e os resultados serão utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

#### **4. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

Buscando conjugar a teoria com a prática, as Faculdades IESGO buscam oferecer aos acadêmicos, condições aplicativas em seus laboratórios didáticos, uma proposta altamente inovadora e produtiva para que os conteúdos doutrinários expostos possam ser praticados, assegurando uma maior afinidade com o contexto dos conteúdos programáticos.

Competências e habilidades são instrumentos basilares para o processo da aprendizagem, considerando que o pragmatismo deve ocupar posição de realce na formação profissional, logo pensar em situações de mera contemplação, não fortalece as bases de um ensino que se pretende assegurar aos acadêmicos, mas representa um grande desafio para as bases do ensino superior.

A IESGO para o curso de Psicologia dispõe de sete laboratórios didáticos, os quais servem à comunidade universitária assegurando com a

razoabilidade do funcionamento, uma oportunidade para a prática experimental, em face da natureza conceitual de cada laboratório, conferindo assim maior afinidade com os fundamentos operacionais.

Os Laboratórios de Informática em número de seis atendem ao corpo docente como um todo, não se restringindo apenas ao uso nas disciplinas consideradas afins, mas em decorrência da própria necessidade de se praticar a multidisciplinaridade, os docentes valem-se deste importante recurso para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das capacidades pertinentes aos recursos da informática.

Nesta linha de concepção aplicada, os acadêmicos são orientados sobre a otimização na utilização do computador, uma vez que seu uso quando desprovido de metodologias e sentido prático termina por complicar a própria iniciativa, que deve ter diante de si meios e condições para o desenvolvimento dos trabalhos que venham a ser estabelecidos.

Estes laboratórios estão assim concebidos:

- a) INFOLAB 01 – Vinte quatro computadores;
- b) INFOLAB 02 – Vinte e quatro computadores;
- c) INFOLAB 03 (S.O.S. DIST.) – Vinte e quatro computadores;
- d) INFOLAB 04 (Redes e Hardware) – Quarenta CPUs, quarenta monitores e acessórios para redes;
- e) INFOLAB 05 – Vinte e quatro computadores;
- f) INFOLAB 06 – Trinta computadores.
- g) CIEPPsi

Em todos os laboratórios os computadores estão instalados em bancadas próprias, devidamente conectados à internet e em ambiente climatizado com ar condicionado, propício para o desenvolvimento de tarefas consideradas pertinentes a prática em desenvolvimento.

Para o curso de Psicologia, os alunos identificados com disciplinas atinentes à Matriz Curricular de cada curso, utilizam sob a direção do docente, deste espaço multidisciplinar, onde estão disponíveis os equipamentos na ordem que segue:

- a) **Laboratório de Anatomia e Neuroanatomia** – utilizado para a disciplina de neuro-anato fisiologia.
- b) **Laboratório de Informática** – utilizado para a disciplina de Psicologia Geral e Experimental com computadores equipados com o *software cyberrat* que desenvolve padrões de comportamento análogos aos da caixa experimental.
- c) **Clínica Escola de Psicologia** – fornece uma ampla gama de conhecimento para os alunos. Seja em testes psicológicos e atendimentos e triagens psicológicas para a comunidade de Formosa e região.

As Faculdades Integradas IESGO pretendem ampliar ainda mais os recursos laboratoriais, dentro do seu plano de inovação e criatividade no ensino superior, assegurando um elevado padrão de ensino.

## **5. PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

A IESGO apresenta condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003. Também garante acessibilidade pedagógica, da pessoa com transtorno do espectro autista, nos termos da Lei nº 12.764/2012.

Para os alunos portadores de deficiência física, a IESGO apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos, bebedouros e telefones em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, a IESGO, desde o acesso até a conclusão do curso, proporcionará sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopidora que amplie textos; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a microcomputador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

A IESGO providenciou, também, a sinalização dos espaços com piso tátil, de acordo com o estabelecido na Norma Técnica da ABNT (NBR 9050/2004).

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IESGO, desde o acesso até a conclusão do curso, proporcionará intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Para garantir o atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, a IESGO:

- Promoverá cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso de LIBRAS; b) a tradução e interpretação de LIBRAS - Língua Portuguesa; c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- Oferecerá o ensino de LIBRAS e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- Proverá a contratação de: a) professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS; b) tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas

surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

- Garantirá o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao de matrícula do aluno;

- Apoiará, na comunidade acadêmica, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, Diretoria e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

- Adotará mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

- Desenvolverá e adotará mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

- Disponibilizará equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Conforme disposto no artigo 21 do Decreto nº 5.626/2005, a IESGO incluirá em seu quadro o tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Esse profissional atuará:

- a) nos processos seletivos para os cursos na IESGO;
- b) nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas;
- c) no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da IESGO.

Como garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com

deficiência auditiva e buscando assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação, em conformidade com o artigo 23 do Decreto nº 5.626/2005, a IESGO proporcionará aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizam o acesso à comunicação, à informação e à educação. Para os professores será proporcionado acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será inserida como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério e no curso de Fonoaudiologia, caso a IESGO venha a oferecê-los. Nos demais cursos superiores, será oferecida como componente curricular optativo.

A IESGO, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, garante às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos.

Assim sendo, a IESGO colocará à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com mobilidade reduzida ou com necessidade educacional especial ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas, entendendo que: a) a diversidade humana deve ser atendida; b) o conceito de acessibilidade deve ser verificado de forma ampla, e não apenas restrita a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão.

Destaca-se que estarão garantidas na IESGO:

- Acessibilidade Arquitetônica (Física) - Eliminação das barreiras ambientais físicas nas instalações da IESGO, conforme descrito anteriormente.

- **Acessibilidade Atitudinal** - Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
- **Acessibilidade Pedagógica (Metodológica)** - Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Deverá ser garantida pelo apoio psicopedagógico da IESGO que atua de forma integrada ao coordenador de curso e corpo docente.
- **Acessibilidade Programática** - Eliminação de barreiras presentes nas políticas institucionais, normas e regulamentos.
- **Acessibilidade Instrumental** - Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (acadêmica), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).
- **Acessibilidade nos Transportes** - Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte.
- **Acessibilidade nas Comunicações** - É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade Digital** - Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Nos termos da Lei 12.764/12 (Institui a Política Nacional de Proteção dos

Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. As pessoas portadoras do TEA (transtorno do espectro autista) têm seus direitos previstos na Constituição Federal em vigor, bem como alguns direitos contidos em leis específicas. A IESGO preparará o corpo docente e técnico administrativo para melhor atender o discente com TEA, por meio de cursos de capacitação. Ademais, a IES garante a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme política interna elaborada a partir do texto da lei.

#### ANEXOS

SEMESTRE	DISCIPLINAS	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
1º	Atividades Extensionistas I	-	100	100
1º	Ciclo Vital	60	-	60
1º	Filosofia	60	-	60
1º	História e Sistemas em Psicologia	60	-	60
1º	Português Instrumental	60	-	60
1º	Psicologia Ciência e Profissão	60	-	60
		<b>300</b>	<b>100</b>	<b>400</b>
2º	Atividades Extensionistas II	-	100	100
2º	Metodologia Científica	60	-	60
2º	Processos Psicológicos Básicos	60	-	60
2º	Psicologia Geral e Experimental	40	20	60
2º	Psicologia Social	60	-	60
2º	Teorias da Personalidade	60	-	60

		<b>280</b>	<b>120</b>	<b>400</b>
3º	Atividades Extensionistas III	-	100	100
3º	Estágio Núcleo Comum I	30	30	60
3º	Estatística	60	-	60
3º	Pesquisa em Psicologia	60	-	60
3º	Sociologia	60	-	60
3º	Técnicas do Exame Psicológico	60	-	60
		<b>270</b>	<b>130</b>	<b>400</b>
4º	Atividades Extensionistas IV	-	100	100
4º	Estágio de Núcleo Comum II	30	30	60
4º	Neuro-anatomo fisiologia	30	30	60
4º	Psicologia da Aprendizagem	60	-	60
4º	Psicologia Jurídica	60	-	60
4º	Técnicas de Entrevista	60	-	60
		<b>240</b>	<b>160</b>	<b>400</b>
5º	Atividades Extensionistas V	-	100	100
5º	Estágio de Núcleo Comum III	30	30	60
5º	Psicofarmacologia	60	-	60
5º	Psicologia Escolar	60	-	60
5º	Psicologia das Organizações e do Trabalho	60	-	60
5º	Psicopatologia	60	-	60
		<b>280</b>	<b>130</b>	<b>400</b>
6º	Atividades Complementares I	100	-	100
6º	Estágio do Núcleo Comum IV	30	30	60
6º	Ética Profissional	60	-	60
6º	Psicologia da Saúde e Hospitalar	60	-	60
6º	Psicoterapia Breve	60	-	60
6º	Teorias Psicanalíticas	60	-	60
		<b>370</b>	<b>30</b>	<b>400</b>
7º	Atividades Complementares II	100	-	100
7º	Estágio do Núcleo Comum V	30	30	60
7º	Psicodiagnóstico	60	-	60
7º	Psicoterapia da Criança	60	-	60

7º	Saúde Mental no Trabalho e Processos Grupais	60	-	60
7º	Teorias Comportamentais	60	-	60
		<b>370</b>	<b>30</b>	<b>400</b>
8º	Estágio Específico I	60	100	160
8º	Políticas Públicas em Saúde	60	-	60
8º	Psicologia Conjugal e Familiar	60	-	60
8º	Técnicas Projetivas	60	-	60
8º	Temas em Diversidade	60	-	60
		<b>300</b>	<b>100</b>	<b>400</b>
9º	Avaliação de Desempenho	60	-	60
9º	Estágio Específico II	60	100	160
9º	Optativa I	60	-	60
9º	Psicometria	60	-	60
9º	Teorias Fenomenológicas e Existenciais	60	-	60
		<b>340</b>	<b>60</b>	<b>400</b>
10º	Estágio Específico III	20	80	100
10º	Optativa II	60	-	60
10º	Psicodrama	60	-	60
10º	Teorias da Sexualidade	60	-	60
10º	Trabalho de Conclusão de Curso	60	60	120
		<b>260</b>	<b>140</b>	<b>400</b>
				<b>4000</b>

QUADRO RESUMO	CH
Carga Horária Teórica + Prática	2580
Atividades Extensionistas	500
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado	720
Total	<b>4000</b>

<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60		60
Intervenção em Crise	60	-	60
Terapia de Aceitação e Compromisso	60	-	60
Psicologia do Esporte e do Exercício	60	-	60

## **EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA**

### **DISCIPLINA: Ciclo Vital**

#### **EMENTA:**

Fundamentos do desenvolvimento humano nos aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, históricos e culturais na infância e na adolescência em suas especificidades. Principais modelos teóricos do desenvolvimento humano: Teoria Psicosexual de Freud, Teoria da Aprendizagem de Skinner, Teoria Psicossocial de Eric Erikson, Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Piaget, Abordagem Histórico Cultural de Vygotsky, Teoria Psicogenética de Wallon.

Fundamentos do desenvolvimento humano nos aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais na vida adulta e da terceira idade em suas especificidades. A psicologia no estudo das fases adulta e terceira idade nos contextos familiar, institucional, educacional e de saúde. Atitudes perante a morte e o morrer em todo o ciclo de vida.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **BÁSICA:**

Ariès, P. (2012). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC.

Coll, C., Marchesi, A., & Palacios, J. (2004). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. (Vol. 1). Porto Alegre: Artmed.

Dessen, M. A., & Costa-Jr, A. L. (2005). A ciência do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed.

Debert, G. G. (2012). A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Debord, G. (1997). A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

Freud, S. (1996). Reflexões para os tempos de guerra e morte. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)

Minayo, M. C. S. e Coimbra, C. E. A. (orgs.). (2002). Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Papalia, E. D., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed.

Piaget, J. (1983). Psicologia da inteligência. Rio de Janeiro: Zahar.

#### **COMPLEMENTAR:**

Barros, M. M. L. (Org.). (2007). Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: FGV.

Benjamin, W. (2012). O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica.

Hobsbawm, E. (2013). Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras.

Kovács, M. J. (2012). Educação para a morte: Temas e reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Marx, K. e Engles, F. (2011). A sagrada família. São Paulo: Boitempo.

Neri, A. L. (2004). Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos. Campinas, SP: Papirus.

Rappaport, C. R. (1981). Psicologia do desenvolvimento: Teorias do desenvolvimento, conceitos fundamentais. São Paulo: EPU.

Rogoff, B. (2005). A natureza cultural do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed.

Stuart-Hamilton, I. (2002). A psicologia do envelhecimento: Uma introdução. Porto-Alegre: Artmed.

Vigotski, L. (2008). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

---

#### **DISCIPLINA: Filosofia**

##### **EMENTA:**

A origem, natureza e utilidade da Filosofia. Formas de conhecimento: mito, senso comum, filosofia e ciência moderna. A questão do agir, do ser, do pensar e do sentir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Aranha, M. L. A., & Martins, M. H. P. (2003). *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna.

Chauí, M. (2010). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

Nicola, U. (2005). *Antologia ilustrada de filosofia das origens a idade média*. São Paulo: Globo.

### **COMPLEMENTAR:**

Greco, J., & Sosa, E. (Orgs.) (2012). *Compêndio de epistemologia*. São Paulo: Loyola.

Marcondes, D. (2004). *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Nagel, T. (2011). *Uma breve introdução à filosofia*. 3. ed. Martins Fontes.

Rachels, J. (2010). *Problemas da filosofia*. Lisboa: Gradiva.

Rovighi, M. S. (2002). *História da filosofia moderna*. São Paulo: Loyola

---

## **DISCIPLINA: História e Sistemas da Psicologia**

### **EMENTA:**

Reconhecer a Psicologia como um saber referido às condições históricas, filosóficas e sociais presentes em sua produção. Antecedentes da psicologia moderna na filosofia e na fisiologia. A fundação da psicologia e o estruturalismo. O funcionalismo acadêmico e a aplicação da psicologia. Compreender os diversos sistemas teóricos em psicologia, destacando a contribuição dos seus principais pensadores. Fundação e desenvolvimento do behaviorismo. O surgimento da psicologia da Gestalt. Fundação e desenvolvimento da psicanálise freudiana.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2008). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.

Marx, M. H., & Hillix, W. (2007). *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix.

Schultz, D.P., & Schultz, S. E. (2019). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cengage Learning.

Skinner, B.F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

#### **COMPLEMENTAR:**

Antunes, M. M. (2005). *A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC.

Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: Cortez.

Evans, R. (1979). *Construtores da psicologia*. São Paulo: Summus

---

#### **DISCIPLINA: Psicologia Ciência e Profissão**

#### **EMENTA:**

Definição de Psicologia. Áreas de especialização da psicologia. A relação pesquisa e prática profissional na Psicologia. Prática do profissional em Psicologia no estado de Goiás e entorno do DF.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

##### **BÁSICA:**

Bock, Ana Mercês Bahia (2008). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva.

Braghirolli, E. M., Bisi, G. P., Rizzon, L. A., & Nicoletto, U. (2009). *Psicologia geral*. Petrópolis: Vozes.

Jaco-Vilela, A.M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Org.). (2013). *História da psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Editora Nau.

##### **COMPLEMENTAR:**

Figueiredo, L.C.M. (2008). *Revisitando as psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Rodrigues, A., Assmar, E.M.L., & Jablonski, B. (2012). Psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes.

Simon, C. P., Melo-Silva, L. L., & Santos, M. A. (2005). Formação em psicologia: Desafios da diversidade na pesquisa e na prática. São Paulo: Vetor.

---

### **DISCIPLINA: Português Instrumental**

#### **EMENTA**

A Língua Portuguesa como ferramenta para uma efetiva comunicação. As diferenças entre a língua escrita e a falada. A estrutura da comunicação. Formas de discursos. Texto e textualidade. Mecanismo de construção textual. Características macro e microestruturas do texto. Leitura, produção e interpretação de textos institucionais. Tipologia textual. Correção gramatical.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

##### **BÁSICA:**

AZEVEDO, Roberta. Fundamentos de Português. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARBOSA, Cláudia Soares. Sintaxe do Português. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASILEITO, Ada M.M. Leitura e Produção Textual. Porto Alegre: Penso, 2016.

DIENSTBACK, Dalby. Semântica do Português. Porto Alegre: Sagah, 2017.

AIUB, Tânia (org.). Português: Práticas de leitura e escrita [recurso eletrônico]. . Porto Alegre: Penso, 2015.

##### **COMPLEMENTAR:**

AUSTIN, J. Quando Dizer é Fazer: Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN. M. Os Gêneros Do Discurso. São Paulo Editora 34, 2016.

GREIMAS, A. Sobre O Sentido: Ensaio E Semióticas. Petrópolis: Vozes, 1995.

---

### **DISCIPLINA: Pesquisa em Psicologia**

#### **EMENTA:**

Etapas do processo de pesquisa; revisão de literatura; definição de problema de

pesquisa; elaboração de objetivos de pesquisa; pesquisa experimental; correlacional; documental; técnicas e métodos de coleta de dados; noções de análise de dados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C., & Smith, J. (2010). Métodos de pesquisa em psicologia. Porto Alegre: Artmed.

Cozby, P. C. (2012). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Editora

Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-209.

Kantowitz, B. H., Roediger, H. L., & Elmes, D. G. (2006). *Psicologia experimental: Psicologia para compreender a pesquisa em psicologia*. São Paulo: Thomson Learning Edições.

### **COMPLEMENTAR:**

Abib, J. A. D. (2009). Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae Studia*, 7(2), 195-208.

Appolinário, F. (2011). *Dicionário de metodologia científica: Um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice

Diehl, A. A., & Tatim, D. C. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: Métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Medeiros, J. B. (2013). *Redação científica: A prática de fichamentos, resumos e resenhas*. São Paulo: Atlas.

---

## **DISCIPLINA: Psicologia Organizacional e do Trabalho**

### **EMENTA:**

Psicologia aplicada ao trabalho e às organizações. POT como área da psicologia. Histórico da POT: da administração científica até dias atuais. Comportamento

humano no trabalho: conceitos e aplicações. Identidade e trabalho. Saúde do trabalhador. Análise do trabalho. Sistemas organizacionais para gestão do comportamento organizacional.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

- Robbins, S. P. (2002). Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall.
- Siqueira, M. M. M. (Org). (2008). Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed.
- Zanelli, J.C., Borges-Andrade, J.E., & Bastos, A.V.B. (2008). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.
- Spector, P. E. (2010). Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva.
- Borges, L. O., Mourão, L. (2013). O Trabalho e as Organizações: Atuações a Partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed.

### **COMPLEMENTAR:**

- Robbins, S. P., Judge, T. A., & Sobral, F. (2010). Comportamento organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Wagner III, J.A., & Hollenbeck, J.R. (2003). Comportamento organizacional. São Paulo: Saraiva.
- Zanelli, J. C. (2002). O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed.
- Soto, E. (2005). Comportamento organizacional: Impacto das emoções. São Paulo: Pioneira.

---

## **DISCIPLINA: Técnicas de Exame Psicológico**

### **EMENTA:**

Introdução à história e metodologia da avaliação psicológica, enfatizando problemas teóricos e práticos do campo, contemplando suas diferentes áreas de aplicação (organizacional, clínica e escolar).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Anastasi, A. (2011). Testes psicológicos. São Paulo: EPU.

Hogan, T. P. (2006). Introdução à prática de testes psicológicos. Rio de Janeiro: LTC.

Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed.

#### **COMPLEMENTAR:**

Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2012). Avaliação psicológica, conceito, método e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Associação Americana de Psiquiatria. (2008). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM - IV - TR. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, J. A. (2008). Psicodiagnóstico – V. Porto Alegre: Artmed.

Pasquali, L. (2003). Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação. Petrópolis: Vozes.

Pasquali, L. (2011). Técnicas de exame psicológico – TEP: Manual. São Paulo: Casa do Psicólogo.

---

#### **DISCIPLINA: Psicodiagnóstico**

#### **EMENTA**

A entrevista psicológica e as técnicas de investigação da personalidade, propiciando o entendimento do uso adequado e ético dos testes no contexto da avaliação psicológica.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

##### **BÁSICA:**

Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2012). Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ancona-Lopez, M. (Org.) (1998). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez.

Cunha, J. A. (2008). Psicodiagnóstico –V. Porto Alegre: Artmed.

Pasquali, L. (Org.). (2011). Técnicas de exame psicológico –TEP: Manual. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Marchi-Costa, A. I. (Org). (2012) Psicoterapia da criança e do adolescente nas diferentes abordagens. Bauru: Edusc.

Silvares, E. F. M., & Gongora, M. A. N. (2006). Psicologia clínica comportamental: A inserção da entrevista com adultos e criança. São Paulo: EDICON.

Silvares, E.F.M. (Org). (2000). Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. (Vol. 1). São Paulo: Papyrus

Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed.

#### **COMPLEMENTAR:**

Arzeno, M. E. G. (2003). Psicodiagnóstico clínico: Novas contribuições. Porto Alegre: Artmed.

Boruchovitch, E., Santos, A. A. A., & Nascimento, E. (Org.) (2012). Avaliação psicológica nos contextos educativo e psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Caballo, V. E. (2011). Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2012) Psicologia das habilidades sociais: Terapia, educação e trabalho. Petrópolis: Vozes.

Duarte, I., Bornholdt, I., & Castro, M. G. K. (1989). A prática da psicoterapia infantil. Porto Alegre: Artes Médicas.

Hutz, C. S. (Org.) (2012). Avanços em avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentesII. São Paulo: Casa do Psicólogo.

---

#### **DISCIPLINA: Psicoterapia da Criança**

#### **EMENTA:**

Fundamentos teórico-metodológicos da psicoterapia da criança. Bases teóricas para o uso dos recursos lúdicos em psicoterapia. As variações da técnica do brinquedo, segundo as diversas abordagens. Especificidade da relação terapeuta e criança.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **BÁSICA:**

Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2012). Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ancona-Lopez, M. (Org.) (1998). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez.

Cunha, J. A. (2008). Psicodiagnóstico –V. Porto Alegre: Artmed.

Pasquali, L. (Org.). (2011). Técnicas de exame psicológico –TEP: Manual. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Marchi-Costa, A. I. (Org.). (2012) Psicoterapia da criança e do adolescente nas diferentes abordagens. Bauru: Edusc.

Silvares, E. F. M., & Gongora, M. A. N. (2006). Psicologia clínica comportamental: A inserção da entrevista com adultos e criança. São Paulo: EDICON.

Silvares, E.F.M. (Org.). (2000). Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. (Vol. 1). São Paulo: Papyrus

Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed.

**COMPLEMENTAR:**

Arzeno, M. E. G. (2003). Psicodiagnóstico clínico: Novas contribuições. Porto Alegre: Artmed.

Boruchovitch, E., Santos, A. A. A., & Nascimento, E. (Org.) (2012). Avaliação psicológica nos contextos educativo e psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Caballo, V. E. (2011). Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2012) Psicologia das habilidades sociais: Terapia, educação e trabalho. Petrópolis: Vozes.

Duarte, I., Bornholdt, I., & Castro, M. G. K. (1989). A prática da psicoterapia infantil. Porto Alegre: Artes Médicas.

Hutz, C. S. (Org.) (2012). Avanços em avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes II. São Paulo: Casa do Psicólogo.

---

**DISCIPLINA: Avaliação e Desempenho**

## **EMENTA**

Treinamento, desenvolvimento e educação em ambientes organizacionais: fundamentos, características e aplicações. Avaliação de necessidades de treinamento: princípios, abordagens e técnicas. Psicologia instrucional e promoção de aprendizagem em ambientes organizacionais. Métodos e técnicas de promoção da aprendizagem. Projetos de capacitação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Abbad, G. S., Zerbini, T., & Mourão, L. (2012). Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação: Ferramentas para gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed.

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (2007). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed.

Meneses, P., Zerbini, T., & Abbad, G. (2010). Manual de treinamento organizacional. Porto Alegre: Artmed.

Spector, P. E. (2010). Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva.

Borges, L. O., Mourão, L. (2013). O Trabalho e as Organizações: Atuações a Partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed.

### **COMPLEMENTAR:**

Antonello, C. S., & Godoy, A. S. (2011). Aprendizagem organizacional no Brasil. Porto Alegre: Bookman.

Boog, M., & Boog, G. G. (2006). Manual de treinamento e desenvolvimento: Gestão e estratégia. São Paulo: Prentice Hall.

Kanaane, R. (2007). Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano. São Paulo: Atlas.

Terra, J. C. C. (2001). Gestão do conhecimento: O grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio.

---

## **DISCIPLINA: Psicologia Conjugal e Familiar**

### **EMENTA:**

Contexto psicológico em que se desenvolve o casal e a família. Abordagem do desenvolvimento humano em função de uma perspectiva relacional, interpessoal, baseando-se em referenciais sistêmicos, psicodinâmicos e da teoria da comunicação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Osório, L. C., Valle, M. E. P. (org.). Manual de terapia familiar [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2009.

Rapizo, R. (2002). Terapia sistêmica de família: Da instrução à construção. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.

Vasconcellos, M. J. E. (2002). Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus.

Carter, B., & McGoldrick, M. (2011). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed.

Minuchin, S., Lee & W., Simon, G. (2008). Dominando a terapia familiar. Klein, G. (trad.). Porto Alegre: Artmed.

### **COMPLEMENTAR:**

Andersen, T. (1991). Processos reflexivos. Rio de Janeiro: NOOS.

Elkaim, M. (1998). Panorama das terapias familiares. São Paulo: Summus.

Marra, M. M. & Costa, L. F. Costa (Org.) (2010). Temas da clínica do adolescente e da família. São Paulo: Ágora.

Penso, M. A., & Costa, L. F. (Org.) (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus.

---

## **DISCIPLINA: Saúde Mental no Trabalho e Processos Grupais**

### **EMENTA:**

Definição de saúde mental; definição de estresse no trabalho; fatores estressores; consequências do estresse para o trabalhador e para a organização; definição de burnout; fatores do trabalho relacionados à incidência de burnout; medidas preventivas e de intervenção em estresse e burnout.

Influência social. Comportamento antissocial: agressão. Identidade social e relações intergrupais. Conflito e cooperação nas relações intergrupais. Atração interpessoal. Estrutura e processos de grupo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2012). *Psicologia social*. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora.

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 51-64.

Machado, A. L., Colvero, L. A., & Rodolpho, J. R. C. (Org.) (2013). *Saúde Mental: Cuidado e subjetividade*. Rio de Janeiro: SENAC

Pereira, A. M. B. (Org.) (2010). *Burnout: Quando o trabalho ameaça o trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Torres, C. V., & Neiva, E. R. (2011). *Psicologia Social no Brasil: Uma introdução*. Porto Alegre: Artmed.

### **COMPLEMENTAR:**

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw Hill.

Cerclé, A., & Somat, A. (1999). *Manual de psicologia social*. Lisboa: Instituto Piaget.

Farr, R.M. (1996). *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro: Vozes.

Jacques, M. G. C. (2011). *Psicologia social contemporânea: Livro-texto*. Petrópolis: Vozes.

Ladeira, M. B. (1996). O processo de stress ocupacional e a psicopatologia do trabalho. *Revista de Administração*, 31 (1), 64-74.

Lipp, M. N. (2002). *O stress no Brasil: Pesquisas avançadas*. São Paulo: Papyrus.

Mayorga, C., & Prado, M.A.M. (2007). Psicologia social: Articulando saberes e fazeres. Belo Horizonte: Autêntica.

Rodrigues, A., Assmar, E.M.L., & Jablonski, B. (2012). Psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes.

Ribeiro, P. R. M. (1999). Saúde mental no Brasil. São Paulo: Arte e Ciência.

Strey, M. N. (2001). Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Vozes.

Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. (2002). Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com estratégias de coping no trabalho. Revista de Psicologia, 7(1), 37-46.

Tupinambá, A. C. R. (1993/94). Psicopatologia industrial a pesquisa sobre estresse no âmbito do trabalho. Revista de Psicologia, 11 (1), 19-46.

---

### **DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso**

#### **EMENTA:**

Elaboração do projeto de pesquisa empírica e bibliográfica. Código de ética de pesquisa com humanos e legislação atual. Normas de redação e estilo da APA. Produção de pesquisa científica em psicologia e redação da monografia (trabalho de conclusão de curso).

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

##### **BÁSICA:**

American Psychological Association. (2012). Regras essenciais da APA. 6ª edição. Porto Alegre: Penso

Barros, A. J. S., & Barros, A. J. S. (2000). Fundamentos de Metodologia científica. 2 ed. São Paulo: Pearson Education.

Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. Rio de Janeiro: Atlas.

Astolfi, J. (2011). A didática das ciências. 15ª ed. São Paulo: Papyrus.

Barros, A. J. S., & Barros, A. J. S. (2000). Fundamentos de Metodologia científica. 2 ed. São Paulo: Pearson Education.

Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. Rio de Janeiro: Atlas.

##### **COMPLEMENTAR:**

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes.

American Psychological Association. (2007). Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática.

Appolinário, F. (2011). Dicionário de Metodologia Científica. Um guia para a produção do conhecimento científico. Rio de Janeiro: Atlas.

Eco, U. (2005). Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

Severino, A. J. (2007). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora.

American Psychological Association. Regras essenciais de estilo da APA. 6ª edição. Porto Alegre: Penso.

American Psychological Association. (2007). Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática.

Appolinário, F. (2011). Dicionário de Metodologia Científica. Um guia para a produção do conhecimento científico. Rio de Janeiro: Atlas.

Eco, U. (2005). Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.

Severino, A. J. (2002/2007). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora.

---

### **Disciplina: Psicologia Social**

#### **EMENTA:**

Avaliação de Desempenho: funções e definições. Relações do sistema de avaliação de desempenho com outros sistemas de gestão de pessoas. Trabalho como foco de análise para avaliação de desempenho. Desempenho: conceito e relações conceituais. Critérios de desempenho. Métodos de levantamento de critérios de desempenho. Métodos tradicionais e novos modelos de avaliação do desempenho produtivo. Gestão de competências. Treinamento de avaliadores. Entrevistas de avaliação e feedback. Erros de avaliação.

Planejamento de RH; controle de RH; métodos e técnicas de seleção; validade dos processos seletivos; estratégias de recolocação de pessoal; processos de desligamento; programas de preparação para aposentadoria; desligamento de pessoal e responsabilidade social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

- Bergamini, C. W., & Beraldo, D. G. R. (2012). Avaliação de desempenho humano na empresa. São Paulo: Atlas.
- Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (Org.). (2007). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed.
- Chiavenato, I. (2004). Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus.
- Marras, J. P., & Tose, M. G. L. S. (2012). Avaliação de desempenho humano. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pontes, B. R. (2010). Avaliação de desempenho: Métodos clássicos e contemporâneos, avaliação por objetivos, competências e equipes. São Paulo: LTR.
- Robbins, S.P. (2005). Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Robbins, S. P. (2002). Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall.
- Spector, P. E. (2010). Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva.
- Zanelli, J.C., Borges-Andrade, J.E., & Bastos, A.V.B. (2008). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.

### **COMPLEMENTAR:**

- Câmara, S. G., & Sarriera, J. C. (2001). Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: Perspectiva dos empregadores. Psicologia em Estudo, 6(1), 77-84.
- Chiavenato, I. (2009). Recursos humanos: O capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Dias, M. S. L., & Soares, D. H. P. (2007). Jovem, mostre a sua cara: Um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. Psicologia: Ciência e Profissão, 27(2), 316-331.
- Fleury, M.T.L. (2002). As pessoas na organização. São Paulo: Gente.

Guimarães, T. A., Leitão, J. S. S., & Lourenço, R. L. R. (1999). Avaliação de desempenho baseado em resultados em organização da pesquisa e desenvolvimento: A percepção de pesquisadores sobre sua finalidade, objetivos e limitações. *Revista de Administração*, 34(3), 83-94.

Leme, R. (2012). Avaliação de desempenho com foco em competências: A base para a remuneração por competência. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Paz, M. G. T. (1995). Avaliação de desempenho: Uma revisão da literatura. *Temas em Psicologia*, 3(3), 73-90.

---

## **DISCIPLINA: Metodologia Científica**

### **EMENTA:**

Pesquisa, produção de conhecimento e processo de ensino-aprendizagem. Métodos e técnicas de pesquisa. Registro de informações, trabalhos acadêmicos e normas da ABNT. Ciência: senso comum e ciência. Tipos de Conhecimento. Método Científico, Ciência e Espírito Científico. Introdução ao Planejamento da Pesquisa Científica (finalidades, etapas, projeto e relatório). Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo e elaboração de monografias e textos científicos. Nascimento da ciência moderna: o método científico. A ciência contemporânea: o desafio da complexidade. Conceito de verdade científico. Pesquisa qualitativa, quantitativa e mista. O projeto de pesquisa: a pergunta condutora, a delimitação do problema, a hipótese, os objetivos, o embasamento teórico, metodológico e empírico. A investigação científica como prática social. Redação científica.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Joao Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ESTRELA, Carlos. Metodologia científica. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.
- APOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica um guia para a produção do conhecimento científico. 2011. São Paulo Atlas.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Métodos e técnicas de pesquisa. 2012. São Paulo Saraiva.
- Eco, U. (2008). Como se faz uma tese. 21. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- 

**DISCIPLINA: Técnicas de Entrevista****EMENTA:**

Uso de técnicas de entrevista, suas funções, tipos e finalidades. Elaboração e utilização de questionários. Planejamento, elaboração, condução, análise e interpretação das entrevistas. Procedimentos de elaboração e utilização de questionários. Contextos diferenciados de utilização. Enfoques qualitativos e quantitativos na análise das entrevistas. Fontes de viés e outros erros na condução e análise das entrevistas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS****BÁSICA:**

- Bergeret, J. (Org.) (2006). Psicopatologia: teoria e clínica. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Breakwell, G. M. & cols (2014). Métodos de pesquisa em psicologia. Porto Alegre: Artmed. (10 exemplares)
- Carrió, F. B. (2012). Entrevista clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed. (2 exemplares)
- Rosa, M. V. F. P. C. & Arnoldi, M. A. G. C. (2007). A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismo para avaliação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica.

**COMPLEMENTAR:**

- Bauer, M., & Gaskell, G. (2012). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 10. Ed. Petrópolis: Vozes.
- Bardin, L. (2010). Análise de conteúdo. 2. Ed. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, L. R., Paixão, L., Fernandes, L. M., & Deluiz, N. (2004). Manual para a elaboração de projetos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: LTC.
- Gil, A. C. (2012). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. Ed. São Paulo: Hucitec.
- Rosa, M. V. F. P. C. (2008). A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismo para avaliação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica.
- Silvares, E. F. M., & Gongora, M. A. N. (2006). Psicologia clínica comportamental: A inserção da entrevista com adultos e crianças. 2. Ed. São Paulo: EDICON.
- 

## **DISCIPLINA: Teorias da Personalidade**

### **EMENTA:**

A evolução dos paradigmas no estudo das variáveis e medidas em personalidade. Variáveis biológicas, ambientais e sociais que afetam o desenvolvimento da personalidade. Teorias da Personalidade: Psicoanalítica, Humanista, Comportamental e Existencial. Abordagens teóricas emergentes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **BÁSICA:**

- Fadiman, J. & Frager, R. (1986). Teorias da personalidade. São Paulo: Harbra.
- Friedman, H., & Schustack, M. (2007). Teorias da personalidade. São Paulo: Prentice Hall.
- Hall, C.S., Lindzey, G., & Campbell, J. B. (2000). Teorias da personalidade. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed.

FEIST, Jess; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann (2015). Teorias da personalidade. Porto Alegre: AMGH

Duane P. Schultz | Sydney Ellen Schultz (2016). Teorias da personalidade. Rio de Janeiro: Cengage Learning.

**COMPLEMENTAR:**

Goffman, E. (2008). A representação do eu na vida cotidiana. 15 ed. Petrópolis: Vozes.

Pasquali, L. (2003). Os tipos humanos: A teoria da personalidade. Petrópolis: Vozes.

Sugestão:

GONZÁLEZ REY, Fernando. Personalidade, Saúde e Modo de vida. São Paulo: Thomson, 2004.

**Referência on-line:**

Hutz, C. S., Nunes, C. H., Silveira, A. D., Serra, J., Anton, M., & Wieczorek, L. S. (1998). O desenvolvimento de marcadores para avaliação no modelo dos cinco grandes fatores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (2), <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000200015>

Hernandez, J. A. E., Santos, G. R., Silva, J. O., Mendes, S. L. L., & Ramos, V. C. B. (2015). Evidências de Validade da Escala de Ansiedade em Estatística em Alunos da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 659-675.

Falcone, E. M. O., Pinho, V. D., Ferreira, M. C., Fernandes, C. S., D'Augustin, J. F., Krieger, S., Plácido, M. G., Vianna, K. O., Electo, L. C. T., & Pinheiro, L. C. (2013). Validade convergente do Inventário de Empatia (IE). *Psico-USF*, 18(2). 203-210.

---

**DISCIPLINA: Estatística**

**EMENTA:**

Estatística e Psicologia. Teoria da medida. Tipos de variáveis. Organização de dados. Descrição de dados em estatística: apresentações gráficas, tabulares, medidas de tendência central e variabilidade. Probabilidade. Estatística

inferencial: distribuições estatísticas, teste de comparação de médias, testes não-paramétricos e correlação. Uso do computador em estatística.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Dancey, C. P., Reidy, J. (2018). Estatística sem matemática para psicologia. 5. Ed. Porto Alegre: Penso.

Field, A. (2020). Descobrimo a estatística usando o SPSS. 2. Ed. Porto Alegre: ARTMED.

Levin, J., & Fox, J. A. (2004). Estatística para ciências humanas. 9. Ed. São Paulo: Pearson. (8 exemplares) e LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para ciências humanas. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

Costa, Giovani Glauco de Oliveira. Curso de Estatística Básica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Atlas.

### **COMPLEMENTAR:**

Barbetta, P. A. (2008). Estatística aplicada às ciências sociais. 7. Ed. Florianópolis. Editora da UFSC.

Bunchaft, G. (1998). Estatística sem mistérios. Rio de Janeiro: Vozes.

Costa, S. F. (2005). Introdução ilustrada à estatística. São Paulo: Harbra.

Moore, D. S. (2005). A estatística básica e a sua prática. Rio de Janeiro: LTC.

Moore, D. S., & McCabe, G. P. (2002). Introdução à prática da estatística. Rio de Janeiro: LTC.

---

## **DISCIPLINA: Psicologia da Saúde e Hospitalar**

### **EMENTA:**

Conceito de Psicologia da Saúde, enfoques teóricos e metodológicos. Fundamentos e abordagens psicológicas na promoção, prevenção e reabilitação da saúde. O paciente no contexto de tratamento. Doença e morte nas instituições de saúde e na cultura Brasileira. Trabalhos com grupos nas instituições de saúde. Equipe multiprofissional. Humanização e ética em saúde.

Estudo da Psicologia na instituição hospitalar. A questão da dor e da morte. Distúrbios psicossomáticos. Psicoterapia breve. A interconsulta. Bioética.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

BAPTISTA, Makilim Nunes; BAPTISTA, Rosana Righetto Dias; BAPTISTA, Adriana Said Daher. (2018) *Psicologia Hospitalar: Teoria, Aplicações e Casos Clínicos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Angerami, Valdemar Augusto (Org.) (2018). *Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning.

RODRIGUES, Avelino Rodrigues. *Psicologia da saúde hospitalar: abordagem psicossomática*. São Paulo: Manole, 2019.

ALMEIDA. R.A.D ; MALAGRIS.L.E.N .A prática da psicologia da saúde. Rev. .SBPH vol.14 no.2, Rio de Janeiro- Jul/Dez.- 2011.

ALVERGA, Alex Reinecke de; DIMENSTEIN, Magda. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. *Interface-comunicação, saúde, educação*, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos and CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2016, vol.33, n.4, pp.573-585. ISSN 1982-0275. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400002>.

CANTELE, Juliana; ARPINI, Dorian Monica and ROSO, Adriane. A Psicologia no modelo atual de atenção em saúde mental. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2012, vol.32, n.4, pp.910-925. ISSN 1414-9893.

CASTRO, E.K. & BORNHOLDT, E. Psicologia da Saúde X Psicologia Hospitalar : definições e possibilidades de inserção profissional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2004, 24 ( 3), 48-57.

CAMON-ANGERAMI,V.A. O psicólogo no hospital. Em CAMON-ANGERAMI,V. ( Org.:.). *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. São Paulo : Pioneira,1995,p.15-28.

CAMON-ANGERAMI,V.A. Sobre a atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Em CAMON-ANGERAMI,V. *tendências em Psicologia Hospitalar*. São Paulo: Cengage Learning,2004, p.1-5

CAMON-ANGERAMI, V. Pacientes Terminais: Um breve esboço . Em CAMON-ANGERAMI,V. ( ORG., )- Psicologia Hospitalar : teoria e prática. São Paulo : Pioneira, 1995, p. 99-114.

CAMPOS,T.C.P. Considerações Finais. Em CAMPOS,T.C.P. Psicologia Hospitalar: A Atuação do Psicólogo em Hospitais, São Paulo, Ed.E.P.U., 1995,p.89-106.

CARVALHO.M.R.D; LUSTOSA.M.A. Interconsulta Psicológica. Ver. SBPH v.11 n.1 Rio de Janeiro jun. 2008, p. 41-45

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP) Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007, p. 22-29.

Conselho Federal de Psicologia . Atuação do (a) Psicólogo (a) nos CREAS. Publicado: 02 Fevereiro 2015.<http://www.crp09.org.br/portal/orientacao-e-fiscalizacao/orientacao-por-temas/atuacao-do-a-psicologo-a-nos-creas> .Acesso em : 31/07/2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. P. 27-32.

DIMENSTEIN.M.D.B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde : desafios para a formação e atuação profissionais. Estud. psicol. (Natal) [online]. 1998, vol.3, n.1, pp.53-81. ISSN 1678-4669. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100004>.

KUBLER-ROSS,E.Sobre a morte e o morrer . São Paulo : Martins fontes , 2008,p.5-41. (2 exemplares)

MOTA,R.A.; MARTINS,C.G.M.; VÉRAS, R.M . Papel dos profissionais de saúde na política de humanização hospitalar. Psicologia em estudo. V.11,N.2,p.323-330,maio./ ago.2006.

O Trabalho do Psicólogo Junto à Equipe de Saúde. XAVIER, L.D.P; REIS, P.P. F; FRASSÃO, M.C.G.O. Revista Ciências em Saúde v6, n1, 2016.

SEBASTIANI,R.W.-Atendimento Psicológico no Centro de Terapia Intensiva. Em CAMON-ANGERAMI, V. ( ORG.; ). Psicologia Hospitalar : teoria e prática. São Paulo : Pioneira, 1995,p. 30-71.

Vieira, M. C. (2010). Atuação da psicologia hospitalar na medicina de urgência e emergência. Revista Brasileira de Clínica Médica. São Paulo, 2010, p. 513-519.

**COMPLEMENTAR:**

CAMPOS, T.C.P. Adentrando o hospital . Item: Saúde e doença : a doença, o doente, o adoecer e a morte . Em CAMPOS, T.C.P. Psicologia Hospitalar: A Atuação do Psicólogo em Hospitais, São Paulo, Ed. E.P.U., 1995, P.41-53.

XAVIER. L. D. P; REIS. P. P. F; Priscila; FRASSÃO. M.C.G.D.O . O Trabalho do Psicólogo Junto à Equipe de Saúde. Revista Ciências em Saúde v6, n1, 2016.

LOBOSQUE, Ana Maria. Abuso de drogas: Um impasse social. In: Experiência da loucura/ Ana Marta Lobosque- Rio de Janeiro : Garamond, 2001.p.71-85

---

**DISCIPLINA: Psicofarmacologia**

**EMENTA:**

Estudo das relações entre eventos fisiológicos e processos psicológicos como percepção, atenção, memória, linguagem, emoção, padrões alimentares, estados da consciência, sono e sonhos, pensamento, estresse e dor. Conhecer o homem do ponto de vista biopsicossocial, compreendendo os limites das explicações fisiológicas para os fenômenos psicológicos.

Estudo do modo de ação e dos efeitos principais das drogas psicotrópicas ou psicoativas sobre o comportamento.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BÁSICA:**

CORTEZ, Célia Martins; SILVA, Dilson. Fisiologia Aplicada à Psicologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005

Carlson, N. R. (2002). Fisiologia do comportamento. 7. Ed. São Paulo: Manole.

Bear, M. F., CONNORS, B. W, & PARADISO. (2008). Neurociências: Desvendando o sistema nervoso. Porto Alegre. Artmed.

Brandão, M. L. (2012). Psicofisiologia. 3. Ed. São Paulo: Atheneu.

Graeff, F. G. & Guimarães, F. S. (2012). Fundamentos da psicofarmacologia. São Paulo: Atheneu.

Stahl, S. M. (2013). Psicofarmacologia: Bases neurocientíficas e aplicações práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Teng, C.-T. & Demetriu, F.N. (2012). Fundamentos da psicofarmacologia. São Paulo: Atheneu.

Rang, H. P., Dale, M. M., Ritter, J.M., & Gardner, P. (2007). Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan

#### **COMPLEMENTAR:**

Brandão, M. L. (2004). As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência. São Paulo: E.P.U.

Damásio, A. R. (1996). O erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras.

Gorenstein, C., & Scavone, C. (1999). Avanços em psicofarmacologia - Mecanismos de ação de psicofármacos hoje. Revista Brasileira de Psiquiatria, 21(1), 64-73.

Graeff, F. G (1989). Drogas psicotrópicas e seu modo de ação. São Paulo: EPU.

Kapszinski, F., Quevedo, J., & Izquierdo, I. (2011). Bases biológicas dos transtornos psiquiátricos: Uma abordagem translacional. Porto Alegre: Artmed.

Lent R (2005). Cem Bilhões de Neurônios Conceitos Fundamentais de Neurociência. São Paulo: Editora Atheneu.

Machado A (2006) - Neuroanatomia Funcional: Editora Atheneu.

Schtzberg, A.F. (2009). Manual de Psicofarmacologia clínica. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed.

---

#### **DISCIPLINA: Processos Psicológicos Básicos**

#### **EMENTA:**

Análise dos processos psicológicos básicos, levando em conta a interação entre sujeito e meio ambiente, bem como a perspectiva biopsicossocial. Perpassam pelos conceitos de sensação, percepção, estados de consciência, motivação, emoção, linguagem, memória e inteligência.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

FELDMAN, Robert S. Introdução à Psicologia. Porto Alegre: AMGH, 2015.

Gazzaniga, M. S., & Heatherton, T. F. (2005). Ciência psicológica: Mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: ARTMED.

Hockenbury, D. H. & Hockenbury, S. E. (2001/2003). Descobrimos a Psicologia. Barueri: Manole.

### **COMPLEMENTAR:**

Atkinson, R.L., Atkinson, R.C., Smith, E. E., Bem, D. J., & Nolen-Hoeksema, S. (2009). Introdução à psicologia de Hilgard. 13. Ed. Porto Alegre: Artmed.

Davidoff, L. L. (2001). Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books.

Jardim, A. P. P., Nascimento, A. S., Anache, A. A., Monteiro, C. A. S.,

Myers, D. G. (2017). Psicologia. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC.

---

Disciplina: Psicologia da Educação

Carga Horária Total: 80h/a

Carga horária Teórica: 60h/a

Carga horária Prática: 20h/a

### **1.EMENTA**

Conceito e história da psicologia da educação e da psicologia escolar.

Papel e intervenção do psicólogo em contextos educacionais: práticas tradicionais e emergentes. Instituições e profissionais da educação.

Análise de problemas e pesquisas contemporâneas no contexto da psicologia escolar brasileira.

### **2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Sugestão:

SALVADOR, César Coll; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar - Volume 2. Porto Alegre: Penso, 2015. (e-book)

#### BÁSICA:

COLL, César ; MARCHESI, Álvaro ; PALACIOS, Jesús (Organizador). (2008). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artmed. (21 exemplares)

MARINHO ARAUJO, C. M. E. (2009). Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea. (9 exemplares)

MARINHO ARAUJO, C. M. E.; ALMEIDA, S. F. C. (2010). Psicologia escolar: Construção e consolidação da identidade profissional. Campinas: Alínea. (10 exemplares)

#### COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, S. F. C. (2010). Psicologia escolar: ética, competência na formação e atuação profissional. Campinas: Alínea. (10 exemplares)

COELHO, M. I. M. (2004). Psicologia e educação: Professor, ensino e aprendizagem. Campinas: Alínea. (15 exemplares)

PATTO, M. H. S. (1997). Introdução à psicologia escolar. 3. Ed. São Paulo: Queroz. (2 exemplares)

SALVADOR, C. C. (1999). Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed. (5 exemplares)

GUZZO, Raquel Souza Lobo; ALMEIDA, Leandro da Silva; WECHSLER, Solange Múglia. Psicologia escolar: padrões e práticas em países de

língua espanhola e portuguesa. Campinas / São Paulo: Alínea, 2001. (2 exemplares)

Disciplina: Estágio Supervisionado Básico em Psicologia da Saúde Hospitalar

Carga Horária Total: 140 horas

Carga horária Teórica: 80 horas

Carga horária Prática: 60 horas

## 1. EMENTA

O reconhecimento do Psicólogo como profissional de saúde. Sistemas de saúde e níveis de atenção. Prática da psicologia na saúde e no hospital. Trabalho em equipe multiprofissional. Ética profissional na prática do psicólogo; Registro de documentos decorrentes da prestação de serviços psicológicos. Prática hospitalar. Introdução à bioética. Elaboração de relatórios e artigo.

## 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

ALMEIDA. R.A.D ; MALAGRIS.L.E.N .A prática da psicologia da saúde. Rev. .SBPH vol.14 no.2, Rio de Janeiro- Jul/Dez.- 2011.

Bueno. R.k; Monteiro. M.A. PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR DA EQUOTERAPIA. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI ISSN 1809-1636

CAMON-ANGERAMI,V.A. Sobre a atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Em CAMON-ANGERAMI,V. tendências em Psicologia Hospitalar. São Paulo: Cengage Learning,2004, p.1-5.

CASTRO, E.K. & BORNHOLDT, E. Psicologia da Saúde X Psicologia Hospitalar : definições e possibilidades de inserção profissional. Psicologia Ciência e Profissão, 2004, 24 ( 3), 48-57.

DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. Estud. psicol. (Natal) [online]. 1998, vol.3, n.1, pp.53-81.

Machado, Adriane Picchetto Manual de Avaliação Psicológica / Adriane Picchetto Machado, Valéria Cristina Morona. – Curitiba : Unificado, 2007.

PONTES, Angela Cristina; ESPÍNDULA, Joelma Ana; VALLE, Elizabeth Ranier Martins do; SANTOS, Manoel Antônio dos. Bioética e profissionais de saúde: algumas reflexões. Bioethikos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 68-75, 2007.

XAVIER. L. D. P ; REIS. P. P. F ; Priscila ; FRASSÃO . M..C.G.D.O . O Trabalho do Psicólogo Junto à Equipe de Saúde. Revista Ciências em Saúde v6, n1, 2016.

COMPLEMENTAR:

CANTELE, Juliana; ARPINI, Dorian Monica and ROSO, Adriane. A Psicologia no modelo atual de atenção em saúde mental. Psicol. cienc. prof. [online]. 2012, vol.32, n.4, pp.910-925. ISSN 1414-9893.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007, p. 22-29.

Conselho Federal de Psicologia Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. P. 27-32.

Conselho Federal de Psicologia . Atuação do (a) Psicólogo (a) nos CREAS. Publicado: 02 Fevereiro 2015.

<http://www.crp09.org.br/portal/orientacao-e-fiscalizacao/orientacao-por-temas/atuacao-do-a-psicologo-a-nos-creas> Acesso em : 31/07/2019.

LOBOSQUE, Ana Maria. Abuso de drogas: Um impasse social. In: Experiência da loucura/ Ana Marta Lobosque- Rio de Janeiro : Garamond, 2001.p.71-85

ALVERGA, Alex Reinecke de; DIMENSTEIN, Magda. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. Interface-comunicação, saúde, educação, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006.

Disciplina: Psicologia das Organizações e do Trabalho II

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica:80h

Carga horária Prática:-

#### 1. EMENTA

Avaliação de Desempenho: funções e definições. Relações do sistema de avaliação de desempenho com outros sistemas de gestão de pessoas. Trabalho como foco de análise para avaliação de desempenho. Desempenho: conceito e relações conceituais. Critérios de desempenho. Métodos de levantamento de critérios de desempenho. Métodos tradicionais e novos modelos de avaliação do desempenho produtivo. Gestão de competências. Treinamento de avaliadores. Entrevistas de avaliação e feedback. Erros de avaliação.

Planejamento de RH; controle de RH; métodos e técnicas de seleção; validade dos processos seletivos; estratégias de recolocação de pessoal; processos de desligamento; programas de preparação para aposentadoria; desligamento de pessoal e responsabilidade social.

## 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Bergamini, C. W., & Beraldo, D. G. R. (2012). Avaliação de desempenho humano na empresa. São Paulo: Atlas. (10 exemplares)

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (Org.). (2011). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Chiavenato, I. (2020). Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus. (e-book)

Marras, J. P., & Tose, M. G. L. S. (2012). Avaliação de desempenho humano. Rio de Janeiro: Elsevier. (10 exemplares) (e-book)

Pontes, B. R. (2010). Avaliação de desempenho: Métodos clássicos e contemporâneos, avaliação por objetivos, competências e equipes. São Paulo: LTR. (10 exemplares)

Robbins, S.P. (2009). Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall. (2 exemplares)

Robbins, S. P. (2004). Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall. (2 exemplares)

Spector, P. E. (2010). *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Saraiva. (5 exemplares)

Zanelli, J.C., Borges-Andrade, J.E., & Bastos, A.V.B. (2008). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed. (11 exemplares)

#### COMPLEMENTAR:

Câmara, S. G., & Sarriera, J. C. (2001). Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: Perspectiva dos empregadores. *Psicologia em Estudo*, 6(1), 77-84.

Chiavenato, I. (2020). *Recursos humanos: O capital humano das organizações*. Rio de Janeiro: Atlas. (e-book)

Dias, M. S. L., & Soares, D. H. P. (2007). Jovem, mostre a sua cara: Um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(2), 316-331.

Fleury, M.T.L. (2002). *As pessoas na organização*. São Paulo: Gente. (2 exemplares)

Guimarães, T. A., Leitão, J. S. S., & Lourenço, R. L. R. (1999). Avaliação de desempenho baseado em resultados em organização da pesquisa e desenvolvimento: A percepção de pesquisadores sobre sua finalidade, objetivos e limitações. *Revista de Administração*, 34(3), 83-94.

Leme, R. (2012). *Avaliação de desempenho com foco em competências: A base para a remuneração por competência*. Rio de Janeiro: Qualitymark. (3 exemplares)

Paz, M. G. T. (1995). Avaliação de desempenho: Uma revisão da literatura. *Temas em Psicologia*, 3(3), 73-90.

Disciplina: Psicopatologia

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: -

## 1. EMENTA

Campo Epistemológico da Psicopatologia: definições e evolução conceitual. A interdisciplinaridade e os critérios de saúde e doença em Psicopatologia. A causalidade psíquica e a estrutura da personalidade. As funções psíquicas e suas respectivas perturbações. Os quadros clínicos gerais. Avaliação e tratamento. Doença mental e sociedade.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA

Associação Americana de Psiquiatria. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM - IV - TR. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Dalgarrondo, P. (2018). Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 9. Ed. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Martins, F. (2003). Psicopathologia II: Semiologia clínica: Investigação teórico clínica das síndromes psicopatológicas clássicas. Brasília: Universidade de Brasília. (10 exemplares)

## COMPLEMENTAR

Baptista, M. N., & Assunção Jr., F. B. (1999). Depressão na adolescência: Uma visão multicultural. São Paulo: EPU. (3 exemplares)

Foucault, M. (2008). História da loucura: Na idade clássica. São Paulo: Perspectiva. (2 exemplares)

Gorayeb, R. (1985). Psicopatologia infantil. São Paulo: EPU. (2 exemplares)

Mello Filho, J. (1992). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas. (2 exemplares)

Pain, I. (1993). História da psicopatologia. São Paulo: EPU. (2 exemplares)

## 6° SEMESTRE

Disciplina: Estágio Supervisionado Básico em Psicologia Educacional e do Desenvolvimento

Carga Horária Total: 140 horas

Carga horária Teórica: 80 horas

Carga horária Prática: 60 horas

### 1. EMENTA:

Discutir e aplicar conceitos básicos da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento e desenvolver capacidade analítica sobre a prática profissional em diversas instituições, considerando seus conhecimentos

adquiridos no processo de Estágio. Aspectos históricos da Psicologia escolar. Queixa escolar e encaminhamentos. Atuação do psicólogo escolar e do desenvolvimento: prevenção e intervenção.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPPE). Volume 12 2 Julho/Dezembro de 2008,p. 469-475.

AUDEN.W.H. O mal-estar da escola contemporânea. In: Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos/ Julio Groppa Aquino. São Paulo: Summus,2000. (Não temos)

DAZZANI, M.V.M. et al. Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 18, n.3, p. 421-428, set./dez. 2014.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski.Cadernos Cedes, v. 24, n. 62, p. 64-81, 2004.

KUPFER.M.C.M. O que toca à/a Psicologia escolar. In : Psicologia escolar: em busca de novos rumos/ Adriana Marcondes Machado, Marilene Proença Rebello de Souza ( orgs). São Paulo : Casa do Psicólogo, 1997.—( Coleção psicologia e educação )

MARTINEZ, Albertina Mitjás. O que pode fazer o psicólogo na escola?  
– Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010.

PILLETTI.C. Didática geral. São Paulo, 2004,p.60-76; 151-157.

Revista Eletrônica: “ O caso é o Seguinte...”/ Coordenação Pedagógica :  
Coletânea de Estudos de Casos / Pontifícia Universidade Católica de  
Minas Gerais- v.I, n.2 ( ago./dez.2008)- MG/Belo Horizonte : ICH-PUC  
Minas, 2008.

#### COMPLEMENTAR:

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares. As razões de  
improvável. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder.  
São Paulo: Ática, 1997.

PATTO, M. H. S. Exercícios de indignação: escritos de educação e  
psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Psicologia escolar: Práticas críticas/ Marisa Eugênio Melilo; Meira e  
Mitsuko Aparecida Makino Antunes, organizadoras.São Paulo. Casa do  
Psicólogo, 2003.

VIGOTSKII, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade  
escolar. In: VIGOTSKII, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, A.N. Linguagem,  
desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Panha  
Villalobos. São Paulo: Ícone, 2006. p.103-118. (5 exemplares)

Disciplina: Ética Profissional e Políticas Públicas e Avaliação de  
Sistemas

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 68h

Carga horária Prática: 12h

## 1.EMENTA:

O estudo da ética sob uma perspectiva histórico-filosófica. A questão da ética da psicologia: análise da formação profissional do ponto de vista da ética. Definição de políticas públicas. Eficiência e eficácia das políticas públicas. Contribuições da psicologia para a formulação e avaliação das políticas públicas. Eficiência e eficácia de programas sociais. Metodologia de avaliação de programas sociais.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Benevides. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 21-25; mai/ago.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040>

Böing e Crepaldi. O Psicólogo na Atenção Básica: Uma Incursão Pelas Políticas Públicas de Saúde Brasileiras. *Psicologia ciência e profissão*, 2010, 30 (3), 634-649. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n3/v30n3a14.pdf>

Frey. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, 2009. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>

Höfling. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>

Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 7-12; mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v18n2/01.pdf>

Nalini, J. R. (2008). Ética geral e profissional. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. (20 exemplares)

Valls, A. L. M. (2008). O que é ética. São Paulo: Brasiliense. (10 exemplares)

Vázquez, A. S. (2012). Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (20 exemplares)

Souza. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 129-149, mar. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2255-2313-1-PB.pdf

#### COMPLEMENTAR:

Arretche, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n.40, p.111-141, 1999.

Albuquerque, F.J.B. As políticas públicas e os projetos de assentamento. Natal, Estudos de Psicologia, v.19, n.1, p.81-88, 2004.

Albuquerque, F.J.B. de. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.18, n.1, Abr/ 2002, p.37-42.

Amarante, Paulo. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. Cad. Saúde Pública, Set 1995, vol.11, no.3, p.491-494.

Belloni, Isaura; magalhães, Heitor; Sousa, Luzia Costa de. Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

Capobiango, Ronan Pereira et al . Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. Rev. Adm. Pública [online], 2011, v. 45, n. 6. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000600012&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000600012&lng=en&nrm=isso)

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de ética profissional dos psicólogos. Brasília.

Figueiredo, L. C. (2008). Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Rio de Janeiro: Vozes.

Lucchesi, P. (2004). Informação para tomadores de decisão em saúde pública. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde Biblioteca Virtual em Saúde / Saúde Pública Brasil

Lacerda, G. (2010). Agir bem é bom: Conversando sobre ética. Rio de Janeiro: Senac.

Marcondes, D. (2007). Textos básicos de ética de Plantão a Foucault. Editora Zahar. (Não temos)

Spinoza, B. (2007). Ética. Belo Horizonte: Autentica. (e-book)

Disciplina: Teorias e Técnicas Psicoterápicas I

Matriz Vigente: 2020-1

Período Letivo: 6º Semestre

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática:-

## 1. EMENTA:

Conceitos e pressupostos básicos da Psicanálise. O aparelho psíquico, fases de desenvolvimento psicosssexual, estruturas psíquicas, aplicações clínicas e não clínicas da teoria e técnica psicanalítica.

As relações do Behaviorismo com o Pragmatismo e o Mentalismo: eventos públicos e privados. Questões sociais e agências controladoras segundo a perspectiva do Behaviorismo: liberdade, controle, governo, ciência. Terapia Cognitivo Comportamental: história, desenvolvimento e perspectivas atuais; Análise do Comportamento na intervenção psicológica; Análise experimental e funcional do comportamento: o comportamento reflexo, aprendido por consequências e governado socialmente; O método empírico-experimental na verificação dos processos de aprendizagem: contexto histórico e questões atuais.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Baum, W. M. (2007). Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed. (20 exemplares)

Farias, A. K. C., Fonseca, F. N., & Nery, L. B. (2017). Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica. Artmed Editora. (e-book)

Freud, S.( 1927) O futuro de uma ilusão. In: Freud, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXI (8 exemplares)

Freud, S.(1930) O mal-estar na civilização. In: Freud, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXI (8 exemplares)

Freud, S. (1919) Caminhos da terapia psicanalítica. In: Freud, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. V XVII (Não temos)

Garcia-Roza, L. A. (2013). Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (2 exemplares)

Hubner, M. M. C., & Moreira, M. B (Org.) (2012). Fundamentos de psicologia: Temas clássicos de psicologia sob a ótica da análise do comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (10 exemplares)

Rangé, B. (Org.) (2011). Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed. (12 exemplares) (e-book)

Skinner, B.F. (2003). Ciência e comportamento humano. São Paulo: Martins Fontes (7 exemplares)

Zimerman, D. E. (2010). Fundamentos psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed. (18 exemplares) (e-book, 2011)

#### COMPLEMENTAR:

Farias, A. K. C. R. (2010). Análise comportamental clínica. Aspectos teóricos e estudos de caso. Porto Alegre: Artmed. (Não temos)

Jorge, M. A. C. (2013). Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan (Vol.1): As bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar (8 exemplares)

Lucena-Santos, P., Pinto-Gouveia, J., & Oliveira, M. (2015). Terapias comportamentais de terceira geração: Guia para profissionais. Novo Hamburgo: Sinopsys. (Não temos)

Rodrigues, J. A. & Ribeiro, M. R. (Org.) (2005). Análise do comportamento: Pesquisa, teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed. (2 exemplares)

Roudinesco, E. (2000). Por que a psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar (2 exemplares)

Sério, T. M. A. P., Andery, M. A., Gioia, P. S., & Micheletto, N. (2010). Controle de estímulos e comportamento operante. 3. Ed. São Paulo: EDUC. (4 exemplares)

Zilio, D. (2010). A natureza comportamental da mente: behaviorismo radical e filosofia da mente. (Não temos)

## 7º SEMESTRE

Disciplina: Psicodiagnóstico e Psicoterapia da Criança

Carga Horária Total: 80

Carga horária Teórica: 68h

Carga horária Prática: 12h

### 1.EMENTA

A entrevista psicológica e as técnicas de investigação da personalidade, propiciando o entendimento do uso adequado e ético dos testes no contexto da avaliação psicológica.

Fundamentos teórico-metodológicos da psicoterapia da criança. Bases teóricas para o uso dos recursos lúdicos em psicoterapia. As variações da técnica do brinquedo, segundo as diversas abordagens. Especificidade da relação terapeuta e criança.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA

Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2012). Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos. 5. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. (2 exemplares)

Ancona-Lopez, M. (Org.) (1998). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez. (Não temos)

Cunha, J. A. (2011). Psicodiagnóstico –V. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Pasquali, L. (2013). Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Marchi-Costa, A. I. (Org.) (2012) Psicoterapia da criança e do adolescente nas diferentes abordagens. Bauru: Edusc. (10 exemplares)

Silvares, E. F. M., & Gongora, M. A. N. (2006). Psicologia clínica comportamental: A inserção da entrevista com adultos e criança. São Paulo: EDICON. (12 exemplares)

Silvares, E.F.M. (Org.) (2000). Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. (Vol. 1). São Paulo: Papyrus (2 exemplares)

Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed. (14 exemplares) (e-book)

#### COMPLEMENTAR:

Arzeno, M. E. G. (2003). Psicodiagnóstico clínico: Novas contribuições. Porto Alegre: Artmed. (3 exemplares)

Boruchovitch, E., Santos, A. A. A., & Nascimento, E. (Org.) (2012). Avaliação psicológica nos contextos educativo e psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo. (3 exemplares)

Caballo, V. E. (2011). Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos. (2 exemplares)

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2012) Psicologia das habilidades sociais: Terapia, educação e trabalho. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Duarte, I., Bornholdt, I., & Castro, M. G. K. (1989). A prática da psicoterapia infantil. Porto Alegre: Artes Médicas. (3 exemplares)

Hutz, C. S. (Org.) (2012). Avanços em avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes II. São Paulo: Casa do Psicólogo. (3 exemplares)

Disciplina: Estágio Supervisionado Básico 3 - Psicologia Social, das Organizações e Trabalho

Carga Horária Total: 140h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: 60h

## 1.EMENTA

Teoria e prática supervisionada em uma das duas áreas: social ou organizacional. Na social: atuação frente aos problemas sociais na comunidade local em uma perspectiva sócio-histórico-cultural. Na psicologia das Organizações e trabalho: atividades de análise organizacional e análise de cargos e tarefas, recrutamento e seleção, levantamento de necessidades de treinamento, treinamento e avaliação de impacto em uma perspectiva humanizada, sistêmica e integradora.

Como eixos comuns: estudos sobre a subjetividade, a saúde e exercícios de diagnóstico, desenvolvimento, implantação e avaliação de projetos e programas, grupos operativos e temáticos.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. (2002, 2012, 2015). Psicologia social. Rio de Janeiro: LTC. (13 exemplares) (e-book)

Abbad, G. S., Zerbini, T., & Mourão, L. (2012). Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação: Ferramentas para gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (20 exemplares) (e-book)

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (Org.). (2011). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Robbins, S. P. (2002). Comportamento Organizacional. 9. Ed. São Paulo: Prentice Hall. (9 exemplares)

Zanelli, J.C., Borges-Andrade, J.E., & Bastos, A.V.B. (2008). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed. (11 exemplares)

### COMPLEMENTAR:

Borges, L. O., Mourão, L. (2013). O Trabalho e as Organizações: Atuações a Partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Chiavenato, I. (2020). Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus. (e-book)

Meneses, P., Zerbini, T., & Abbad, G. (2010). Manual de treinamento organizacional. Porto Alegre: Artmed (30 exemplares) (e-book)

Siqueira, M. M. M. (Org). (2008). Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed. (10 exemplares)

Spector, P. E. (2010). Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva. (5 exemplares)

Disciplina: Saúde Mental no Trabalho e Processos Grupais

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica:80h

Carga horária Prática:-

## 1.EMENTA

Definição de saúde mental; definição de estresse no trabalho; fatores estressores; consequências do estresse para o trabalhador e para a organização; definição de burnout; fatores do trabalho relacionados à incidência de burnout; medidas preventivas e de intervenção em estresse e burnout.

Influência social. Comportamento antissocial: agressão. Identidade social e relações intergrupais. Conflito e cooperação nas relações intergrupais. Atração interpessoal. Estrutura e processos de grupo.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. (2002, 2012, 2015). Psicologia social. Rio de Janeiro: LTC. (13 exemplares) (e-book)

Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez. (10 exemplares)

Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26, 51-64.

Machado, A. L., Colvero, L. A., & Rodolpho, J. R. C. (Org.) (2013). Saúde Mental: Cuidado e subjetividade. Rio de Janeiro: SENAC (Não temos)

Pereira, A. M. B. (Org.) (2010). Burnout: Quando o trabalho ameaça o trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Não temos)

Torres, C. V., & Neiva, E. R. (2011). Psicologia Social no Brasil: Uma introdução. Porto Alegre: Artmed. (Não temos)

#### COMPLEMENTAR:

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw Hill. (10 exemplares)

Cerclé, A., & Somat, A. (1999). Manual de psicologia social. Lisboa: Instituto Piaget. (2 exemplares)

Farr, R.M. (1996). As raízes da psicologia social moderna. Rio de Janeiro: Vozes. (6 exemplares)

Jacques, M. G. C. (2011). Psicologia social contemporânea: Livro-texto. Petrópolis: Vozes. (2 exemplares)

Ladeira, M. B. (1996). O processo de stress ocupacional e a psicopatologia do trabalho. *Revista de Administração*, 31 (1), 64-74.

Lipp, M. N. (2002). *O stress no Brasil: Pesquisas avançadas*. São Paulo: Papirus. . (2 exemplares)

Mayorga, C., & Prado, M.A.M. (2007). *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica. (2 exemplares)

Rodrigues, A., Assmar, E.M.L., & Jablonski, B. (2012). *Psicologia social*. 29. Ed. Rio de Janeiro: Vozes. (10 exemplares)

Ribeiro, P. R. M. (1999). *Saúde mental no Brasil*. São Paulo: Arte e Ciência. (2 exemplares)

Strey, M. N. (2001). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes. (Não temos)

Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. (2002). Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com estratégias de coping no trabalho. *Revista de Psicologia*, 7(1), 37-46.

Tupinambá, A. C. R. (1993/94). Psicopatologia industrial a pesquisa sobre estresse no âmbito do trabalho. *Revista de Psicologia*, 11 (1), 19-46.

Disciplina: Teorias e Técnicas Psicoterápicas II

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática:-

## 1. EMENTA

Histórico e evolução da Fenomenologia e do Existencialismo. Fundamentos fenomenológicos e existenciais em psicoterapia. O método fenomenológico e existencial. Pressupostos básico da relação terapeuta e paciente.

Teoria e pesquisa na área de processos cognitivos. Definições e raízes históricas. Processos básicos de percepções de padrões, atenção, memória e aprendizagem. Processos complexos de resolução de problemas e raciocínio. Relação entre linguagem, cultura e cognição.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisas. 8. reimpr. da 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. (10 exemplares)

Izquierdo, I. (2011). Memória. Porto Alegre: Artmed. (10 exemplares) (e-book, 2018)

Luria, A. R. (2013). Desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Icone. (10 exemplares)

Ribeiro, J.P. Gestalt-terapia: refazendo um caminho. São Paulo: Summus,1985. (10 exemplares)

ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (2 exemplares)

Sternberg, R. J. (2013). Psicologia cognitiva. São Paulo: Cengage Learning. (10 exemplares)

### COMPLEMENTAR:

AUGRAS, Monique. O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 110p. . (2 exemplares)

Catania, A. C. (1999). Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição. Porto Alegre: Artmed. (16 exemplares)

Damasio, A. (2012). O erro de Descartes: Emoção, razão e o cérebro humano. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. (2 exemplares)

Gomes, A. M. (2005). A criança em desenvolvimento: Cérebro, cognição e comportamento. Rio de Janeiro: Revinter. (10 exemplares)

PERLS, Frederick Salomon. Gestalt-terapia explicada. 11. ed. São Paulo: Summus, 1977. 371 p. (Novas buscas em psicoterapia ; v. 2) (10 exemplares)

Santana, S. M., Roazzi, A., & Dias, M. G. (2006). Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: Uma breve retrospectiva. Estudos de Psicologia. (Natal), 11(1), 71-78.

Teixeira, J. F. (2008). Mente, cérebro e cognição. Petrópolis: Vozes. (Não temos)

8° SEMESTRE

Disciplina: Estágio Supervisionado Básico 4 - Psicologia Clínica

Carga Horária Total: 140 horas

Carga horária Teórica: 80h teóricas

Carga horária Prática: 60h práticas

1.EMENTA

Introdução à prática profissional em Psicologia Clínica, com atendimento a comunidade através de Plantão Psicológico. Acolhimento e aconselhamento psicológico, aprendendo e aprimorando a escuta terapêutica. Intervenções pertinentes ao plantão psicológico, pontuais e focais sobre os problemas apresentados pela comunidade. Identificação das queixas, devolutivas e encaminhamentos para outros órgãos. Elaboração de prontuários e relatórios pertinentes aos atendimentos.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

May, R. (2011). A arte do aconselhamento psicológico. Petrópolis: Vozes (2 exemplares)

Morato, H, Barreto, C. L. B. T, & Nunes, A. P. (Org.) (2012). Fundamentos de psicologia - Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: Uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (10 exemplares) (e-book, 2009)

Patterson, L. E., & Eisenberg, S. (2003, 2013). O processo de aconselhamento. São Paulo: Martins Fontes. (2 exemplares)

Sommers-Flanagan, F., & Sommers-Flanagan, R. (2006). Teorias de aconselhamento e de psicoterapia: Contexto e prática. Rio de Janeiro: LTC. (13 exemplares)

### COMPLEMENTAR:

Calligaris,C. (2019). Vocação Profissional. Cap. 1. In Cartas a um Jovem Terapeuta. São Paulo: Planeta do Brasil (Não temos)

Pompeia, J. A., & Sapienza, B.T. (2013). Na presença do sentido: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. 2. Ed. São Paulo: EDUC. (10 exemplares)

Rasera, E. F., & Martins, P. P. S. (2013). Aproximações possíveis da terapia focada na solução aos contextos grupais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 318-335.

Rogers, C. R. (2012). Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes. (2 exemplares)

Schmidt, B., Gabarra, L. M., & Gonçalves, J. R. (2011). Intervenção psicológica em terminalidade e morte: Relato de experiência. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(50), 423-430.

Yalom, I. D. (2016). O Carrasco do Amor e outras histórias de psicoterapia. Rio de Janeiro. Harper Colins Brasil. (Não temos)

Disciplina: Psicometria e Técnicas Projetivas

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 60h

Carga horária Prática: 20h

## 1.EMENTA

A psicometria na psicologia. Medidas: níveis, escalas, fidedignidade, validade e estabilidade. Métodos e normas de construção, validade e aplicação de testes psicológicos para diferentes públicos. Tipos e classificação dos testes. Análise, interpretação e síntese dos resultados. Estudo de parâmetros e medidas psicológicas.

Caracterização e utilização das técnicas projetivas e de outros testes psicológicos na avaliação clínica. Fundamentação teórica das Projetivas. Importância, normatização e aplicação das técnicas projetivas.

Caracterização do processo psicodiagnóstico. Treinamento na aplicação e avaliação de dois ou mais testes projetivos.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Anastasi, A. (1973, 1977, 2011). Testes psicológicos. 2. Ed. São Paulo: EPU. (12 exemplares)

Anzieu, D. (1978). Os métodos projetivos. Rio de Janeiro: Campus. (4 exemplares)

Hauck Filho, N. (2014). Medida psicológica: o debate entre as perspectivas conceituais representacionista e realista. Avaliação Psicológica, 13(3), 399-408.

Hogan, T. P. (2006). Introdução à prática de testes psicológicos. Rio de Janeiro: LTC. (13 exemplares)

Levin, J., Fox, J. A., & Forde, D. R. (2012). Estatística para ciências humanas. São Paulo: Pearson. (4 exemplares) e LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004 (8 exemplares)

Pasquali, L. (2013). Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Simões, M. R. (2005). Potencialidades e limites do uso de instrumentos no processo de avaliação psicológica. Psicologia, Educação e Cultura, 9(2), 237-264.

Urbina, S. (2007). Fundamentos da Testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed. (14 exemplares)

COMPLEMENTAR:

Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2012). Avaliação psicológica: Conceito, método e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo. (2 exemplares)

Alvez, I. C. B., & Tardivo, R. C. (2009). Coleção HTP. São Paulo: Vetor. (Não temos)

Anderson, H., & Anderson, G. L. (1978). Técnicas projetivas do diagnóstico psicológico. São Paulo: Mestre Jou. (2 exemplares)

Cronbach, L. J. (1996). Testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed. (Não temos)

Freeman, F. S. (1974) Teoria e prática dos testes psicológicos. Lisboa: Calouste Gulbekian. (Não temos)

Pasquali, L. (2013). Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Disciplina: Análise de Problemas Contemporâneos I – EaD.

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: -

1.EMENTA

Panorama contextualizado das expressões artísticas e culturais da atualidade; da problemática ambiental, suas repercussões ecológicas e impactos sobre a biodiversidade, clima e as relações do comportamento humano e o meio ambiente; das relações entre o homem e os

avanços tecnológicos como ferramentas e recursos de comunicação e informação, estratégias de inclusão/exclusão digital, mecanismos de propriedade intelectual. Análise de questões contemporâneas no cenário internacional em uma perspectiva transdisciplinar privilegiando a compreensão integrada de suas dimensões históricas, culturais, sociais e psicológicas.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

BACICHETTO, Vinicius de Vargas. Inovação no Setor Público. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (e-book)

BARROSO, Priscila Farfan. História da Arte. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (e-book)

CAMPBELL, Neil; REECE, Jane. Biologia de Campbell. Tradução de Daniel Lorenzini. Porto Alegre: Artmed, 2015. (e-book)

LOPES FILHO, Artur Rodrigo Itaquí. Ética e Cidadania. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (e-book)

CORDOVA JUNIOR, Ramiro. Gestão Tecnológica e Inovação. 2ª ed. São Paulo: SAGAH: 2018. (Não temos)

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012. (Não temos)

HIROTAKA, Takeuchi. Gestão do Conhecimento. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. (e-book)

LIMA, Andreia da Silva. Gestão e Planejamento em Serviço Social. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (e-book)

PEREIRA, José Ramón Alonso. Introdução à História da Arquitetura: das origens ao século XXI. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010. (e-book)

SANTOS, Pricila Kohls dos. Tecnologia de Informação no Ensino de Ciências. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Não temos)

STEIN, Ronei. Saneamento. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Não temos)

#### COMPLEMENTAR:

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: FAPESP & Editora 34, 1999. (Não temos)

MELLO, C. A. B. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 1995.

(Não temos)

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, 117, 2002. (Não temos)

TRINDADE, F. A constitucionalidade da discriminação positiva. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 1998. (Não temos)

- Filmes e Documentários:

A História dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

Intolerância. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=8DXNwa1JOdc>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

Mundo o Mundo – Filme Educativo. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=pJ5LjmO9FZ8>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

## 9º SEMESTRE

Disciplina: Estágio Supervisionado Específico I

Carga Horária Total: 240h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: 160h

### PSICOLOGIA CLÍNICA

#### 1.EMENTA

Desenvolvimento e realização de práticas integrativas supervisionadas de diagnóstico, análise e pesquisa em psicologia clínica. Conceitos e aplicações em clínica ampliada e práticas emergentes de atendimento e intervenção psicológica. Atendimento clínico individual ou grupal em diferentes perspectivas teóricas, fases de desenvolvimento e públicos: etapas, métodos e cuidados éticos. Prospecção de oportunidades e temas contemporâneos na área.

#### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA:

Braier, E. A. Psicoterapia breve de orientação psicanalítica. São Paulo: Martins, 1997. (Não temos)

Campos, G. W. S, & Domitti, A. C. (2007). Apoio matricial e equipe de referência: Uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 399-407

Grandesso, M. (2011). Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Não temos)

Krom, M. (2000). Família e mitos: Prevenção e terapia: Resgatando histórias. São Paulo: Summus. (Não temos)

Winnicott, D.W. (2011). A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes. (Não temos)

#### COMPLEMENTAR:

Cordioli, A. V. e cols. Psicoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2018. (e-book)

Krug, J. S., & Seminotti, N. (2012). A realização imaginária do desejo inconsciente num grupo terapêutico de crianças em idade pré-escolar. *Ágora* (Rio de Janeiro), 15(1), 133-149.

Turato, E. (2011). Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes. (Não temos)

PSICOLOGIA SOCIAL, ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO.

## 1.EMENTA:

Desenvolvimento e realização de práticas integrativas supervisionadas de diagnóstico, análise e pesquisa nas áreas social ou organizacional. Desenvolvimento e avaliação de programas, políticas e projetos sociais para promoção da saúde, educação e bem-estar de comunidades. Diversidade humana, necessidades especiais e responsabilidade social e ambiental. Saúde mental no trabalho e sistemas de gestão de pessoas. Saúde no trabalho, transformação de postos e ambientes físicos e virtuais de trabalho. Prospecção de oportunidades e temas contemporâneos na área.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Sugestões:

TORRES, Cláudio Vaz ; NEIVA, Elaine Rabelo. (2011) Psicologia Social - Principais Temas e Vetentes. Porto Alegre: ArtMed. (e-book)

Minicucci, Agostinho. (2001) Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: GEN. (e-book)

MYERS, David G. (2014) Psicologia Social. Porto Alegre: AMGH. (e-book)

### BÁSICA:

Lane, S. T. M., & Codo, W. (2012). Psicologia social: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. (10 exemplares)

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (Org.). (2011). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Campos, R. H. F. (2012). Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Rabaglio, M.O. (2013). Ferramentas de avaliação de performance com foco em Competências. Rio de Janeiro: Qualitymark. (2 exemplares)

Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: Possíveis articulações. Psicologia & Sociedade, 23(spe), 12-21.

#### COMPLEMENTAR:

Bahia, M.S. (2006). Responsabilidade social e diversidade nas organizações: Contratando pessoas com deficiência. São Paulo: Qualitymark. (10 exemplares)

Block, P. (2004). Consultoria o desafio da liberdade. São Paulo: Pearson Education. (2 exemplares)

Hanashiro, D. M. M., Teixeira, M. L. M., & Zaccarelli, L.M. (Org.). (2012). Gestão do fator humano: Uma visão baseada em stakeholders. São Paulo: Saraiva (2 exemplares)

Disciplina: Psicologia Jurídica e Psicologia das Pessoas com Necessidades Especiais

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática:-

#### 1. EMENTA

Aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos na área da Psicologia Jurídica com âmbito de Abrangência em diferentes áreas do Direito. A especificidade da disciplina é ampla e a torna uma área de atuação de caráter interdisciplinar, exigindo do futuro psicólogo o desenvolvimento da habilidade para trabalhar em equipe, com profissionais de diversas áreas, sem perder a dimensão da sua área de atuação, e nem de sua ética de ação. Como o trabalho neste campo ocorre com populações diferenciadas e normalmente estigmatizadas socialmente, é importante que o aluno consiga realizar uma reflexão sobre seu posicionamento diante das diferenças, da exclusão social, e frente aos Direitos Humanos que permeiam todo o campo.

Definição, classificação e características das pessoas com necessidades especiais. Aspectos educacionais, biológicos, sociais e emocionais das pessoas com necessidades educacionais especiais.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

American Psychiatric Association. (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-5. (5ª edição). Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA. (s/a). Cartilha: Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade. (Não temos)

Dominiconi, C., Zaine, I., & Benitez, P. (2012). Princípios e métodos para o ensino de comportamentos novos a pessoas com Deficiência Intelectual. Em:

DI Revista de Deficiência Intelectual (pp. 31-35). Ano 2, Nº 3.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia: Teoria e Prática – 2004, 6 (1): 73-80.

Junior, J. F. B., & Cunha, P. (2010). A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Ministério da educação. (Não temos)

Hubner, M. M. C. (2001) Análise comportamental das definições de distúrbio de leitura do CID 10 e DSM IV. Em: H. J. Guilhardi, M.B.B.P. Madi, P.P. Queiroz & M. C. Scoz. (Orgs.), Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade (pp. 89-93). Santo André: ESETec.

Kozma C. (2007). O que é a síndrome de Down?. In: Stray-Gundersen K. Crianças com síndrome de Down: guia para pais e educadores. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed. pp.16-17;28-32.

LAGO, V. AMATO, P. TEIXEIRA, P. ROVINSKI, S. BANDEIRA, D. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia I Campinas I 26(4) I 483-491 I outubro - dezembro 2009.

Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiências: A questão da inclusão social. São Paulo em perspectiva, 14, 51-56.

Maior, I. M. L. (s/a). História, conceito e tipos de deficiência. (Não temos)

MANGINI, R. & FIORELLI, J. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2019. (e-book)

Paiva, J. C. M., & Bendassolli, P. F. (2017). Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. Psicologia em revista, 23, 418-429.

Pearson. (s/a). Cartilha de aprendizagem: deficiências intelectuais. (Não temos)

Santos, et al. (2012). Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. Revista Àgora, 15, 210-219. Silva, E.

A., & Oliveira, I. A. A. (s/a). Inclusão escolar uma possibilidade ou uma Utopia?. Uberlândia.

Silva, N. L. P., & Dessen, M. A. (2002). Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. *Interação em psicologia*, 6, 167-176.

Sprovieri, M. A. S. (2015). Estresse, alexitimia e dinâmica familiar de portadores de autismo. Em: F. B. A. Junior & E. Kuczynski (Orgs.), *Autismo infantil: novas perspectiva*. (pp. 251-283). São Paulo: Editora Atheneu.

Ziraldo. (2013). Cartilha Autismo: uma realidade. A&R. (Não temos)

#### COMPLEMENTAR:

Cunha, E. (2012). *Autismo e inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak. (2 exemplares)

Fernandes, L. B., Schlesener, A., & Mosquera, C. (2011). Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, 2, 132 –144.

GONÇALVES, H.S & BRANDÃO, E.P. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004. (1 exemplares)

Hubner, M. M. C., & Moreira, M. B (Org.) (2012). *Fundamentos de psicologia: Temas clássicos de psicologia sob a ótica da análise do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (10 exemplares) (e-book)

TRINDADE, J. Psicopatia – a Máscara da Justiça . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. (1 exemplares)

MARTINS, F. Psicopathologia II: Semiologia Clínica: Investigação Teórico Clínica das Síndromes psicopatológicas clássicas. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2003. (10 exemplares)

Pacheco, J., Eggertsdóttir, R., & Marinósson, G. L. (2007). Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Pimentel, S. C. (2012). Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: Mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes (Não temos)

RIGONATTI, S.P. (ORG) Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. São Paulo: Vetor, 2004. (Não temos)

TABORDA, J.G.V. (ORG) Psiquiatria Forense. Porto Alegre: Artmed, 2004. (e-book, 2016)

Referência on-line:

Miranda Júnior, H. C. Psicologia e Justiça. A Psicologia e as Práticas Judiciárias na Construção do Ideal de Justiça. Revista Psicologia Ciência e Profissão. vol.18 no.1 Brasília, 1998.

10° SEMESTRE

Disciplina: Estágio Supervisionado Específico II

Carga Horária Total: 240h

Carga horária Teórica:80h

Carga horária Prática:160h

## PSICOLOGIA CLÍNICA

### 1.EMENTA

Desenvolvimento e realização de práticas integrativas supervisionadas de diagnóstico, análise e pesquisa em psicologia clínica. Conceitos e aplicações em clínica ampliada e práticas emergentes de atendimento e intervenção psicológica. Atendimento clínico individual ou grupal em diferentes perspectivas teóricas, fases de desenvolvimento e públicos: etapas, métodos e cuidados éticos. Prospecção de oportunidades e temas contemporâneos na área.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA:

Braier, E. A. Psicoterapia breve de orientação psicanalítica. São Paulo: Martins, 1997. (Não temos)

Campos, G. W. S, & Domitti, A. C. (2007). Apoio matricial e equipe de referência: Uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cadernos de Saúde Pública, 23(2), 399-407

Grandesso, M. (2011). Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo. (10 exemplares)

Krom, M. (2000). Família e mitos: Prevenção e terapia: Resgatando histórias. São Paulo: Summus. (10 exemplares)

Winnicott, D.W. (2011). A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes. (10 exemplares)

#### COMPLEMENTAR:

Cordioli, A. V. e cols. Psicoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2008. (16 exemplares) (e-book, 2018)

Krug, J. S., & Seminotti, N. (2012). A realização imaginária do desejo inconsciente num grupo terapêutico de crianças em idade pré-escolar. *Ágora* (Rio de Janeiro), 15(1), 133-149.

Turato, E. (2010, 2011). Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes. (9 exemplares)

#### PSICOLOGIA SOCIAL, ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO.

##### 1.EMENTA:

Desenvolvimento e realização de práticas integrativas supervisionadas de diagnóstico, análise e pesquisa nas áreas social ou organizacional. Desenvolvimento e avaliação de programas, políticas e projetos sociais para promoção da saúde, educação e bem-estar de comunidades. Diversidade humana, necessidades especiais e responsabilidade social e ambiental. Saúde mental no trabalho e sistemas de gestão de pessoas. Saúde no trabalho, transformação de postos e ambientes físicos e virtuais de trabalho. Prospecção de oportunidades e temas contemporâneos na área.

##### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BÁSICA:**

Lane, S. T. M., & Codo, W. (2012). *Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense. (10 exemplares)

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G., & Mourão, L. (2011). *Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas*. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Campos, R. H. F. (2012). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes. (10 exemplares)

Rabaglio, M.O. (2013). *Ferramentas de avaliação de performance com foco em Competências*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark. (2 exemplares)

Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). *Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: Possíveis articulações*. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 12-21.

**COMPLEMENTAR:**

Bahia, M.S. (2006). *Responsabilidade social e diversidade nas organizações: Contratando pessoas com deficiência*. São Paulo: Qualitymark. (10 exemplares)

Block, P. (2004). *Consultoria: o desafio da liberdade*. São Paulo: Pearson Education. (2 exemplares)

Hanashiro, D. M. M., Teixeira, M. L. M., & Zaccarelli, L.M. (Org.). (2012).  
Gestão do fator humano: Uma visão baseada em stakeholders. São  
Paulo: Saraiva (2 exemplares)

Disciplina: TCC II

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: --

## 1. EMENTA

Produção de pesquisa científica em psicologia e redação da monografia  
(trabalho de conclusão de curso).

## 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sugestão:

Andrade, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho  
científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. Ed. São Paulo:  
Gen, 2012. (e-book)

### BÁSICA

Astolfi, J. (2011). A didática das ciências. 15ª ed. São Paulo: Papirus.  
(10 exemplares)

Barros, A. J. S., & Barros, A. J. S. (2000). Fundamentos de Metodologia  
científica. 2 ed. São Paulo: Pearson Education. (4 exemplares)

Gil, A. C. (2017). Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Ed. Rio de  
Janeiro: Atlas. (e-book)

## COMPLEMENTAR

American Psychological Association. Regras essenciais de estilo da APA. 6. ed. Porto Alegre: Penso. (16 exemplares)

CABRAL, Álvaro; CABRAL, Álvaro. Dicionário técnico de Psicologia. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2001. (4 exemplares)

Appolinário, F. (2011). Dicionário de Metodologia Científica. Um guia para a produção do conhecimento científico. Rio de Janeiro: Atlas. (e-book)

Eco, U. (2008). Como se faz uma tese. 21. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva. (20 exemplares)

Severino, A. J. (2002/2007). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora. (13 exemplares)

Disciplina: Disciplina Eletiva (10 DISCIPLINAS DISPONÍVEIS ABAIXO)

Carga Horária Total: 80h

Carga horária Teórica: 80h

Carga horária Prática: --

### 1. PSICOTERAPIA DE GRUPO

#### 1.EMENTA

Definições e natureza do grupo terapêutico. Modelos e abordagens em psicoterapia de grupo. Figura do psicoterapeuta. Questões sobre a indicação da psicoterapia de grupo e os aspectos éticos.

#### 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sugestões:

BIELING, Peter J. ; McCABE, Randi E. ; ANTONY, Martin M. Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupos. Porto Alegre: ArtMed, 2008. (e-book)

NEUFELD, Carmem Beatriz. Terapia Cognitivo-comportamental em Grupo para Crianças e Adolescentes. Porto Alegre: ArtMed, 2015. (e-book)

NEUFELD, Carmem Beatriz. Terapia Cognitivo-comportamental: das evidências à prática. Porto Alegre: ArtMed, 2017. (e-book)

#### BÁSICA:

Anzieu, D. (1993). O grupo e o inconsciente (o imaginário grupal). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Não temos)

Barbosa, M. I. S. (2009). Formação e facilitação de grupos comunitários na estratégia saúde da família. Sanare, 8(1), pp. 86-98.

Freud, S. (1921/1939). Psicologia das massas e análise do eu. Porto Alegre: L&PM. (Não temos)

Kaplan, H. I. & Sadock, B. J. et al (1996). Compêndio de psicoterapia de grupo. Porto Alegre: Artes Médicas. (Não temos)

Moreno, J.L. (n.d). Psicodrama. São Paulo: Cultrix. (10 exemplares)

Zimerman, D. E. & Osorio, L. C. & Col. (1997). Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas. . (Não temos)

Yalom, I. D. (2007). Psicoterapia de Grupo: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed. (4 exemplares) .(e-book, 2017)

#### COMPLEMENTAR:

Bion, W. R. (1973). Atenção e Interpretação. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Não temos)

Pichon-Rivière E. (2012). O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes. (10 exemplares)

Zimmerman, D. E. (2011). Bion da teoria à prática: uma leitura didática. Porto Alegre: Artmed.(e-book)

## 2. PSICOLOGIA DO TREINAMENTO

### 1.EMENTA

Treinamento, desenvolvimento e educação em ambientes organizacionais: fundamentos, características e aplicações. Avaliação de necessidades de treinamento: princípios, abordagens e técnicas. Psicologia instrucional e promoção de aprendizagem em ambientes organizacionais. Métodos e técnicas de promoção da aprendizagem. Projetos de capacitação.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA:

Abbad, G. S., Zerbini, T., & Mourão, L. (2012). Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação: Ferramentas para gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (2011). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

Meneses, P., Zerbini, T., & Abbad, G. (2010). Manual de treinamento organizacional. Porto Alegre: Artmed. (30 exemplares) (e-book)

Spector, P. E. (2010). Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva. (5 exemplares)

Borges, L. O., Mourão, L. (2013). O Trabalho e as Organizações: Atuações a Partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed. (e-book)

#### COMPLEMENTAR:

Antonello, C. S., & Godoy, A. S. (2011). Aprendizagem organizacional no Brasil. Porto Alegre: Bookman. (e-book)

Boog, M., & Boog, G. G. (2013). Manual de treinamento e desenvolvimento: Gestão e estratégia. São Paulo: Prentice Hall. (11 exemplares)

Kanaane, R. (2001). Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano. São Paulo: Atlas. (6 exemplares)

Terra, J. C. C. (2001). Gestão do conhecimento: O grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio. (2 exemplares)

### 3. PSICOLOGIA CONJUGAL E FAMILIAR

## 1.EMENTA

Contexto psicológico em que se desenvolve o casal e a família. Abordagem do desenvolvimento humano em função de uma perspectiva relacional, interpessoal, baseando-se em referenciais sistêmicos, psicodinâmicos e da teoria da comunicação.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

Osório, L. C., Valle, M. E. P. (org.). Manual de terapia familiar [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2011. (e-book)

GOMES, Isabel Cristina. Fundamentos de Psicologia – Família: Diagnostico e Abordagens Terapêuticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. (e-book)

Rapizo, R. (2002). Terapia sistêmica de família: Da instrução à construção. Rio de Janeiro: Instituto NOOS. (Não temos)

Vasconcellos, M. J. E. (2002). Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus. (20 exemplares)

Carter, B., & McGoldrick, M. (2011). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed. (4 exemplares)

Minuchin, S., Lee & W., Simon, G. (2008). Dominando a terapia familiar. 2. Ed. Klein, G. (trad.). Porto Alegre: Artmed. (e-book)

### COMPLEMENTAR:

Andersen, T. (1991). Processos reflexivos. Rio de Janeiro: NOOS. (Não temos)

Elkaim, M. (1998). Panorama das terapias familiares. São Paulo: Summus. (2 exemplares)

Marra, M. M. & Costa, L. F. Costa (Org.) (2010). Temas da clínica do adolescente e da família. São Paulo: Ágora. (2 exemplares)

Penso, M. A., & Costa, L. F. (Org.) (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus. (2 exemplares)

#### 4. DINÂMICA DE GRUPO E PSICODRAMA

##### 1. EMENTA

Os processos grupais e as teorias de grupo. Introdução a Teoria e Técnicas Psicodramáticas. Técnicas de avaliação e intervenção grupal.

##### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

###### BÁSICA:

ANDRADE, S.G. (1999) Teoria e Prática de Dinâmica de Grupo: jogos e exercícios. São Paulo: Casa do Psicólogo. (10 exemplares)

BUSTOS, D..M. (1982) O Psicodrama: aplicações da técnica psicodramática. São Paulo: Summus Editorial (Não temos)

MINICUCCI, Agostinho. (2012). Dinâmica de grupo: teoria e sistemas. 5. Ed. São Paulo: Gen. (e-book)

DIAS, V.R.C. (1987) Psicodrama: teoria e prática. São Paulo: Ágora

GONÇALVES, C.S; WOLFF, J.R.; ALMEIDA, W.C. (2012) Lições de Psicodrama: introdução ao pensamento de J.L. Moreno. 9. Ed. São Paulo: Ágora (11 exemplares)

KNAPPE, P.P. (1998) Mais do que um jogo: teoria e prática do jogo em psicoterapia. São Paulo: Ágora (10 exemplares)

MONTEIRO, R. (Org) (1993) Técnicas Fundamentais do Psicodrama. São Paulo: Brasiliense

MORENO, J.L (1997) Psicodrama. São Paulo: Cultrix (10 exemplares)

MORENO, J.L (1983) Fundamentos do Psicodrama. São Paulo: Summus Editorial (1 exemplares)

MOTTA, J.(org) (1995) O Jogo no Psicodrama. São Paulo: Ágora (Não temos)

ROJAS-BERMUDES, J.(1980) Introdução ao Psicodrama. São Paulo: Mestre Jou (Não temos)

#### COMPLEMENTAR

AGUIAR, M. (1990) O teatro terapêutico: escritos psicodramáticos. Campinas: Papirus Editora (Não temos)

BUSTOS, D.(1990) Perigo...amor á vista: drama e psicodrama de casais. São Paulo: Aleph(Não temos)

BUSTOS, D.(1992) Novos rumos me Psicodrama. São Paulo: Editora Ática (Não temos)

DIAS, V.R.C.(1996) Sonhos e psicodrama interno na análise psicodramática. São Paulo: Agora (2 exemplares)

FRITZEN, S.J. (1981) Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Vol 1. Petrópolis: Voze (Não temos)s

FRITZEN, S.J. (1981) Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Vol 2. Petrópolis: Vozes (Não temos)

FRITZEN, S.J. (1989) Treinamento de Líderes Voluntários. Petrópolis: Vozes (Não temos)

GONÇALVES, C.S.(1988) Psicodrama com crianças: uma psicoterapia possível. São Paulo: Ágora (Não temos)

HOLMES, P.& KARP, M.(org) (1992) Psicodrama: inspiração e técnica. São Paulo: Ágora (2 exemplares)

MENEGAZZO, C.M.;ZURETTI, M.M.&TOMASINI, M.(1995) Dicionário de Psicodrama e Sociodrama. São Paulo: Agora

POLEJACK, L. & COSTA, L.F ( 2003) AIDS, Psicodrama e conjugalidade: compondo com a diferença.Revista Brasileira de Psicodrama 11(1),43-64.

ROMANA, M.A.(1992) Construção Coletiva do Conhecimento Através do Psicodrama. Campinas: Papirus Editora. (Não temos)

Sugestões:

LÓPEZ BARBERÁ, Elisa; POBLACIÓN KNAPPE, Pablo. A escultura na psicoterapia: psicodrama e outras técnicas de ação. São Paulo: Ágora, 1999. (10 exemplares)

## 5. TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS COGNITIVO - COMPORTAMENTAIS

### 1.EMENTA

Estudo das técnicas cognitivo-comportamentais utilizadas em terapia e discussão das extensões da terapia cognitivo-comportamental.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA:

DOBSON, Keith S. Manual de Terapias Cognitivo-Comportamentais. Porto Alegre: ArtMed (e-book)

PETERSEN, Circe Salsides; WAINER, Ricardo (2011). Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes. Porto Alegre: ArtMed (e-book)

YOUNG, Jeffrey E. ; KLOSKO, Janet S. ; WEISHAAR, Marjorie E (2008). Terapia do Esquema: Guia de Técnicas Cognitivo-Comportamentais Inovadoras. Porto Alegre: ArtMed (e-book)

CABALLO, V. E. (2011). Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos (10 exemplares)

FALCONE, Eliane Mary de Oliveira e Outros. (2012). Produções em terapia cognitivo-comportamental. 1ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Não temos)

LEAHY, Robert L. (2018) Técnicas de terapia cognitiva. São Paulo: Artmed. (e-book)

COMPLEMENTAR:

FRIEDBERG, Robert. D. (2004). A Prática clínica de terapia cognitiva. 1ª Ed. São Paulo: Artmed. (Não temos)

MOURA, M. A. R. D. (2014). Atitudes morais, agressividade e empatia: um estudo com atletas que participam de competições. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10902/1/DISSERTA%  
%87%  
%83O%20Maria%20Aline%20Rodrigues%20de%20Moura.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10902/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Maria%20Aline%20Rodrigues%20de%20Moura.pdf)

SILVARES, E. F. M. & Gongora, M. A. N. (2006) Psicologia clínica comportamental: a inserção da entrevista com adultos e crianças. São Paulo: Edicon. Coleção Sobre comportamento e cognição. São Paulo: Esetec. (12 exemplares)

SOUZA, V. B. de, ORTI, N. P.; SILVA, A. T. B. Role-playing como estratégia facilitadora da análise funcional em contexto clínico. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, v.14, no 3, pp. 102-122, 2012. Disponível em: [http://www.cemp.com.br/arquivos/76260\\_63.pdf](http://www.cemp.com.br/arquivos/76260_63.pdf)

BECK, Judith S. Terapia cognitiva: Teoria e Prática. Porto Alegre: ArtMed (e-book)

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas. 2. ed. São Paulo: Summus, 2013. (12 exemplares)

## 6. PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

## 1. EMENTA

Origem e desenvolvimento da psicologia comunitária, marcos teóricos e métodos de atuação e de pesquisa da psicologia comunitária. A inserção do psicólogo nas comunidades.

## 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA

Marcus Eugênio Oliveira Lima. (2020) Psicologia Social do Preconceito e do Racismo. São Paulo: Blucher.(e-book)

TORRES, Cláudio Vaz ; NEIVA, Elaine Rabelo. (2011) Psicologia Social - Principais Temas e Vetentes. Porto Alegre: ArtMed. (e-book)

Minicucci, Agostinho. (2001) Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: GEN. (e-book)

### COMPLEMENTAR

MYERS, David G. (2014) Psicologia Social. Porto Alegre: AMGH. (e-book)

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Organizadora). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (10 exemplares)

CAMPOS, R.H.F (ORG) Psicologia Social Comunitária: da solidariedade á autonomia. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (10 exemplares)

DEMO, P. Participação é conquista. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (10 exemplares)

SUDBRACK, M.F.O . Construindo redes Sociais: Metodologia de Prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda.. Coletâneas da ANPEPP 1(2):87-113, 1996.

THIOLLENT, M .Metodologia da pesquisa-ação. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. (5 exemplares)

COSTA, L. F. Reuniões Multifamiliares: condição de apoio, questionamento e reflexão no processo de exclusão social de membros da família. Ser Social (3): 245-272,1998.

FREITAS, M.F.Q. Desafios e necessidades apresentados ao (a) Psicólogo (a) para Trabalhar em Comunidade, na perspectiva da Comunidade. PSYKHE 8(1): 49-55, 1999.

SANTOS, W.G.Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora campus,1994 (Não temos)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção e Controle das DST/Aids na comunidade: manual do agente comunitário de saúde, 2001. (Não temos)

MOFFATT, A . Psicoterapia do Oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular. São Paulo: Cortez, 1991 (Não temos)

PAKMAN, M. Terapia Familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância étnica. Nova perspectiva Sistêmica 4: 8-19, 1993

PARKER, R. GLAVÃO, J. & BESSA, M. Saúde, desenvolvimento e Política: respostas frente a AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 1999 (Não temos)

## 8. LIBRAS

### 1.EMENTA

Legislação que oficializa a LIBRAS (LEI FEDERAL DE Nº: 10.436, DECRETO 5.226), dados históricos da educação dos surdos. Considerações sobre a Inclusão social. Comunicação dos surdos, dactilologia, soletração Rítmica, configuração das mãos, estrutura gramatical. Uso de dicionários manuscritos e virtuais, aquisição de vocábulos do dia-a-dia, formação de orações, textos e interpretações.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PLINSKI, Rejane Regina Koltz. Libras. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (e-book)

Corrêa, Ygor (org.). Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Porto Alegre: Penso, 2019. (e-book)

QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira estudos lingüísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2011. (e-book)

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Ygor (org.). Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Porto Alegre: Penso, 2019. (e-book)

MORAIS, Carlos Eduardo Lima de [et al.]. Libras. 2. Ed. Porto Alegre: SER – SEGAH, 2019. (e-book)

CASTRO, Alberto Rainha de. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. 3 ed. Brasília: Senac, 2009. (10 exemplares)

QUADROS, Ronice M. Língua de herança língua brasileira de sinais. Porto Alegre: Penso, 2017. (e-book)

QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais instrumento de avaliação. Porto Alegre: ArtMed, 2011. (e-book)

## 9. PSICOTERAPIA BREVE

### 1. EMENTA

As psicoterapias breves no contexto psicoterápico. Teorias psicoterápicas e a fundamentação da psicoterapia breve. Foco e situação problema. Critérios de seleção para psicoterapia breve.

Entrevistas preliminares. Planejamento terapêutico: fases. Recursos e problemas técnicos nas psicoterapias breves. Principais usos e limitações. Questões éticas.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA

FIORINI, H. J. Teoria e Técnica de Psicoterapias. São Paulo: Martins Fontes, 1976, 2008, 2013 (12 exemplares)

ZIMERMAN, David E. Fundamentos Psicanalíticos/ teoria, técnica e clínica. Reimpr. 2010. Porto Alegre: Artmed, 2010. (18 exemplares) (e-book, 2011)

GILLIÈRON, E. As Psicoterapias breves. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, 1998, 2004. (4 exemplares)

HEGENBERG, Mauro. Psicoterapia breve. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. 249 p. (2 exemplares)

#### COMPLEMENTAR

HEGENBERG, M. Psicoterapia breve. Coleção "Clínica psicanalítica". 4. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. (2 exemplares)

CORDIOLI, A. Psicoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009. (16 exemplares) (e-book, 2018)

ZIMERMAN, D. Manual de Técnica Psicanalítica. Uma re-visão: Porto Alegre: Artmed, 2004. (3 exemplares) (e-book, 2011)

NASIO, J.-D. A histeria: teoria e clínica psicanática. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 172 p. (2 exemplares)

## 10. PSICOLOGIA DO CONSUMIDOR

### 1. EMENTA:

Conceitos psicológicos para analisar o comportamento do consumidor. Variáveis individuais, grupais e culturais e sua relação com fenômenos de consumo. Atitude, Aprendizagem, Motivação, Cultura, Grupos de referência. Padrões de compra, escolha de marcas, satisfação

do consumidor, comportamento de procura, lealdade à marca, efeitos de promoção, economia comportamental e diferenciação de marca.

### 2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICA

MERLO, Edgard Monforte; CERIBELI, Harrison B. M. (2013). Comportamento do Consumidor. São Paulo: LTC. (e-book)

LIMEIRA, Tania. (2009) Comportamento do consumidor brasileiro. 2. Ed. São Paulo: Saraiva. (e-book)

GUEGUEN, Nicolas. Psicologia do consumidor. 1ª Ed. São Paulo: Senac, 2010. (Não temos)

#### COMPLEMENTAR

BEBER, Sedinei (1999). Estado Atual dos Estudos sobre a Satisfação do Consumidor. XXIII Encontro da ANPAD. (p.361). Foz de Iguaçu / PR.

EHRENBERG, A., Uncles, M. & Goodhardt, G. (2002). Understanding Brand Performance Measures: Using Dirichlet Benchmarks. Journal of Business Research, 11, 1-51.

MALHOTRA, N. (2005). Introdução a Pesquisa de Marketing. São Paulo: Pearson. (10 exemplares)

SOLOMON, M. R. (2011). O Comportamento do consumidor: Comprando, possuindo e sendo (9. ed.). Porto Alegre: Bookman. (12 exemplares)

#### **DISCIPLINA: Optativa I**

#### **EMENTA**

Panorama contextualizado das expressões artísticas e culturais da atualidade; da problemática ambiental, suas repercussões ecológicas e impactos sobre a biodiversidade, clima e as relações do comportamento humano e o meio ambiente; das relações entre o homem e os

avanços tecnológicos como ferramentas e recursos de comunicação e informação, estratégias de inclusão/exclusão digital, mecanismos de propriedade intelectual. Análise de questões contemporâneas no cenário internacional em uma perspectiva transdisciplinar privilegiando a compreensão integrada de suas dimensões históricas, culturais, sociais e psicológicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BÁSICA:

BACICHETTO, Vinicius de Vargas. Inovação no Setor Público. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BARROSO, Priscila Farfan. História da Arte. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CAMPBELL, Neil; REECE, Jane. Biologia. Tradução de Daniel Lorenzini. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BONETE, Wilian Junior et al. Ética e Cidadania. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

CORDOVA JUNIOR, Ramiro. Gestão Tecnológica e Inovação. 2ª ed. São Paulo: SAGAH: 2018.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HIROTAKA, Takeuchi. Gestão do Conhecimento. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LIMA, Andreia da Silva. Gestão e Planejamento em Serviço Social. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PEREIRA, José Ramón Alonso. Introdução à História da Arquitetura: das origens ao século XXI. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SANTOS, Pricila Kohls dos. Tecnologia de Informação no Ensino de Ciências. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

STEIN, Ronei. Saneamento. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

## **COMPLEMENTAR:**

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: FAPESP & Editora 34, 1999.

MELLO, C. A. B. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 1995.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, 117, 2002.

TRINDADE, F. A constitucionalidade da discriminação positiva. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 1998.

- Filmes e Documentários:

A História dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

Intolerância. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8DXNWa1JOdc>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

Mundo o Mundo – Filme Educativo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pJ5LjmO9FZ8>. Acesso aos 07 de fevereiro de 2019.

**Disciplina: Estágio Supervisionado Específico I**

**PSICOLOGIA SOCIAL, ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO.**

## **EMENTA:**

Desenvolvimento e realização de práticas integrativas supervisionadas de diagnóstico, análise e pesquisa nas áreas social ou organizacional. Desenvolvimento e avaliação de programas, políticas e projetos sociais para promoção da saúde, educação e bem-estar de comunidades. Diversidade humana, necessidades especiais e responsabilidade social e ambiental. Saúde mental no trabalho e sistemas de gestão de pessoas. Saúde no trabalho, transformação de postos e ambientes físicos e virtuais de trabalho. Prospecção de oportunidades e temas contemporâneos na área.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **BÁSICA:**

Lane, S. T. M., & Codo, W. (2012). Psicologia social: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

Borges-Andrade, J. E., Abbad, G., & Mourão, L. (2007). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed.

Campos, R. H. F. (2012). Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes.

Rabaglio, M.O. (2013). Ferramentas de avaliação de performance com foco em Competências. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: Possíveis articulações. Psicologia & Sociedade, 23(spe), 12-21.

### **COMPLEMENTAR:**

Bahia, M.S. (2006). Responsabilidade social e diversidade nas organizações: Contratando pessoas com deficiência. São Paulo: Qualymark.

Block, P. (2004). Consultoria o desafio da liberdade. São Paulo: Pearson Education.

Hanashiro, D. M. M., Teixeira, M. L. M., & Zaccarelli, L.M. (Org.). (2012). Gestão do fator humano: Uma visão baseada em stakeholders. São Paulo: Saraiva

## ANEXO

### VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

<b>Procedimento para validação</b>
Requerimento do aluno, dirigido à Coordenação de Curso, com a devida documentação comprobatória, protocolada na Secretaria Acadêmica.

<b>1. Ações Acadêmico-Científicas:</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Convalidação em porcentagem e horas</b>
1) <b>Evento Acadêmico</b> promovido pela coordenação do Curso (Semanas acadêmicas ciclos de palestras e outros).	- 100% da carga horária do evento, até o limite de 50% da carga horária para atividades complementares exigida pelo curso.
2) Participação em <b> cursos de extensão promovidos pela IESGO</b>	100% das horas de atividades complementares para cada curso até o limite de 50% da carga horária total da atividade complementar.
3) Participação como ouvinte em <b>eventos técnico-científicos:</b> congressos, seminários, jornadas de curso, simpósio, semana acadêmica, conferências e outros, em âmbito local, regional, nacional ou internacional que estiver relacionado com a área de formação promovida por outras Instituições.	- 10 horas para cada participação, com certificado acima de 20 horas até o limite de 25% da carga horária total da atividade complementar.
4) <b>Apresentação de trabalho e ou organização de</b> congressos, seminários, jornadas de estudos e outras atividades de natureza acadêmica, científica e cultural (comunicação, pôster, oficina ou minicurso).	10% das horas de atividades complementares para cada até o limite de 40% da carga horária total da atividade complementar.
5) Participação em <b> cursos extracurriculares e/ou Extensão,</b> vinculado a área de formação em outras instituições.	04 horas para cada curso até o limite de 50% da carga horária total da atividade complementar.
6) Participação em <b> cursos extracurriculares e/ou Extensão,</b> não relacionado com a área de formação.	- 01 hora para cada curso até o limite de 5% da carga horária total da atividade complementar.
<b>7) Pesquisador na IESGO</b> de Projetos de Iniciação Científica e de Pesquisa.	- 25% do montante de horas cumpridas em atividade de pesquisa exercida na própria Unidade Acadêmica até o limite de 50% da carga horária prevista para o curso.

8) Realização de <b>monitorias e estágios jurídicos</b> em órgãos públicos e privados	25% da carga horária para as atividades Complementares exigida pelo curso, desde que não tenha sido objeto de convenio para a Prática Jurídica do Curso.
9) Realização de estágios extracurriculares na área do curso de formação.	Para até 01 ano de estágio, 10% da carga horária para as atividades Complementares, prevista para o curso, sem direito a reaproveitamento.
10) <b>Grupos de Estudos na lesgo</b> para o aprofundamento em áreas específicas de interesse,	- Até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso, para um período de no mínimo 01 ano de participação. Sem direito a reaproveitamento.
11) Participação em <b>Programa de Iniciação Científica.</b>	- Até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso, para um período de no mínimo 01 ano de participação. Sem direito a reaproveitamento.
13) Participação como ouvinte em <b>defesa de dissertação</b> de Mestrado e tese de Doutorado	02 horas não excedendo a 10% da carga horária para atividades complementares exigida pelo curso.
14) Assistência comprovada a bancas de apresentação de <b>trabalhos de curso – TC.</b>	- 01 hora para cada apresentação, até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso.
15) ( <b>revisões bibliográficas, resumos, artigos</b> ), devidamente validadas por professor da área de desenvolvimento do estudo.	- Até o limite de 25% da carga horária de atividades complementares exigida pelo curso.
16) <b>Publicação</b> em periódicos científicos, capítulos de livros e/ou anais de congressos acadêmicos, como autor ou coautor; outras publicações.	- 20 horas para cada publicação, até o limite de 50% da carga horária para atividades complementares exigida pelo curso.
17) Planejamento e organização de <b>projetos extracurriculares</b> vinculados ao	- Até o limite de 25% da carga horária para atividades

Curso.	complementares exigida pelo curso.
18) Participação como <b>apresentador, semana acadêmica</b> , conferências e outros, em âmbito local.	- 100% da carga horária do evento, até o limite de 50% da carga horária para atividades complementares exigida pelo curso.
19) <b>Disciplinas</b> cursadas fora dos cursos regulares de Graduação da lesgo.	25% da carga horária da disciplina até 25% da CH para Atividades Complementares exigida pelo curso.
20) Participação em <b>projetos sociais</b> (responsabilidade social e integradores).	04 horas para cada evento até 10% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
21) Cursos de <b>Língua Estrangeira Moderna</b> .	10% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso.
<b>Ações de Integração Sociocultural:</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Convalidação em porcentagem e horas</b>
1) <b>Atividades culturais</b> frequentadas pelo aluno fora da Faculdade, tais como peças teatrais, filmes exibidos em cinemas e espetáculos de dança, entre outras, condicionadas à apresentação do ingresso e relatório sobre o respectivo evento, vinculando-o a alguma disciplina do curso. (Modelo em anexo).	- 1 hora para cada atividade, até o limite de 5% da carga horária para Atividades Complementares exigidas pelo curso. desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
2) <b>Visitação</b> a centros históricos, museus, bibliotecas, exposições de arte etc.	- 1 hora para cada atividade, até o limite de 5% carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso.
<b>Ações de Integração Socioeducativa:</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Convalidação em porcentagem e horas</b>
1) Participação em <b>atividades acadêmicas comunitárias e/ou voluntárias</b> oferecidas pelo curso dentro da Faculdade (Semana de Atividades Livres e/ou Semana de	- 5 horas para cada período de atividades. Até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo

Eventos do respectivo curso).	curso.
2) Participação em <b>projetos comunitários</b> desenvolvidos integralmente pela Faculdade ou em parceria desta com órgãos externos (organizações Governamentais, e organizações não governamentais, entre outros).	Até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso. Exercida na própria Unidade Acadêmica.
3) <b>Atividade de Monitoria</b> no curso Superior.	- Até o limite de 50% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso. Exercida na lesgo para até 01 ano de monitoria, sem direito a reaproveitamento.
<b>4) Trabalhos de Conteúdos Específicos em áreas de Educação Básica</b> (voluntariado, monitorias, assistência) devidamente comprovado. Específico para as licenciaturas.	- 25 % do montante de horas cumpridas em atividade de monitoria exercida na lesgo.
5) <b>Práticas extracurriculares</b> em Laboratórios de Aprendizagem.	- 2 horas para cada atividade, até o limite de 25% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso.
6) <b>Organização de oficinas, semanas acadêmicas e outros</b> na lesgo.	- 05 horas para cada oficina até o limite de 25% da carga horária prevista para Atividades Complementares para o curso.
7) <b>Planejamento e organização de atividades extraescolares.</b>	- 05 horas para cada planejamento, até o limite de 20% da carga horária prevista para Atividades Complementares exigida pelo curso.
8) <b>Visitas extracurriculares</b> a instituições, ligadas ao <b>campo educativo</b> , devidamente comprovadas e relatórios validados por professor da área de desenvolvimento do trabalho. Específico para as licenciaturas.	- 05 horas para cada visita, até o limite de 10% da carga horária prevista para Atividades Complementares para curso.

9) <b>Visitas extracurriculares</b> a instituições, ligadas ao <b>campo de educação</b> , devidamente comprovadas e relatórios validados por professor da área de desenvolvimento do trabalho. Específico para as licenciaturas.	- 05 horas para cada visita, até o limite de 10% da carga horária prevista para Atividades Complementares exigida pelo curso.
10) <b>Visitas extracurriculares a Empresas</b> e a órgãos públicos devidamente comprovadas e relatórios validados por professor do Curso da lesgo da área de desenvolvimento do trabalho.	- 50% das horas constantes no certificado, até o limite de 50% da ch prevista para o curso.
11) Participação como <b>representante Discente</b> no Colegiado de Curso, CPA, e nos Colegiados Superiores da lesgo.	- 10 horas para um período de um semestre de mandato, sem direito a reaproveitamento, não excedendo 30% da carga horária total previstas para atividades complementares.
12) Participação como <b>Líder de Turma</b> (conforme art 110 do Regimento Geral).	- 10 horas para um período de um semestre de mandato, sem direito a reaproveitamento, não excedendo 30% da carga horária total previstas para atividades complementares.
13). <b>Consultas a centros de documentação.</b>	- 03 horas para cada visita, até o limite de 10% da carga horária prevista para Atividades Complementares exigida pelo Curso.
14) Criação de <b>grupos de estudos cooperativos abertos à comunidade local e acadêmica</b>	- 20 horas para um período de 06 meses de participação, sem direito a reaproveitamento, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
15) <b>Visitação a instituições carentes</b> e promoção de eventos de responsabilidade social.	- 05 horas para cada visita até o limite de 10% da carga horária prevista para Atividades Complementares exigida pelo curso, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
16) Participação como <b>voluntário</b> em: Delegacias especiais, amigo da escola, APM, Conselhos tutelares, conselhos escolares e similares.	- 10 horas para um período de um ano de mandato ou participação, sem direito a reaproveitamento, desde que não sejam objetos das atividades

	extensionistas.
17) Participação em <b>Colônias de férias</b> e projetos em espaços não formais de educação desenvolvidos organizações não governamentais, entre outros.	- Até o limite de 2% da carga horária para Atividades Complementares exigida pelo curso, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
18) <b>Visitas extracurriculares a Centros culturais escolas</b> devidamente comprovadas e relatórios validados por professor da área de desenvolvimento do trabalho.	- 05 horas para cada visita, até o limite de 10% da carga horária prevista para Atividades Complementares exigida pelo Curso, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.
19) Prestação de <b>serviço à comunidade</b> , vinculado à área de formação.	10% da CH, prevista para o curso horas para um período de 06 meses de participação, sem direito a reaproveitamento, desde que não sejam objetos das atividades extensionistas.

EM REFORMA

## **REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O estágio em Psicologia é um conjunto de atividades supervisionadas realizadas em situações reais de vida e de trabalho, por um estudante regularmente matriculado no curso de graduação das Faculdades Integradas Iesgo. Tem por objetivo desenvolver a aprendizagem profissional e sociocultural da (o) estudante.

Por ser interação entre atividades acadêmica e profissional, o estágio oferece espaço privilegiado para o exercício profissional supervisionado, para a intervenção em campos de atuação, bem como para o levantamento para desenvolvimento de pesquisa.

Diante da constante ampliação das modalidades e contextos de atuação da Psicologia, os estágios são importantes instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional.

Conforme Lei n.º 11.788/2008 (Lei do Estágio) que regulamenta as atividades de estágio realizadas por estudantes de diferentes níveis de formação. Estabelece:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação

especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Conforme a lei, a agência educativa deverá desempenhar no conjunto das atividades e no seu gerenciamento, seja nos estágios de caráter obrigatório, definidos como tal no projeto pedagógico do curso, seja nos estágios de caráter não obrigatório.

As atividades desenvolvidas pela (o) aluna (o) durante o estágio deverão se articular com o projeto pedagógico do curso. O estágio será acompanhado pelo professor orientador das Faculdades Integradas Iesgo, e, no caso de ser realizado em campo externo à IES, também por supervisora (or) da parte concedente, comprovado

por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º dessa Lei e por menção de aprovação final do estagiário. Serve tanto para estágios obrigatórios quanto aos não obrigatórios.

Conforme Lei de Estágio a denominação orientadora (or) é utilizada para a (o) professora (or) da IES e a denominação supervisora (or) para a (o) responsável pelo acompanhamento no campo de estágio da concedente.

Lei n.º 11.788/2008 cumpre papel fiscalizador das relações entre instituições de ensino, estudantes e concedentes de estágios, entendendo- -as (os) como parte do processo formativo.

## 1. 1 TIPOS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

A Lei n.º 11.788/2008 define a existência de estágios obrigatórios e não obrigatórios, estabelecendo que essas duas modalidades são determinadas pelas diretrizes curriculares e pelo projeto pedagógico do curso.

## **1. .1 Estágios Obrigatórios**

Estabelecem sua organização e seu funcionamento e estão definidos, de forma a serem também compatíveis com o projeto pedagógico institucional e no projeto pedagógico do curso. Sua carga horária obedece às determinações das diretrizes curriculares nacionais e são requisitos para aprovação e integralização do curso.

Os serviços prestados por meio das atividades de estágio deverão atender às demandas dos contextos e cenários nos quais as atividades estão inseridas. As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que essas atividades devem ser organizadas de forma a permitir a inserção da (o) aluna (o) em diferentes contextos institucionais e sociais, articulada com profissionais de áreas afins.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem, também, que os estágios obrigatórios dos cursos de Psicologia devem se estruturar em dois níveis, básico e específico.

### **1.1.2 Estágio básico**

Desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum de formação. Capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação as competências a serem desenvolvidas nos estágios básicos caminham de baixa para alta complexidade, acompanhando o processo formação.

### **1.1.3 Estágio específico**

Desenvolvimento de práticas integrativas dos conhecimentos, habilidades e competências ligadas a cada uma das ênfases curriculares propostas pelo curso.

### **1.1.4 Estágio interno**

Realizado nas dependências das Faculdades Integradas Iesgo, não envolvendo, portanto, outras instituições ou profissionais como concedentes de

estágio. Necessária à celebração de um termo de compromisso de estágio para realização do estágio.

Atualmente os espaços para o desenvolvimento de estágios nas dependências da IES ocorrem no CIEPPsi, Colégio Iesgo e Faculdade.

### 1.1.5 Estágio externo

Realizado em diferentes contextos, fora das dependências das Faculdades Integradas Iesgo, tais como hospitais, clínicas, escolas, empresas, mediante celebração de um termo de compromisso entre educanda (o), parte concedente do estágio e instituição de ensino. **A Lei nº 11.788/2008 estabelece que a parte concedente deve indicar funcionária (o) de seu quadro, com formação ou experiência profissional na área, para supervisionar até dez estagiárias (os) simultaneamente, e que a IES deve indicar professora (or) orientadora (or) responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades da (o) estagiária (o).**

Estágio Curricular Supervisionado é parte integrante do currículo do Curso de Psicologia, sendo atividade curricular individual obrigatória e do qual depende a outorga de grau e o respectivo registro do diploma de Conclusão do Curso. Os Estágios Curriculares Supervisionados abordados nesse manual referem-se às áreas de atuação abrangidas por este curso de psicologia, a saber: Psicologia da Saúde e Hospitalar; Psicologia Educacional e do Desenvolvimento; Psicologia Social, Organizacional e do Trabalho; e Psicologia Clínica.

Os estágios citados serão realizados a partir do 5º. (quinto) semestre, e poderão ser desenvolvidos em qualquer instituição, de natureza pública, privada ou de economia mista, com ou sem fins lucrativos, desde que conveniadas com a Faculdades Integradas Iesgo.

De acordo com o PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia, os estágios curriculares se dividem em básicos e específicos, sendo a carga horária atribuída da seguinte maneira:

ESTÁGIO	SUPERVISIONADO	Carga Horária	Semestre	Carga Horária	Carga Horária
---------	----------------	---------------	----------	---------------	---------------

	TEÓRICA		PRÁTICA	TOTAL
Básico em Psicologia da Saúde e Hospitalar	80 h/a	5°	60 h/a	140 h/a
Básico em Psicologia da Educação e Desenvolvimento	80 h/a	6°	60 h/a	140 h/a
Básico em Psicologia Social, das Organizações e do Trabalho	80 h/a	7°	60 h/a	140 h/a
Básico em Psicologia Clínica	80 h/a	8°	60 h/a	140 h/a
Específico em Psicologia Social, das Organizações e do Trabalho I	80 h/a	9°	160 h/a	240 h/a
Específico em Psicologia Clínica I	80 h/a	9°	160 h/a	240 h/a
Específico em Psicologia Social, das Organizações e do Trabalho II	80 h/a	10°	160 h/a	240 h/a
Específico em Psicologia Clínica II	80 h/a	10°	160 h/a	240 h/a

Conforme recomendações do CFP,

*Dos Estágios Específicos:*

*Dada à complexidade dos estágios específicos, nas supervisões grupais,*

*o grupo deve ser composto por no máximo **dez estagiárias (os)** para um mínimo de quatro horas-aula de supervisão semanal. Indica-se como adequado, entretanto, o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal. No caso de supervisão individual, recomenda-se o tempo mínimo de meia hora-aula semanal.*

*Os estágios básicos:*

*Para os estágios básicos que incluam atividades de menor complexidade, como observações e visitas técnicas, orientamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até **dez alunas (os)** pelo tempo mínimo de duas horas- -aula semanais. Para os que incluam atividades de maior complexidade, como coordenar e manejar processos grupais, atuar inter e multiprofissionalmente, realizar psicoterapia, entre outros, recomendamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até dez alunos pelo tempo mínimo de quatro horas- -aula semanais. Nesse caso, também se indica como adequado o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal.*

## 1.2 ORIENTAÇÕES GERAIS AO ESTAGIÁRIO DOS ESTÁGIOS BÁSICOS:

I - O(A) ESTAGIÁRIO(A) terá acompanhamento do(a) responsável técnico(a) da instituição CONCEDENTE, se houver, e/ou de preceptor(a) e supervisão e acompanhamento técnico, teórico e pedagógico de seu(sua) professor(a) supervisor(a).

II - O(A) ESTAGIÁRIO(A) compromete-se a atender às seguintes disposições:

- cumprir as normas internas das Faculdades IESGO e da instituição CONCEDENTE, local onde realizará o estágio;
- cumprir fielmente o plano de atividades da disciplina de Estágio Supervisionado Básico em Psicologia, de acordo com as instruções do(a) professor(a) supervisor(a) de estágio;
- planejar e registrar as atividades de estágio na forma e padrões estabelecidos na proposta do estágio;
- atuar com zelo e dedicação na execução de suas atribuições, de forma a evidenciar desempenho satisfatório nas avaliações periódicas a serem realizadas pelo(a) profissional da instituição CONCEDENTE que acompanha o estágio e/ou pelo(a) preceptor(a);
- comunicar ao professor(a) supervisor(a) do estágio curricular e à instituição CONCEDENTE alterações nas atividades programadas, apresentando a devida justificativa;

- manter postura ética e profissional com relação à instituição CONCEDENTE, respeitando suas normas internas, decisões administrativas e político-institucionais;
- respeitar, acatar e preservar as normas internas da instituição CONCEDENTE, mantendo rígido sigilo sobre as informações de caráter privativo nela obtidas, abstendo-se de qualquer atitude que possa prejudicar o bom nome, a imagem ou a confiança interna e pública da mesma;
- publicar informações acerca da instituição CONCEDENTE em relatórios, artigos científicos ou qualquer outra forma de publicação, somente mediante autorização prévia e escrita da mesma;
- manter relacionamento interpessoal satisfatório, tanto com profissionais, quanto com clientes e público em geral, de acordo com os valores da instituição concedente e os princípios éticos da profissão;
- ter conhecimento do Código de Ética do Psicólogo, respeitar e cumprir as normas estabelecidas neste documento;
- ter conhecimento e cumprir as determinações estabelecidas na plano de ensino do estágio;
- ressarcir à instituição CONCEDENTE qualquer dano material a ela causado por negligência, imprudência ou imperícia;
- responder judicialmente por atos ilícitos praticados durante a vigência deste documento;
- comunicar à instituição concedente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a decisão de cancelar as atividades de estágio, bem como, com antecedência de pelo menos 01 (um) dia, a necessidade de faltar ao turno de estágio, apresentando justificativa ao(a) profissional responsável na instituição concedente;
- comunicar, por escrito e formalmente, à instituição de ensino (ao responsável pelo estágio no curso) o cancelamento ou desistência do estágio, com antecedência mínima de 03 (três) dias letivos.

III - O(A) ESTAGIÁRIO(A) terá acompanhamento do(a) responsável técnico(a) da instituição CONCEDENTE, se houver, e/ou de preceptor(a) e supervisão e

acompanhamento técnico, teórico e pedagógico de seu(sua) professor(a) supervisor(a);

IV - O(A) ESTAGIÁRIO(A) terá permissão para o acesso às instalações e aos recursos da instituição CONCEDENTE, quando previstos no planejamento de atividade;

VII - Os(As) estagiários(o) devem respeitar os horários agendados e comunicar previamente seu não comparecimento.

VIII - É imprescindível a anotação dos horários de chegada e de saída na ficha de controle de frequência de estágio do estagiário, bem como a assinatura do(a) responsável técnico(a) da instituição concedente.

IX - É imprescindível a anotação das atividades desenvolvidas, data e número de horas em supervisão e a assinatura do(a) professor(a) supervisor(a) na ficha de frequência de estágio do estagiário.

X - Ao deixar a instituição concedente, o estagiário também deve verificar os materiais utilizados e as condições do espaço onde realiza seu estágio, se ficou de acordo com as exigências da instituição;

XI - Os alunos devem desligar seus aparelhos celulares durante a realização do estágio e deixar em modo silencioso nas dependências da instituição concedente.

XII - Roupas desapropriadas, conversas em alto tom e lanches nas dependências da instituição, não são permitidos, apenas num momento de intervalo;

XIII - Os alunos não poderão em hipótese alguma receber dinheiro ou bens dos usuários dos serviços prestados pela instituição CONCEDENTE. Uma vez descumprindo as normas previamente estabelecidas, o(a) aluno(a) poderá ser advertido por escrito ou oralmente; ser suspenso por tempo determinado/indeterminado, ou reprovar na disciplina de estágio.

XIV - Para realizar as atividades previstas no estágio, o(a) aluno(a) deve ter realizado supervisão prévia com o professor supervisor de estágio ou em sua

falta e na urgência do caso, com o(a) Responsável Técnico(a), em caráter especial;

XV - A cada sessão, o aluno deverá redigir o registro da atividade realizada que ficará sob sua guarda;

XVI - O aluno poderá efetuar o encerramento ou concluir o estágio na instituição CONCEDENTE, nos casos:

- em que houver comum acordo entre estagiário/supervisor/instituição CONCEDENTE, devido a estarem, naquele momento e na opinião de todos, supridas as necessidades da instituição CONCEDENTE.

- em que houver total cumprimento da carga horária previamente estabelecida de 60 horas de prática do estágio em Psicologia, bem como as 80 horas de supervisão;

XVII - O(A) ESTAGIÁRIO(A) terá o estágio cancelado nas situações seguintes:

a) por sua solicitação;

b) pela interrupção do curso que frequenta (por trancamento ou abandono do curso);

c) pela veiculação de dados e informações a que tiver acesso, em decorrência das atividades;

d) pelo descumprimento das normas estabelecidas para a realização, expressas neste termo de compromisso;

e) por demonstrar comportamento social incompatível com as características da instituição concedente;

f) pelo não comparecimento, sem a devida justificção prevista em Lei, às supervisões, sendo tolerável apenas 25% (vinte e cinco por cento) de faltas no decorrer de todo o semestre letivo, ou seja, ultrapassando este limite, a prática será imediatamente cancelada;

g) quando qualquer uma das partes tomarem iniciativa do rompimento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

### **1.2.1 Direitos e Deveres**

**São direitos dos alunos:**

I - ser acompanhado por profissional de psicologia habilitado durante todo seu percurso como aluno;

II - ser esclarecido sobre as normas e regras constantes no Código de Ética do Psicólogo e no Manual do CIEPPsi;

III - cumprir toda a carga horária estabelecida na proposta da componente curricular;

IV - poder dirigir qualquer reclamação, sugestão ou reivindicação que possa contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem ao Responsável Técnico pelo CPA, bem como à Coordenação do Curso de Psicologia;

V - receber ao final de cada estágio, sua média final e os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VI - ser acolhido em suas dificuldades e contar com apoio e suporte das Faculdades IESGO;

VII - solicitar afastamento (ou ser a ele solicitado pela equipe pedagógica) das atividades nos casos em que esteja em situação de vulnerabilidade e/ou risco, seja ela emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científicos ou de qualquer outra natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário, ao aluno e ao professor supervisor;

VIII - recorrer ao professor(a) supervisor(a) quando encontrar dúvidas e situações que não esteja se sentindo suficientemente preparado para manejar, devendo ser devidamente orientado.

#### **São Deveres do Alunos:**

I - estar no local de realização do estágio com antecedência mínima de 10 minutos em relação à hora marcada e comunicar também com antecedência mínima de 24 horas sua ausência no estágio ou atividade prática ao professor(a) supervisor(a), além de desmarcar todas as suas atividades e atendimentos do dia, com exceção de casos extremos, os quais deverão ser analisados pelo(a) responsável técnico(a) e/ou preceptor(a);

II – em caso de não comparecimento, a instituição concedente também deve ser avisada com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, para fins de remarcação e/ou organização;

III – assinar a ficha de frequência de estágio na entrada e saída dos horários de realização do estágio, ou cumprir horas de estudos (nestes casos, o(a) responsável técnico(a) da instituição concedente ou o(a) preceptor(a) e o(a) professor(a) supervisor(a) deverão estar cientes e assinarão a ficha de frequência de estágio com as horas acordadas para estudo, a fim de comprovação da carga horária);

IV - seguir o código de Ética Profissional do Psicólogo;

V - estar sempre caracterizado com o crachá das Faculdades IESGO, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VI – usar jaleco, conforme exigências das instituições concedentes, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VII - ter rigor na utilização de materiais, no que diz respeito ao seu emprego, a organização e limpeza, sendo que o material danificado ou extraviado por descuido do aluno deverá ser repostado pelo mesmo;

VIII - manter em dia os prontuários e registros e estar sempre atento à guarda de documentações referentes ao estágio e ao sigilo inerente;

IX - durante o atendimento à instituição, não abandonar o local para tratar de assuntos particulares ressalvando-se casos extremos que serão analisados pelo(a) Responsável Técnico(a) e/ou preceptor(a);

**Fica proibido:**

IX – obter vantagens para si ou para terceiros por meio de suas atividades junto à instituição concedente;

X – retirar qualquer documento relacionado à instituição concedente sem autorização prévia do(a) Responsável Técnico(a) da referida instituição;

XI – o atendimento fora do período determinado a cada setor, salvo casos previamente acordados com a Coordenação de Psicologia;

XII – o uso de aparelhos celulares durante o estágio.

***São aplicáveis aos acadêmicos que atuam nos estágios básicos em Psicologia, as seguintes sanções disciplinares:***

I – advertência verbal;

II – advertência por escrito;

II – reprovação no estágio supervisionado básico.

A carga horária dos Estágios Supervisionados Básicos é de 140 horas, sendo 80 horas/aula em supervisão de estágio que será realizada na IESGO e 60 horas de atividade prática na instituição CONCEDENTE, em jornada semanal de 04 horas durante 15 semanas.

## **2. Apresentação do Serviço Clínica Escola CIEPPSI**

O serviço Clínica Escola (CIEPPSi), de acordo com o projeto pedagógico do curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO tem o objetivo principal, proporcionar a estrutura necessária para o cumprimento dos estágios designados na matriz curricular do curso de Psicologia. A proposta do CIEPPSi é oferecer para a comunidade de Formosa e região um serviço de Psicologia sério e competente, formar profissionais éticos, qualificados e inovadores, sintonizados com a intervenção, a extensão e a pesquisa no campo da Psicologia. O objetivo é atender com padrão de excelência toda clientela encaminhada por escolas, serviços públicos, assistência social, serviços de saúde ou por demanda espontânea.

Como prática de estágio profissional a serem realizados na comunidade, os estágios “têm configurado uma realidade crescente, já que oportuniza o desenvolvimento de competências para lidar com os limites e com as possibilidades na construção de uma Psicologia vinculada à realidade contextual brasileira” (Boeckel, Krug, Lahm, Ritter, Fontoura, & Sohne, 2010, p. 43).

O Serviço de Clínica-Escola de Psicologia foi estruturado objetivando diferentes tipos de atendimentos (individual e grupal) e usuários (crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias). O CIEPPSi é um espaço para desenvolvimento das habilidades e competências adquiridas durante o percurso acadêmico por meio dos estágios básicos e específicos e na realização de projetos de extensão que são oferecidos ao longo do curso de Psicologia. Nele, os acadêmicos realizam intervenções embasadas nas

diversas teorias e técnicas psicológicas, que visam beneficiar a comunidade local e, ao mesmo tempo, enriquecer sua formação acadêmica.

Para o funcionamento adequado do serviço oferecido, foi elaborado o presente manual tendo como base documentos imprescindíveis para a estruturação

de uma clínica-escola, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), as diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (Resolução CNE/ME nº 05, de 15/03/2011), a Nova Lei do Estágio 11.788/2008, a Resolução do CFP 03/2007, o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO, entre outros.

## **2.1 Concepção e Objetivos do CIEPPSI**

O projeto pedagógico do curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO, no seu item 7, prevê a criação e manutenção do Serviço-Escola de Psicologia CIEPSI, com os objetivos de atender às necessidades de formação dos alunos das Faculdades Integradas IESGO, no que diz respeito aos estágios práticos supervisionados nos diferentes campos de aplicação da psicologia; incentivar e promover cursos, eventos e programas de atualização para acadêmicos das Faculdades Integradas IESGO e para profissionais em geral; promover a integração do núcleo com a comunidade através da prestação de serviços nas diferentes modalidades no campo da psicologia; estimular pesquisas na área da psicologia, privilegiando a atitude investigativa no contato com a prática. Trata-se do espaço apropriado capaz de aliar “a formação profissional e a consolidação das competências propostas pelas Diretrizes Curriculares à prestação de serviços à comunidade” (CRP/SP, 2010, p. 7).

Como Serviço-Escola, o CIEPPSI tem como meta “oferecer condições físicas, materiais, administrativas e pedagógicas para a realização dos estágios obrigatórios do curso de Psicologia, prestar serviço à comunidade e propiciar pesquisas nos diversos campos de atuação do psicólogo” (CRP/SP, 2010, p. 7).

Com base no Código de Ética Profissional do Psicólogo,

*O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano,*

*apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. (CFP, 2005)*

*O CIEPPsi, como Serviço Clínica-Escola de Psicologia, têm como finalidade básica possibilitar o treinamento de alunos mediante a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, o que pode contribuir para a formação de profissionais adequadamente habilitados e capazes de expandir as práticas psicológicas em consonância com as novas realidades e demandas sociais, políticas e culturais da atualidade. Além disso, as Clínicas-Escola também exercem um papel social de extrema importância, uma vez que oferecem à população economicamente desfavorecida uma possibilidade de acesso a serviços psicológicos gratuitos ou de baixo custo financeiro. (Peres, Santos, & Coelho, 2004, p. 47)*

*Cada Serviço Clínica-Escola de Psicologia proporciona aos alunos a sensibilidade humana e social, o sentido de justiça e a capacidade de assumir posições. O conjunto dessas habilidades pode se somar à persistência, à capacidade de problematização e de reflexão personalizada, ao olhar crítico e reflexivo sobre a realidade social. A clínica-escola faz a ligação do futuro profissional com a sociedade. Não existe um modelo fixo, adequado ou padronizado para ser seguido pelas faculdades que possui clínica escola, pelo fato de existirem diferenças regionais e de estrutura das universidades.*

*Desta forma, não há possibilidade de generalização e Cada Clínica escola pode ser considerada como única e exclusiva. (Souza, et al., 2012, p. 7)*

Portanto, “ser clínico se aprende sendo, ou seja, a ênfase do estudo teórico nesta área não refuta a ideia de que a clínica se aprende no contato com o paciente” (Perfeito & Melo, 2004, p. 34). Nesse contexto,

*Constituídas a partir de uma obrigatoriedade legal, organizadas de acordo com as necessidades e possibilidades próprias de cada contexto, as Clínicas-Escolas oferecem atendimento gratuito ou semi-gratuito para a comunidade, aproximando o estudante, psicólogo em formação, das demandas de sua comunidade em um local próprio para a prática clínica supervisionada, a fim de capacitá-los para o exercício da profissão. O estágio na Clínica-Escola caracteriza-se por um momento importante do ensino em que teoria e prática se articulam. (Souza, Barros, Almeida, Garcia, Liba, Batista, & Zanetti, 2012, p. 7)*

## **2.2 A obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos nos Serviços-Escola**

De acordo com as Recomendações aos Serviços-Escolas de Psicologia (CRP-SP, 2010), o Conselho Federal de Psicologia tornou obrigatório, por meio da Resolução n.º1, de 30 de março de 2009, o registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, quando “(...) não puder ser mantido prioritariamente sob a forma de prontuário psicológico, por razões, que envolvam a restrição do compartilhamento de informações com o usuário e/ou beneficiário do serviço prestado” (art.1º).

Especifica ainda, no artigo 1º, parágrafos 1.º e 2.º, que: § 1º. O registro documental em papel ou informatizado tem caráter sigiloso e constitui-se de um conjunto de informações que tem por objetivo contemplar de forma sucinta o trabalho prestado, a descrição e a evolução do caso e os procedimentos técnico-científicos adotados. § 2º. Deve ser mantido permanentemente atualizado e organizado pelo psicólogo que acompanha o procedimento.

Deverá ser organizada uma pasta para cada usuário do Serviço-Escola. A pasta conterá os seguintes registros: prontuário do usuário e documentos

resultantes do atendimento de uso exclusivo do estagiário e do supervisor. Os prontuários deverão ser entregues imediatamente após a realização do atendimento. Não é permitido ao aluno estagiário levar o documento para ser feito em casa.

Constará do prontuário do usuário (art. 2º):

I - identificação do usuário/instituição;

II - avaliação de demanda;

III - registro da evolução dos atendimentos, de modo a permitir o conhecimento do caso e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnico-científicos adotados;

IV - registro de Encaminhamento ou Encerramento;

V - cópia de outros documentos produzidos pelo psicólogo para o usuário/instituição do serviço de psicologia prestado, que deverá ser arquivada, além do registro da data de emissão, finalidade e destinatário.

O prontuário é de acesso irrestrito ao paciente/usuário do serviço de saúde ou a um terceiro por ele autorizado. Essa garantia lhe é dada pela Portaria do Ministério da Saúde que estabelece Deveres e Direitos dos Usuários dos Serviços de Saúde (Ministério da Saúde/SUS – Portaria GM-MS n.º 1820/09). A instituição fornecerá o conteúdo do prontuário ao usuário, caso ele solicite. No serviço psicológico de qualquer natureza (governamental, particular, convênio, Serviço-Escola) este direito é assegurado a qualquer pessoa.

Não farão parte do prontuário os documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica (art.2. VI). Estes deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do estagiário e do psicólogo supervisor. Nos Serviços-Escola, além dos documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica, os relatórios de supervisão, observações e instruções dos supervisores e registros administrativos serão arquivados na pasta de registro documental, por se tratar de conteúdo acadêmico, exclusivamente compartilhado entre supervisor e estagiário. Entretanto, nesta pasta deverá constar também o prontuário da pessoa atendida. Ao Estagiário é proibido sair do CIEPPsi sem entregar o prontuário de atendimento realizado. O prazo de entrega dos documentos produzidos pelo usuário/paciente é imediato, podendo ser advertido

verbalmente ou formalmente caso não entregue no mesmo dia do atendimento realizado.

Observamos que, na circulação de informações contidas nos documentos, os cuidados com o sigilo profissional devem ser redobrados, dado o uso crescente das novas tecnologias eletrônicas. É importante, ainda, distinguir o registro documental de outros registros ou anotações pessoais do estagiário. Esses registros ou anotações são produção de caráter não obrigatório, pertencem ao estagiário ou ao supervisor. Não há regulamentação que defina formas ou regularidade destas anotações, sua acessibilidade é definida pelo psicólogo, implicando também a estas anotações o sigilo profissional. (CRP-SP, 2010).

Entre outras considerações, a Resolução levou em conta que o registro documental é um documento valioso para o psicólogo, para quem recebe atendimento e para as instituições envolvidas. Será também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, e poderá ser utilizado como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal. (CRP-SP, 2010).

## **2.3 FUNCIONAMENTO DO CIEPPsi**

### **2.3.1 População atendida**

Os serviços oferecidos pelo Centro Integrado de Estudo, Pesquisa e Prática em Psicologia (CIEPPsi), Clínica-Escola das Faculdades Integradas IESGO estão voltados para a comunidade em geral de Formosa (GO) e seu entorno. O valor do atendimento psicológico será fixo e mensal, no valor de R\$20,00 (vinte reais), corresponde a 4(quatro) sessões.

### **2.3.2 Do Horário de funcionamento**

A Clínica-Escola de Psicologia das Faculdades IESGO funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13:30 às 17:30 de segunda- feira á sexta-feira e das 19h às 22:30 na quinta-feira.

### **2.3.3 Das Inscrições para atendimentos**

Não existe um período de inscrição, contudo, a cada início do semestre são selecionadas pessoas já interessadas e em lista de espera conforme o número de alunos por disciplinas de Estágio na área da Psicologia Clínica.

Deve-se realizar a inscrição a partir do contato por telefone, pessoalmente, no próprio CIEPPsi, ou por cadastro on-line no site das Faculdades Integradas Iesgo.

Para atendimento psicoterapêutico, a inscrição deverá ser realizada pessoalmente ou cadastro no site das Faculdades Integradas Iesgo, na página do CIEPPsi. É obrigatória a triagem do paciente/usuário.

No momento do preenchimento da ficha de inscrição (anexo I) o interessado será comunicado sobre a existência ou não de vagas imediatas. Caso não haja vagas, ele aguardará em uma lista de espera. Uma vez sendo disponibilizada a vaga, ele será comunicado sobre o dia e o horário para a realização da triagem. As fichas de inscrição serão arquivadas em uma pasta específica sob responsabilidade da secretária e do Responsável Técnico pelo CIEPPsi.

### **2.3.4 Os atendimentos**

A triagem é realizada pelos alunos de Psicologia que cursam as disciplinas de Estágio Básico em Clínica, Estágio Ênfase I em Clínica e Estágio Ênfase II em Clínica. A triagem será supervisionada pelos professores das referidas disciplinas e acompanhada pelo responsável técnico do CIEPPsi. Os clientes serão escolhidos de acordo com a demanda de atendimentos de cada disciplina em questão.

Os horários para atendimento serão marcados pela secretária da clínica, de acordo com a disponibilidade dos alunos. Os alunos podem acompanhar a marcação do atendimento, mas não realizá-las.

### **2.3.5 Atendimento Psicoterápico**

#### **2.3.5.1 O Primeiro atendimento**

No primeiro atendimento o estagiário deverá solicitar à secretaria a ficha de triagem realizada anteriormente. Após a realização do atendimento, o aluno deverá devolver a ficha à secretaria para ser arquivada novamente. É terminantemente proibida a retirada de quaisquer documentos referentes ao

atendimento realizado pelo estagiário. A retirada só pode ser feita mediante autorização, por escrito, do Supervisor do Estágio, Responsável Técnico ou Coordenação do CIEPPsi.

No primeiro encontro, o estagiário deverá ler e entregar ao usuário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Anexo II**), para que este tome conhecimento das normas de funcionamento do serviço oferecido e assine, sendo este colocado na pasta de prontuário do paciente. Após o atendimento do usuário, o estagiário deverá entregar o prontuário e os documentos produzidos em atendimento à secretaria no mesmo dia.

#### **2.3.5.2 Os Demais atendimentos**

Os estagiários devem preencher imediatamente após cada sessão o formulário de registro de atendimento (**Anexo III**) que serão arquivadas em uma pasta para usuários em atendimento. O tempo para atendimento é de 50 minutos, havendo tolerância de 10 minutos. Assim como no primeiro atendimento, o aluno deverá devolver as fichas à secretaria para ser arquivada novamente quando encerrar a consulta.

#### **2.3.5.3 Desistência ou encerramento de atendimentos**

Uma vez havendo desistência ou finalização dos atendimentos, a ficha deverá ser arquivada, juntamente com a ficha de triagem, inscrição e ficha de follow-up. Tais dados servirão para pesquisas futuras e serviço de acompanhamento (follow-up) a ser realizado pelos alunos.

#### **2.3.5.4 Follow-up de Encaminhamentos**

Os estagiários da disciplina de Estágio Básico em Clínica são responsáveis pela realização do Follow-up dos pacientes/usuários que foram encaminhados para outras instituições/serviços.

### **2.3.6 REGRAS E NORMAS DOS ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

#### **2.3.6.1 Disposições Gerais**

Os estagiários devem respeitar os horários agendados e comunicar previamente seu não comparecimento. Também é imprescindível a assinatura na lista de presença de estagiário, no momento da chegada e na saída.

Uma vez mudando a sua disponibilidade para atendimento, também deverá comunicar com antecedência à secretaria para que não haja transtornos no processo de agendamento de usuários. O aluno pode acompanhar a marcação dos atendimentos com a secretária.

Ao deixar a sala de atendimento o estagiário também deve verificar os materiais utilizados e as condições de sala de atendimento para outros estagiários possam utilizar o mesmo espaço.

Os alunos deverão deixar os aparelhos de telefone celular em modo silencioso nas dependências da clínica. Durante o atendimento, deverá desligar seu telefone e em hipótese alguma deverá manusear o aparelho. Roupas desapropriadas, conversas em alto tom nas mediações da clínica-escola e lanches em salas de atendimento não são permitidos. Solicita-se também a utilização de crachá durante a permanência na clínica.

Os alunos são permanentemente proibidos de receber dinheiro ou bens dos usuários dos serviços prestados pelo CIEPPSI. Uma vez descumprindo qualquer uma das normas da clínica, o aluno poderá ser advertido oralmente e por escrito. Em caso de reincidência, o aluno será reprovado na disciplina de estágio.

A triagem será realizada por alunos do curso de Psicologia das Faculdades Integradas IESGO que cursam as disciplinas de Estágio Básico em Clínica ou pelos alunos do Estágio Específico I ou II. Este procedimento terá a supervisão do professor supervisor de estágio, ou ainda do Responsável Técnico e não implicam em custos para o usuário.

O usuário deverá assinar um Termo de Consentimento e receber informações sobre horários, sigilo, desligamento e continuidade dos atendimentos.

Para realizar o atendimento clínico, o aluno deve ter realizado supervisão prévia com o professor supervisor de estágio ou em sua falta e na urgência do caso, do Responsável Técnico, em caráter especial.

A cada sessão, o aluno deverá preencher o prontuário do usuário (Anexo III) que ficará arquivado na pasta individual do paciente/usuário. O prontuário deve ser entregue no mesmo dia do atendimento realizado.

O tempo para atendimento deve ser respeitado de acordo com o que foi previamente agendado na secretaria.

O aluno poderá efetuar o desligamento do usuário que está em atendimento psicoterapêutico se:

I - houver necessidade de encaminhamento (o que será feito por meio de documento formal com a ciência do Responsável Técnico pelo CIEPPSI, assinado por este, o estagiário e professor supervisor);

II - o usuário deixar de comparecer às sessões por três vezes consecutivas sem justificativa ou a critério de cada supervisor considerando a especificidade de cada caso e acordado anteriormente com o usuário no ato da primeira entrevista;

III - comum acordo entre usuário e aluno/supervisor devido a estarem, naquele momento e na opinião de ambos, supridas as necessidades da pessoa atendida.

Caso haja o desligamento ou encerramento deverão ser arquivados na pasta do usuário os documentos pertinentes aos atendimentos. O usuário que for desligado por faltas deverá ser colocado novamente na lista de espera a menos que seja de interesse expresso do mesmo não ser atendido no futuro.

#### **2.3.6.2 Direitos e Deveres do Estagiário no Serviço escola**

São direitos dos alunos:

I - ser acompanhado por profissional de psicologia habilitado durante todo seu percurso como aluno;

II - ser esclarecido sobre as normas e regras constantes no Regulamento de Estágio, no Código de Ética do Psicólogo, no Regulamento do CIEPPSI e das normas institucionais;

III - perfazer toda a carga horária estabelecida na proposta da componente curricular;

IV - poder dirigir qualquer reclamação, sugestão ou reivindicação que possa contribuir para a melhoria do CIEPPSI e do ensino-aprendizagem ao Coordenador do CIEPPSI e Responsável Técnico, bem como ao Coordenador do Curso de Psicologia;

V - receber ao final de cada estágio, sua média final e os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VI - ser acolhido em suas dificuldades e contar com apoio e suporte das Faculdades Integradas IESGO, por meio do Setor do Núcleo de Atendimento Discente e de Acessibilidade - NApA;

VII - solicitar afastamento das atividades nos casos em que esteja em situação de vulnerabilidade e/ou risco, seja ela emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científicos ou de qualquer outra natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário;

VIII - recorrer ao supervisor quando encontrar dúvidas e situações que não esteja sentindo-se suficientemente preparado para manejar, devendo ser devidamente orientado.

#### **2.3.6.3 Aos estagiários compete:**

I - estar no local para atendimento ao usuário ou grupo com antecedência em relação à hora marcada e comunicar também antecipadamente sua ausência no estágio ou atividade prática, além de desmarcar todas as suas atividades e atendimentos do dia;

II - confirmar na secretaria os horários e salas disponíveis no ato do atendimento e preferencialmente com algumas horas de antecedência e, caso haja a necessidade de desmarcar, a secretaria deve ser avisada com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência para que este horário possa ser disponibilizado a outro aluno;

III – assinar a ficha de frequência na entrada e saída dos horários de plantão psicológico, quando for atender ou cumprir horas de estudos;

IV - seguir o código de Ética Profissional do Psicólogo;

V - estar sempre caracterizado com o crachá das Faculdades Integradas IESGO, ficando impedido de estagiar na ausência deste;

VI - ter rigor na utilização de materiais de expediente no que diz respeito a sua utilização racional, a organização e limpeza, sendo que o material danificado ou extraviado por descuido do aluno deverá ser repostado pelo mesmo;

VII - manter em dia os prontuários e registros e estar sempre atento a guarda da documentação do usuário e ao sigilo inerente;

#### **2.3.6.4 Aos estagiários é proibido:**

I - durante o atendimento ao usuário, abandonar o local para tratar de assuntos particulares ressalvando-se casos extremos que serão analisados pelo responsável técnico;

II - obter vantagens para si ou para terceiros por meio de suas atividades no CIEPPsi;

III - retirar qualquer documento relacionado ao usuário sem autorização prévia por escrita do responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio ou Coordenador do CIEPPsi.

IV - realizar atendimento fora do período determinado a cada estágio, salvo casos previamente acordados com a Coordenação do CIEPPsi;

V - realizar atendimento em local que não sejam as salas próprias para atendimento clínico disponíveis no CIEPPsi, salvo autorização do responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio ou Coordenação do CIEPPsi, em casos especiais;

VI - o uso de aparelhos celulares durante atendimentos a usuários; em casos de urgência, poderão deixar os aparelhos na secretaria do CIEPPsi;

#### **2.3.6.5 ORIENTAÇÕES SOBRE OS ATENDIMENTOS CLÍNICOS**

Para atendimentos realizados no CIEPPsi, os alunos deverão atentar para as seguintes orientações:

I - evitar contato com usuário ou com acompanhantes no corredor;

II - ao realizar ligações aos usuários tomar muito cuidado com o sigilo e discrição;

III - chegar ao CIEPPsi pelo menos 15 minutos antes do horário agendado;

IV - comunicar a secretaria assim que chegar para o atendimento;

V - solicitar a chave da sala de brinquedos caso tenha que pegar algum material;

VI - conferir o material utilizado na sessão antes de entregá-lo para a secretaria;

VII - zelar pelo material higienizando o mesmo após utilização;

VIII - comunicar a secretaria sobre brinquedos defeituosos, falta de peças, problemas nos testes, ou materiais fora do lugar correto;

IX - manter a pasta do usuário em ordem e nunca retirar nenhum documento;

X - manter a porta, a cortina e as janelas das salas de atendimento fechadas durante a sessão;

XI - após a sessão deixar a sala de atendimento com a porta aberta e as luzes apagadas;

XII - não interromper o atendimento de um colega, caso seja necessário comunicar o Responsável Técnico;

XIII - após cada atendimento organizar a sala para utilização posterior;

XIV - caso utilizem mais cadeiras, mesas e outros móveis, estes devem ser devolvidos ao seu local de origem após o atendimento;

XV - o uso do crachá é obrigatório em todos os locais de estágio;

XVI - o horário de atendimento deve ser respeitado integralmente mesmo sem a presença do usuário;

XVII - se o usuário não comparecer, a ligação deve ser feita fora do horário da sessão e de modo objetivo, em local sigiloso e de forma discreta;

XVIII - o aluno nunca deve comentar sobre os casos na secretaria e em nenhum outro local, mesmo que sejam ocultados os nomes. Os relatos de casos devem ser restritos às supervisões.

XIX - os armários onde estão os documentos dos usuários devem estar sempre chaveados. É dever do aluno, zelar para que esteja devidamente protegido, inclusive relatando inadequações ao responsável técnico.

#### **2.3.6.6 Sanções Disciplinares**

São aplicáveis aos acadêmicos que atuam no CIEPPsi, sem prejuízo de outras mais graves, as seguintes sanções disciplinares:

I – advertência verbal;

II – advertência por escrito;

II – reprovação no estágio.

O não cumprimento das regras e normas pode ser avaliado pelo responsável técnico pelo serviço clínica-escola, professor supervisor de estágio, Coordenação do CIEPPSI e Coordenação do Curso de Psicologia, que tomarão as sanções disciplinares cabíveis.

As sanções disciplinares serão aplicadas de acordo com a gravidade da ação proibida praticada. Para tanto, a depender da norma e regra violada e em caso de consenso entre o responsável técnico, professor supervisor de estágio,

Coordenação do CIEPPSI ou Coordenação do Curso de Psicologia, o aluno poderá ser reprovado sem receber advertência verbal e escrita.

#### **2.3.6.7 À coordenação do CIEPPSI compete:**

I – responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia e o Curso de Psicologia, pelos serviços e atividades desenvolvidas na clínica-escola;

II - vincular a política de atividades do serviço ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Psicologia;

III – elaborar, em conjunto com a coordenação do Curso de Psicologia, o planejamento dos serviços a serem prestados pelo CIEPPSI;

IV - coordenar, planejar, supervisionar, representar e responder pelas atividades administrativas da clínica-escola junto à comunidade interna e externa;

III - zelar pela qualidade da formação oferecida aos alunos e dos serviços prestados;

IV - estabelecer normas para a realização dos estágios e fiscalizar o seu cumprimento;

V - organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica;

VI - credenciar e manter contato com as entidades conveniadas, bem como propor novos campos de estágio;

VII - convocar e presidir as reuniões mantendo contato com os professores supervisores de estágio;

VIII - propor seminários temáticos com fins de prevenir e superar alguma dificuldade dos acadêmicos e da comunidade assistida;

IX - listar os alunos que realizarão estágio durante o semestre seguinte, sua distribuição por estágios (Básico de Clínica, Ênfase I e II) para os professores supervisores;

X – solicitar uma entrevista com o estagiário para avaliar situações de vulnerabilidade e/ou risco que o mesmo se encontre. O estagiário poderá remarcar a

entrevista uma única vez. O não cumprimento acarretará notificação por escrito ao estagiário de uma segunda entrevista. A ausência do estagiário implica na suspensão de suas atividades de estágio até que a entrevista seja realizada;

XI – solicitar afastamento dos estagiários para tratamento/psicoterapia em situação de vulnerabilidade e/ou risco, seja ele emocional, insuficiência de conhecimentos técnico-científico ou de qualquer natureza que inviabilize o trabalho com qualidade ao usuário;

XII – acompanhar os estagiários afastados (artigo XI) para verificar a condição de retorno ao estágio no corrente semestre ou se os mesmos serão reprovados. Cabe ainda avaliar o estado e disposição psicológica do estagiário para retorno ao estágio nos semestres seguintes;

XIII – manter o professor supervisor do estágio e o responsável técnico do CIEPPsi informados sobre a situação dos alunos que estão sendo acompanhados pela coordenação;

XIV – cumprir e fazer cumprir os dispositivos previstos no Código de Ética do psicólogo e as resoluções do Conselho Regional e Federal de Psicologia, bem como o que estiver estabelecido no Regimento Interno da clínica-escola.

XV - responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia, pelo caráter técnico das atividades desenvolvidas no CIEPPSI.

Parágrafo Único: Na ausência do Coordenador do CIEPPSI, todas as competências são atribuídas ao Coordenador do Curso de Psicologia em exercício.

#### **2.3.6.8 Ao responsável técnico compete:**

I – organizar as comunicações, protocolo geral e controle documental do CIEPPsi(memorandos, assinatura de atestados, encaminhamentos);

II – cuidar da postura ética profissional dos estagiários (atrasos, condutas, vestimentas, etc.) comunicando ao supervisor responsável sobre possíveis irregularidades;

III – centralizar e organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica e os projetos de estágio, ensino, pesquisa e extensão a ela vinculados;

IV – auxiliar na parte administrativa e funcional da clínica;

V - zelar e responder pela guarda do material psicológico utilizado;

VI - gerenciar o uso de materiais, distribuição e manutenção do espaço físico;

VII – orientar os funcionários e esclarecer dúvidas quanto ao funcionamento e regimento do serviço;

VIII – orientar os estagiários sobre o funcionamento da clínica;

IX – organizar as informações sobre os serviços prestados na clínica;

X – comunicar ao Coordenador do CIEPPsi, professor supervisor ou Coordenador do Curso de Psicologia informações sobre o estagiário que apresente qualquer situação de dificuldade ou vulnerabilidade apresentada durante o estágio;

X - responsabilizar-se, perante o Conselho Regional de Psicologia, pelo caráter técnico das atividades desenvolvidas no CIEPPsi.

### 3. REFERÊNCIAS

Boeckel, M. G., Krug, J. S., Lahm, C. R., Ritter, F., Fontoura, L. O., & Sohne, L. C. (2010). O Papel do Serviço-Escola na Consolidação do Projeto Pedagógico do Curso De Psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação*, 1(1), 41–51.

Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.* Brasília, Diário Oficial da União (2008).

Câmara de Educação Superior, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. *Resolução Nº 5, de 15 de Março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.* Brasília, Diário Oficial da União, Sessão 1, p. 19 (2011).

- Câmara de Educação Superior, Conselho Nacional de Educação. (2004). Notícia: Diretrizes Curriculares Nacionais Para os Cursos de Graduação em Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 2905–208.
- Chaves, P. B., & Henriques, W. M. (2008). Plantão Psicológico: De Frente com o Inesperado. *Psicologia Argumentativa*, 26(53), 151–157.
- Conselho Federal de Psicologia. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Resolução CFP N° 010/05, 19p (2005).
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP N° 019/2000. Institui o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF*. Resolução CFP 019/2000 (2000).
- Conselho Federal de Psicologia. (2013) Carta de serviços sobre estágios e serviço escola. Brasília.
- Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP). (2010). *Recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo. Compromisso Ético para a Formação de Psicólogos*. CRP-SP / Fonte Design.
- Furigo, R. C. P. L., Sampedro, K. M., Zanelato, L. S., Foloni, R. F., Ballalai, R. C., & Ormrod, T. (2008). Plantão Psicológico: Uma Prática que se Consolida. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 185–192.
- Gomes, F. M. D. (2008). Plantão Psicológico: Novas Possibilidades em Saúde Mental. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 9(1), 49–56.
- Morato, H. T. P. (2006). Pedido, queixa e demanda no Plantão Psicológico: querer poder ou precisar? *VI Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição*. Psicologia e Políticas Públicas (pp. 1–8). Vitória (ES).
- Peres, R. S., Santos, M. A. dos, & Coelho, H. M. B. (2004). Perfil da Clientela de um Programa de Pronto-Atendimento Psicológico a Estudantes Universitários. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 9(1), 47–54.

- Peres, R. S., Santos, M. A. dos, & Coelho, H. M. B. (2003). Atendimento Psicológico a Estudantes Universitários: Considerações Acerca de uma Experiência em Clínica-Escola. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, 20(3), 47–57.
- Melo, S. A. de, & Perfeito, H. C. C. S. (2006). Características da População Infantil Atendida em Triagem no Período de 2000 a 2002 numa Clínica-Escola. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 23(3), 239–249.
- Perfeito, H. C. C. S., & Melo, S. A. de. (2004). Evolução dos Processos de Triagem Psicológica em uma Clínica-Escola. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, 21(1), 33–42.
- Rocha, M. C. (2011). Plantão Psicológico e Triagem: Aproximações e Distanciamentos. *Revista do Nufen*, 3(1), 119–134.
- Silvares, E. F. de M. (Coord.) (2000). *Atendimento Psicológico nas Clínicas-Escola* (ANPEPP. GT 21). VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico (pp. 158–163).
- Souza, M., Barros, P. P., Almeida, P., Garcia, R. L., Liba, S. F., Batista, T., & Zanetti, C. E. (2012). *Trajetória Histórica da Clínica-Escola de Psicologia da Unifil: dos Mitos Fundadores aos Tempos Atuais*. Trabalho de Projeto de Estágio, Centro Universitário Filadélfia, UniFil, Parará.
- Vasconcelos, T. P. de. (2009). *A Atitude Clínica no Plantão Psicológico: Composição da Fotografia Experiencial do Terapeuta-Sherpa*. Dissertação (mestrado), Universidade de Fortaleza, Mestrado em Psicologia, (UNIFOR-CE).
- Yehia, G. Y. (2004). Interloquções Entre o Plantão Psicológico e o Psicodiagnóstico Colaborativo. *Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, 21(1), 65–72.

## REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO

Dispõe sobre o Trabalho de Curso do Curso de Graduação em PSICOLOGIA da IESGO.

### Capítulo I - Das Disposições Gerais

**Art. 1º.** Este Regulamento dispõe sobre o Trabalho de Curso do Curso de Graduação em PSICOLOGIA da IESGO.

### Capítulo II - Do Trabalho de Curso

**Art. 2º.** O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, enriquecedor e implementador do perfil do formando.

**Art. 3º.** É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado no final do Curso de Graduação em PSICOLOGIA, por meio do qual o aluno é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação.

**Parágrafo Único.** O Trabalho de Curso evidencia uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abre pistas possíveis e futuras de investigação.

**Art. 4º.** Entende-se como Trabalho de Curso, a pesquisa, relatada sob a forma de artigo, na área da PSICOLOGIA, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

**Art. 5º.** A realização do Trabalho de Curso envolve momentos de orientação e elaboração de um projeto de pesquisa; assim como o desenvolvimento dessa

pesquisa e sua validação perante banca examinadora, assegurada a necessária publicidade para uma efetiva divulgação dos resultados obtidos.

**Parágrafo Único.** A aprovação do Trabalho de Curso é indispensável à colação de grau.

### **Capítulo III - Da Orientação**

**Art. 6º.** O processo de realização do Trabalho de Curso importa orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada no 10º semestre do Curso de Graduação em PSICOLOGIA, pelo professor orientador.

**Art. 7º.** Estão aptos a orientar o Trabalho de Curso quaisquer professores do Curso de Graduação em PSICOLOGIA da IESGO, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação.

**Parágrafo Único.** Um mesmo orientador poderá orientar, no máximo, 8 (oito) alunos.

**Art. 8º.** Pode ser admitido na figura de co-orientador do Trabalho de Curso outro professor, além do orientador, devendo ser aceito após aprovação por esse último, submetida essa indicação à ratificação pelo professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso.

**Art. 9º.** A aceitação da orientação importa compromisso do professor em acompanhar o processo de elaboração do Trabalho de Curso até a sua defesa, não se admitindo o desligamento de suas atividades senão por motivos faltosos imputáveis ao aluno no desempenho de seu trabalho, ou por outro motivo plenamente justificável, apreciados ambos os casos pelo professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso.

**§1º.** Nos casos previstos no caput, o professor deverá encaminhar formalmente ao professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso solicitação de desligamento das atividades de orientação.

**§2º.** Na circunstância de o aluno, por motivo sério, não obter sucesso na indicação de um orientador, deve o professor indicado para o

acompanhamento do Trabalho de Curso designar um professor para incumbir-se da atividade.

**Art. 10.** Ao orientador incumbe a presença e a assiduidade nos atendimentos aos alunos, o registro das reuniões e atividades de orientação, a guarda dos relatórios parciais mensais de seus orientados, o controle das fichas de frequência ao atendimento, o arquivamento dos documentos atinentes ao Trabalho de Curso e, ao final de cada semestre, a apresentação de relatório de orientação ao professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso.

**Parágrafo Único.** O relatório compreenderá registro e autoavaliação das atividades desempenhadas junto à pesquisa do aluno, bem como a avaliação da atuação do aluno no uso e na interpretação dos instrumentos teóricos e metodológicos para a realização do Trabalho de Curso.

**Art. 11.** O Trabalho de Curso deverá ser elaborado considerando-se:

I - na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da APA sobre documentação, no que forem aplicáveis;

II - no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área do Curso de Graduação em PSICOLOGIA.

**Parágrafo Único.** A estrutura do Trabalho de Curso compõe-se, no mínimo, de folha de rosto; folha de aprovação; resumo; sumário; introdução teórico-metodológica; desenvolvimento; conclusão; bibliografia.

**Art. 12.** Estando apto para a defesa, o Trabalho de Curso, em 04 (quatro) vias, será encaminhado pelo orientador ao professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso, a quem aquele solicitará data para apresentação e defesa.

#### **Capítulo IV - Da Defesa perante Banca Examinadora**

**Art. 13.** O Trabalho de Curso será apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo orientador e composta por, pelo menos, mais 02

(dois) professores designados pelo professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso, consideradas as sugestões do orientador.

**Parágrafo Único.** A defesa do Trabalho de Curso é pública.

**Art. 14.** Todos os professores do Curso de Graduação em PSICOLOGIA da IESGO poderão ser indicados a participarem de bancas de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias.

**Parágrafo Único.** Poderão ainda integrar o corpo de avaliadores professores de outros cursos da IESGO, desde que comprovado pelo orientador o reconhecido interesse de sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Curso.

**Art. 15.** A composição da banca incluirá a indicação de um suplente, para os casos de impedimento de um de seus membros, exceto do orientador.

**Art. 16.** A avaliação do Trabalho de Curso pela banca examinadora observará os seguintes critérios:

I - qualidade da revisão bibliográfica do trabalho na área pesquisada, considerando-se a literatura clássica a respeito da matéria e o conhecimento, pelo aluno, da produção institucional sobre o tema objeto de estudo;

II - capacidade de articulação interna do texto, destacando-se a exigência de fluência escrita, de consequência da estrutura argumentativa e de problematização crítica do assunto pesquisado;

III - uso criativo e próprio, segundo os objetivos da pesquisa, dos instrumentos metodológicos escolhidos para o levantamento de dados do trabalho;

IV - inventividade da interpretação produzida pelo autor, bem como a sua capacidade de percepção dos problemas sociais próprios ao desenvolvimento e ao enfrentamento concreto das questões relativas ao tema escolhido;

V - desenvoltura e domínio do assunto na apresentação oral

do trabalho e na discussão com os membros da banca examinadora;

VI - adequação do texto às normas técnico-científicas vigentes.

**§1º.** As fichas de avaliação conterão a discriminação de cada item a ser observado na avaliação do trabalho, a que será atribuída nota correspondente de 0 (zero) a 10.

**§2º.** Os membros da banca assinarão a ficha de avaliação e o livro de atas, recomendando para publicação os trabalhos merecedores de distinção.

**Art. 17.** O resultado final será colhido da média aritmética das notas individuais dos professores presentes à banca.

**Art. 18.** A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que deverão se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

## **Capítulo V - Do Acompanhamento**

**Art. 19.** O acompanhamento do Trabalho de Curso desenvolvido pelos alunos será exercido por um professor vinculado ao corpo docente da IESGO, indicado pela Coordenadoria do Curso de Graduação em PSICOLOGIA e designado por ato do Diretor da Instituição, competindo-lhe:

I - cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;

II - cooperar com a Coordenadoria do Curso de Graduação em PSICOLOGIA na elaboração do Calendário de Atividades relativas ao Trabalho de Curso, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;

III - acompanhar e controlar a participação dos orientadores e dos alunos no desenvolvimento do Trabalho de Curso;

IV - indicar professores orientadores para os alunos que não

os tiverem;

V - designar as bancas examinadoras, as datas, os horários e locais para defesa do Trabalho de Curso;

VI - providenciar o encaminhamento à biblioteca de cópia dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados.

**Art. 20.** Compete à Coordenadoria do Curso de Graduação em PSICOLOGIA a elaboração do Calendário de Atividades relativas ao Trabalho de Curso, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

**Parágrafo Único.** A IESGO divulgará Manual atualizado de Apoio à Produção dos Trabalhos de Curso.

## **Capítulo VI - Das Disposições Finais**

**Art. 21.** Nos termos da política institucional de pesquisa e para estimular a disseminação de conhecimentos; uma vez aprovado, o TCC será depositado em Repositório Institucional *on line*.

**Art. 22.** As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Coordenador do Curso de Graduação em PSICOLOGIA, ouvido o Colegiado de Curso.

**Art. 23.** Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.